ÍCONE DO ALUIZISMO, ROSE CANTÍDIO MORRE AOS 83 ANOS • PÁGINA 4



TRIBUNA DO NORTE

FUNDADOR: ALUÍZIO ALVES – 1921 – 2006 | 75 ANOS | Ano 74 • Número 243 • Quarta-feira, 12 de março de 2025

Liminar do TJ afeta pagamento de 17 parcelas de reajuste dos professores

« PISO » O pagamento de 17 parcelas retroativas de reajustes do piso dos professores, concedidos em 2023 e 2024 de forma parcelada pelo Governo do RN, está suspenso por decisão do Tribunal de Justiça do RN. A Justiça considerou, de forma liminar, que os aumentos podem ter sido aplicados de forma inconstitucional, já que o Estado estava acima do limite de gastos com pessoal. Devido à decisão, o governo não implantou o reajuste do piso relativo a 2025, o que levou os professores à greve. « PÁGINA 14 »

Tráfego na ponte deve ser liberado no fim de abril

MAGNUS NASCIMENTO



« IGAPÓ » Com 75% de execução, as obras na Ponte de Igapó devem ser finalizadas em maio deste ano, segundo o DNIT. Expectativa é de que o tráfego seja liberado até o fim de abril, enquanto as etapas finais do serviço continuarão na parte inferior da estrutura. « PÁGINA 12 »

Renegociação da dívida ativa avança em análise na ALRN

A Comissão de Constituição, Justiça da Assembleia aprovou, com duas emendas, o projeto de lei do Executivo que permite renegociação da dívida ativa. O texto segue para as comissões de Finanças e de Administração. « PÁGINA 3 »

RN e Portugal assinam acordo para criação de rota comercial

O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Codern e a Administração de Portos de Portugal estabelece as bases para a criação de uma rota comercial marítima regular entre os terminais portuários de Natal e Setúbal. « PÁGINA 17 »

Violência contra mulheres atinge maior índice da série histórica

Nos últimos 12 meses, 37,5% das brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência, totalizando 21,4 milhões de vítimas. No RN, número de medidas protetivas cresce mais de 20% ao ano. « PÁGINA 12 »

CASSIANO ARRUDA CÂMARA
Fátima trocou viagem à Europa para voltar à Educação. « PÁGINA 2 »

CENA URBANA
Pesquisas antecipadas não refletem cenários distantes. « PÁGINA 3 »

ALEX MEDEIROS
Duas ocorrências mostram a revolta da sociedade contra criminosos. « PÁGINA 5 »

RUBENS LEMOS FILHO
Talvez por solidariedade ao rival ABC, América está mal. « PÁGINA 23 »

Estilos diferentes

GILVAN DE SOUZA



LUCAS MERÇON



« CARIOCA » Fluminense e Flamengo fazem o primeiro jogo da final às 21h30, no Maracanã. À beira do campo, Filipe Luís, do Fla, e Mano Menezes, do Flu, fazem duelo de estilos. « PÁGINA 22 »

Conselho de Cultura do RN ganha novas instalações

A sede do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte passou por ampla reforma para criar um ambiente mais integrado para os conselheiros que participam dos debates do órgão colegiado. « PÁGINA 14 »

EUA confirmam tarifa de 25% sobre aço e alumínio do Brasil

A Casa Branca confirmou que manterá a tarifa de 25% sobre aço e alumínio de "todos os parceiros comerciais, sem exceções". Medida entrará em vigor à meia-noite desta quarta (12) e atinge o Brasil. « PÁGINA 6 »

É tricampeã!

ADRIANO ABREU



« SAMBA » Com enredo sobre o Sítio do Pica-Pau Amarelo, a Malandros do Samba é a campeã do Carnaval de Natal 2025. Escola teve nota máxima nos 11 quesitos avaliados. « PÁGINA 10 »

Cassiano Arruda Câmara

Fátima trocou uma viagem a Europa para voltar à Educação

Pela primeira vez se tem notícia de um Governador do Rio Grande do Norte ter preparado uma viagem ao exterior e, na véspera, fazer o seu cancelamento, mandando no seu lugar o Vice-Governador, mantendo a programação original.

A governadora Fátima Bezerra estava pronta para a programação que desenvolveria nas cidades de Setúbal e Lisboa até a sexta-feira (8), quando foi anunciada a sua desistência e substituição pelo vice-governador Walter Alves.

Fátima trataria de dois importantes assuntos:

Compromissos em Setúbal sobre o setor portuário, de grande importância estratégica por sua localização na junção dos principais eixos rodoferroviários de Portugal, além de ligação com a Espanha e participação na Feira de Turismo de Lisboa, uma das maiores do mundo, a exemplo do que havia feito na última edição.

Justificativa

A justificativa da governadora para o cancelamento foi receber o ministro da Educação, Camilo Santana, convocado para integrar o ministério do presidente Lula em razão dos números do seu governo no Ceará.

A governadora não deu maiores explicações para a sua decisão de ficar para receber o titular da Educação. Será que ela pretende, com o seu exemplo, demonstrar uma opção do seu Governo para esta área fundamental?

O Ceará, sob o governo de Camilo Santana (2015-2022), avançou significativamente na área , tornando-se um exemplo para outros estados do Brasil.

Enquanto o Ceará durante o governo de Camilo Santana avançou, o RN tem colecionado números negativos.

Investimentos

O Ceará investiu fortemente na construção e modernização de escolas, com a ampliação do número de escolas em tempo integral. O modelo se mostrou eficiente, permitindo que os alunos tivessem mais tempo de contato com a educação e com atividades extracurriculares, como esportes, música e robótica.

A gestão de Camilo Santana priorizou o ensino básico com políticas que melhoraram as taxas de aprovação e reduziram a evasão escolar. O estado teve um bom desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), superando a média nacional.

Foi criado o programa "Ceará Educa +", focado na alfabetização de crianças no primeiro ano do ensino fundamental. Esse programa investiu em formação de professores e em materiais pedagógicos de qualidade, o que resultou em uma melhora significativa nos índices de alfabetização.

O Ceará também construiu, no Governo Camilo, um modelo que transformou a Educação em prioridade, a partir da formação de professores com programas de capacitação, além de aumento de salários, o que ajudou a melhorar a qualidade do ensino no estado.

Outro ponto de destaque foi o investimento em educação digital, com a distribuição de tablets e computadores para alunos e professores, permitindo maior acesso aos conteúdos educativos, fortalecendo a inclusão digital nas escolas.

Apesar de ser um governo petista, a gestão Camilo também se notabilizou por buscar parcerias com instituições privadas, visando a implementar programas e soluções inovadoras na educação, o que trouxe resultados expressivos em termos de recursos adicionais.

Rio Grande do Norte

Durante os anos em que o Ceará implementou essas reformas e avanços educacionais, o RN teve a oportunidade de seguir um caminho semelhante, mas não conseguiu avançar com a mesma rapidez ou eficácia.

Alguns fatores podem explicar essa oportunidade perdida:

●1 Mudanças constantes na gestão e falta de continuidade em suas políticas educacionais.

●2 Desafios fiscais intensos , com dificuldades orçamentárias que afetaram diretamente a execução de políticas públicas.

●3 Falta de articulação e colaboração entre as diferentes esferas de poder dificultou a implementação de políticas educacionais mais eficazes.

●4 Problemas estruturais nas escolas públicas, como a falta de espaços adequados para os alunos, escassez de recursos e baixos salários para os professores, o que impactou diretamente na qualidade do ensino.

Enquanto o Ceará buscava novas tecnologias e inovação na educação, o RN demorou mais para incorporar essas ferramentas em sua rede de ensino. A incorporação de novas tecnologias educacionais foi mais lento e, consequentemente, o estado não conseguiu alcançar os mesmos resultados que o Ceará.

Resumo da ópera: uma boa gestão focada na educação pode ter um impacto significativo no desenvolvimento social e econômico, criando um legado que pode durar por várias gerações.

O Resgate

CLÁUDIO EMERENCIANO
Professor da UFRN

Circunstâncias e sonhos, que se enraízam na alma e no coração, não se esgotam. Sua atemporalidade os projeta na eternidade. Sigmund Freud, que devassou a mente humana, proclamou, perante doutos médicos de Viena, que o comportamento humano é moldado, gradualmente, pelas experiências vividas a partir da infância. John Huston, em soberbo filme ("Freud além da alma"), captou aspectos singulares da vida do pai da psicanálise. Chopin, em seu leito de morte, rememorou instantes inamovíveis de sua memória. Inimitavelmente românticos, ternos e paradisíacos, desfrutados com George Sand (Amandine Aurore Lucile Dupin) em Palma de Majorca (Espanha). Alí compôs a "Sonata ao luar". Antoine de Saint-Exupéry testemunhou esse amálgama espiritual e sentimental ao dizer "eu sou a minha infância". O castelo de Saint-Maurice-de-Rémens, em Agay, na França, foi o cenário onde a criança sedimentou sua personalidade. Essa nostalgia conferiu-lhe, em todas as circunstâncias de sua vida, consciência do peso e da extensão das relações humanas. Seu conceito de liberdade vinculou o sonhar e a criatividade, revelados desde a infância em processo criativo: "O pescador é livre quando seu instinto o guia na pesca. O escultor é livre quando entalha um rosto. Um escritor é livre quando escreve, expressando sem limites seu pensamento..." (em "Escritos de Guerra"). Sublimou sua infância, paradoxalmente, em "Piloto de Guerra: "Fiz mal em envelhecer. Foi uma pena. Eu era tão feliz em criança..." Seu despojamento foi um legado da infância e da espiritualidade. O que nos falta hoje em dia? Laços e sentimentos. A espiritualidade (fé) requer amor, esperança e caridade.

O calor do verão se abate sobre a cidade. Desfruto-o em terraço, contemplando morros que se perdem de vista. Parecem muralhas protetoras dos homens e da cidade. A luminosidade desvenda sombras, árvores, flores e folhas, tudo, enfim, mistério impalpável do curso do dia. Nada lhe resiste. Até o temperamento das pessoas. Alvamar Furtado, inesquecível e saudoso amigo, professor e conselheiro, captou tudo isso. Ele jamais esqueceu seus tempos de infância e juventude, quando árvores abundantes, frondosas e sempre verdejantes, além das sombras nas aleias, embalavam-se com brisas incessantes, aspergindo o aroma dos jasmins, de rosas e de frutos cheirosos. Reminiscências me remeteram às "Recordações da Infância e da Juventude", de Ernest Renan, que confessou a marca desses tempos em seu ser. José Mauro de Vasconcelos em "Meu pé de laranja lima", e José Lins do Rego, em "Menino de Engenho", até hoje fazem seus leitores reavaliar o sentido da infância em suas vidas. Em certo trecho de suas "Recordações", Renan disse que a infância infeliz é o maior desafio do homem em termos de resgate sentimental. Até mesmo em idade provecta.

Charles Dickens, em sua obra genial, realizou busca irrefreável da infância, antes sonegada por circunstâncias adversas. Seus livros, apesar de anteriores à "Em busca do tempo perdido", de Marcel Proust, não deixou de ser proustiana. Os homens podem possuir esse liame entre a infância e a juventude. Resgate da inocência. Um sonho sem fim...

Um dos desafios da condição humana está na convivência civilizada, senão fraterna, entre contrários. Eis a cultura, o espírito e a essência da vida democrática, que não se exaure em sua dimensão política. O que mais importa são as relações humanas. Maurice Druon, em "O menino do dedo verde", reafirmou que vivemos à sombra de uma saudade existencial, que é a infância. Meu neto Arthur, residente em Brasília, aos oito anos leu esse livro de Maurice Druon. Agora, precocemente, lê freneticamente contos de Machado de Assis. A sociedade é a extensão do que somos nos laços entre uns com os outros. A famosa frase de John Kennedy, em seu discurso de posse na presidência dos Estados Unidos, simplificou a essência do que somos e queremos ser. Uma civilização repousa em tudo quanto se exige com justiça de cada pessoa, e jamais no que lhes é oferecido desigualmente. Esse é um dos desafios (enigmas) do Brasil de hoje. Por uma série de fatores e circunstâncias, realimentados pela televisão e redes sociais, o povo brasileiro perde, de algum tempo a esta parte, seu tradicional senso de justiça. E então...?

O bom hermano

ERICK WILSON PEREIRA
Advogado e professor da UFRN

A busca pelo poder é um truísmo do qual não escapa nem os sistemas de doutrinas e crenças, tampouco suas figuras mais insuspeitas. Como bem constatou Mahatma Gandhi, aqueles que dizem que religião não tem nada a ver com política não sabem o que é religião. Parece natural que a Igreja Católica esteja a sofrer a efervescência de dias que ameaçam a sua estabilidade devido à ausência do seu chefe supremo, cuja saúde ora demanda monitoramento contínuo e cuidados médicos imprescindíveis.

Não é de hoje que a saúde do Papa Francisco testa sua capacidade de resignação e paciência, ao limite de martírio. Mas penso que o maior suplício do Papa reside na injusta punição antissocial que muitos, inclusive católicos, praticam sem qualquer pudor ou constrangimento contra sua pessoa. Tendemos a ser mais intolerantes e a punir quem coopera de forma extraordinária para a sociedade - punimos o otimismo e a esperança em confiar em todos, o altruísmo admirável, o alto desempenho individual em agregar pessoas e instituições em prol da humanidade. A tais comportamentos fora da curva, a despeito dos benefícios gerados a tantos, interpomos a hostilidade, o estigma, o ódio, a intimidação, o preconceito, a incompreensão. E, assim, quais fariseus hipócritas e ignorantes, punimos o Santo Padre por suas tentativas em fazer com que a Igreja seja mais acolhedora - "O Senhor abençoa a todos" -, intolerante aos escândalos financeiros e de pedofilia, menos apegada à burocracia e aos dogmas milenares, mais revigorada e próxima do ideal de simplicidade dos primórdios do Cristianismo, ao reafirmar enunciado de Pedro a um paralítico numa das portas do templo em Jerusalém: "Não possuo nem prata nem ouro...".

O nosso carismático hermano franciscano é exímio na arte do diálogo, na reafirmação dos valores de solidariedade, desapego, humildade e alegria no encontro; no indisciplinado destemor da crença de que "ninguém morre de véspera"; no discurso recheado de metáforas singelas; na admissão dos erros da Igreja e no compromisso de saná-los; na crítica e na incitação contra a cultura do provisório e relativo; no amparo à espontaneidade e inconformismo dos jovens, protagonistas das utopias e transformações; na confissão da nostalgia dos hábitos humildes e sociais do "padre andarilho" de Buenos Aires, dificilmente compatíveis com o contexto de encarceramento do bispo de Roma; na defesa da integração das minorias; sobretudo, na lição de honestidade acerca da importância do testemunho simbólico e concreto de simplicidade e solidariedade para povos de todas as religiões.

É na defesa da promoção da cultura do encontro como dever das religiões que o andarilho expõe sua face política. Apesar da idade avançada e dos problemas de locomoção, suas viagens apostólicas a mais de sessenta países destacam suas prioridades espirituais e diplomáticas concentradas no diálogo inter-religioso e nos quatro princípios sociais delineados na "Evangelii Gaudium": unidade sobre o conflito, o todo sobre a parte, o tempo sobre o espaço, e a realidade sobre as ideias.

Com a percepção de que o pontificado está próximo ao fim, os críticos do afável peregrino têm se mobilizado com vistas ao poder de uma Igreja segura da própria identidade. Frequentemente acusado de fomentar aspirações democráticas, conceder papel excessivo à pastoral e manter diálogo aberto com grupos ainda socialmente marginalizados, o papa Francisco responde que "a Igreja está aberta a todos", e critica a atitude reacionária das pessoas, lembrando a inutilidade de uma volta ao passado, pois é necessário "compreender que existe uma justa evolução na compreensão das questões de fé e moral, desde que se sigam os três critérios que Vicenzo de Lérins já indicava no século V: que até mesmo a doutrina progride, consolida-se com o tempo, expande-se e consolida-se e torna-se mais firme, mas sempre progredindo".

Nada mais justo que louvemos o descomunal e abnegado esforço do nosso bom hermano que, apesar de enfermo e bem adentrado no inverno da vida, insiste em dialogar, reunir, incluir, e ainda lidar, com sabedoria, com o oportunismo e os vícios do poder.



Ney Lopes

[nl@neylopes.com.br]

América Latina e Caribe unidos contra violência

Dezoito países da América Latina e do Caribe uniram forças para combater o crime organizado, uma ameaça crescente que põe em risco a estabilidade e a segurança da região. Com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), essa iniciativa, lançada em 12 de dezembro de 2024, busca abordar conjuntamente esse problema. As nações participantes incluem Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai.

A inspiração vem da experiência vitoriosa de segurança pública em El Salvador. Essa nação centro-americana sofreu mudanças nos últimos anos. A principal razão dessas transformações é a pacificação do país, atingida com a chamada "guerra contra as gangues".

Guerra contra gangues

A principal razão dessas transformações é a pacificação do país, atingida com a chamada "guerra contra as gangues" A estratégia de combate reduziu os homicídios aos níveis mínimos históricos do país, mas também gerou milhares de denúncias de supostas violações de direitos humanos.

A realidade é que a maioria dos salvadorenhos garante que vive com mais tranquilidade, sem sofrer extorsões e podendo circular por regiões que, antes, eram tomadas pelas gangues que aterrorizaram o país durante décadas. De janeiro a setembro do ano passado, El Salvador passou a ser o quarto país do mundo com maior aumento da chegada de turistas internacionais (35%) em comparação com 2019, segundo a Organização Mundial do Turismo.

As experiências de combate a a violência poderão transformar-se em laboratório para testagem de políticas públicas, que tragam mais tranquilidade às populações das América Latina e do Caribe.

Paz ainda distante da Síria

Após a queda de desde a queda de Bashar al-Assad, líder autoritário da Síria, esperava-se uma onde paz no país. Tal não vem ocorrendo. A Síria está no meio do seu pior derramamento de sangue desde a queda de Bashar al-Assad há três meses. O choque é entre "jihadista" (muçulmanos violentos) e de alauítas, o grupo étnico de onde os Assad e muitos leais ao regime vieram.

Um alauíta na cidade de Jableh diz que ele e outros se esconderam em silêncio petrificado enquanto os jihadistas sunitas iam de porta em porta procurando pessoas para executar. Os combatentes incendiaram casas e mataram indiscriminadamente. Eles se filmaram usando máscaras e subindo nas costas de homens, fazendo-os latir como cães antes de matá-los a tiros. Situação insustentável.

HOJE NA HISTÓRIA

1913 – Camberra, futura capital da Austrália, é oficialmente criada e tem início a construção da nova cidade (Melbourne permanece temporariamente como capital até 1927).

1918 – Moscou torna-se novamente a capital da Rússia depois de São Petersburgo ter tido essa função por 215 anos.

1922 – Armênia, Geórgia e Azerbaijão formam a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana.

1930 – Mahatma Gandhi lidera uma marcha popular em direção ao mar de pouco mais de 320 quilômetros conhecida como a Marcha do Sal desobedecendo as autoridades britânicas, em protesto ao monopólio britânico do sal.

1935 – É criada no Brasil a Aliança Nacional Libertadora, ou ANL, ampla frente de esquerda com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo e fazer oposição ao governo de Getúlio Vargas.

1945 – Anne Frank, menina alemã de religião judaica, morre no campo de extermínio nazista de Bergen-Belsen, sua adolescência e seu trágico destino ficaram mundialmente conhecidos graças a um diário pessoal encontrado no final da Segunda Guerra Mundial.

1947 – A Doutrina Truman é anunciada para buscar conter a expansão do comunismo junto aos chamados "elos frágeis" do sistema capitalista.

1994 – A Igreja Anglicana ordena sua primeira sacerdote feminina.

1999 – Três países do antigo Pacto de Varsóvia, a República Tcheca, Hungria e Polônia aderem a OTAN.

2000 – Em um gesto inédito, o papa João Paulo II pede o perdão de Deus pelos pecados da Igreja Católica cometidos através dos anos contra judeus, mulheres e minorias.

2013 – Inicia-se o conclave para a eleição do sucessor de Bento XVI, em decorrência da renúncia do então Sumo Pontífice em 28 de fevereiro de 2013.

Artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor

TRIBUNA DO NORTE
Empresa Jornalística Tribuna do Norte
Av. Tavares de Lira, 101 - Ribeira - Natal/RN
CEP: 59010-200
Fone: (PABX) 4006-6100

Diretor presidente: Henrique Eduardo Alves
Superintendente: Fernando Fernandes
Diretora de Redação: Margareth Grilo
Gerente Comercial: Aluênia Alves

Comercial/publicidade legal (84) 4006-6173
Comercial (84) 4006-6161
Redação (84) 4006-6113
Assinaturas (84) 4006-6111

FILIADO AO INSTITUTO VERIFICADOR DE CIRCULAÇÃO



FILIADO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS



SISTEMA TRIBUNA
TRIBUNA DO NORTE
www.tribunadonorte.com.br



@tribunadonorteRN
@jovempannewsnatal
@tribunadonorte
jovempannewsnatal
@tribunadonorte
@jovempannewsnatal
tribunadonorte
jovempannewsnatal

Cena Urbana

VICENTE SEREJO
SEREJO@TERRA.COM.BR

Retrato do futuro

Pesquisas aplicadas com antecedência não revelam um retrato de um futuro ainda remoto. Muito mais em eleições majoritárias. Todos sabem. Os números reveladores daquela hora só retratam cenários destituídos dos atritos próximos do desfecho. Os fatos, mesmo plausíveis, são geradores de circunstâncias que geram novos fatos submetidos à força de uma dinâmica que constrói, destrói e reconstrói, como numa engrenagem de situações aparentemente lógicas e logicamente sustentáveis.

É bem o caso das pesquisas que acabam de ser divulgadas sobre a sucessão majoritária em 2026. Não bastasse a distância de quase dois anos, e já seria o bastante para caracterizar ser apenas o retrato desta hora e não uma projeção inevitável do futuro. Ainda assim, feita a reserva de expectativa, é bom não perder de vista a lógica das probabilidades, se a pesquisa foi apurada com nomes postos hoje, mas que serão os de 2016. No caso, até por pobreza, os quadros partidários são pouco mutáveis.

E se estamos raciocinando com os números de hoje, é pouco provável que a disputa em 2026 vá além dos nomes da pesquisa: Alysson Bezerra; senadores Rogério Marinho e Styvenson Valentim; a deputada federal Natália Bonavides; e o ex-prefeito Álvaro Dias. A lógica impõe, neste momento, uma realidade imutável de nomes, mas emoldurados, queiramos ou não, por uma polarização intensa que vai definir o campo de luta em todas as regiões do país, acima até dos seus níveis econômicos.

E se não parece lógico desconhecer os efeitos da polarização do cenário nacional que nasceu das eleições presidenciais de 2022, o choque no confronto de forças não deverá mudar, com ou sem a presença das candidaturas de Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Pelo contrário. No caso, o que mudou, e grandemente, foi o desgaste do terceiro governo Lula. Se o Frentão foi capaz de vencer, por poucos votos, o Centrão, cobrou ao PT a perda de sua retórica e de sua prática até nos seus próprios redutos.

E, diga-se o detalhe determinante: a luta, independentemente do que possa acontecer no futuro de uma campanha que virá dentro de um ano e meio, não mostrará mais a pujança de Lula, como foi na sua terceira eleição, mas não apagará seu símbolo como força popular. Se de um lado corre o risco de não mais ter Lula, removido pela idade, será a força galvanizadora contrária ao polo conservador liderado por Jair Bolsonaro, esteja ou não em condição legal de disputar a eleição para a presidência.

Está nesse quadro que vai se refletir aqui no Estado, mesmo hoje oscilante entre cenários e alternativas a cada pesquisa, a chave do futuro: o embate entre um candidato do PL de Bolsonaro e um do PT de Lula, manterá a polarização em grande tensão. Mas, há uma pedra no meio do caminho do PT local: o desgaste do segundo governo Fátima Bezerra. Há sinais do processo de cristalização, com um agravante de relevo: talvez não tenha mais tempo para reverter. E só o próprio tempo dirá.

PALCO

PIOR – A área jurídica da Prefeitura de Natal afirmou que recebeu com estranheza a recomendação do Ministério Público Federal de ouvir a comunidade da Redinha sobre as normas do novo mercado.

DIREITO – Como estranhar o direito de uma comunidade com cerca de um século de vida e trabalho no mercado da Redinha, se é obra pública para servir ao trabalho e bem estar de uma comunidade?

VALOR – Antes de ser a voz do poder público, a força da área jurídica deveria lutar para garantir, e acima de legalismos refogados, um direito que há décadas gera a sobrevivência de uma comunidade.

AINDA – Esta coluna registrou os absurdos, como tabela de preços impedindo a livre-concorrência, caixa único para controle dos valores apurados e a proibição de propaganda individual dos produtos.

ALIÁS – No primeiro edital, esta coluna denunciou os vinte e cinco anos para o concessionário e só quatro para os comerciantes. A estranheza sempre nasce quando falta o húmus da grandeza jurídica.

LAUDO – Como um legista a decifrar os sinais contraditórios da fisiologia humana e política, o aviso de José Casado, colunista da Veja: "O adversário de Lula é Lula e o seu maior eleitor é Bolsonaro".

POESIA – De Oscar Wilde, numa frase de 'De Profundis', sua carta escrita do cárcere que vale como um verso tão tristemente melancólico: "Para nós, prisioneiros, há só uma estação: a estação da dor".

ILUSÃO – De Nino, o filósofo melancólico do Beco da Lama, cansado dos peremptórios que pregam suas verdades mais absolutas: "Só eles, os cretinos simpáticos, andam pela vida cheios de certezas".

CAMARIM

ENGORDA – Dois argumentos estão contrapostos na matéria de página inteira publicada pelo jornal 'O Estado de S. Paulo' na sua edição do último final de semana: o desaparecimento do movimento de ondas para a prática do surf e a emergência para evitar uma erosão crescente do Morro do Careca.

EFEITO – Reclamam os sufistas da areia escura e dos restos de corais que hoje cobrem a margem ao longo de 4,6 quilômetros, após a operação que movimentou 1,3 milhão de metros cúbicos de areia. E a Prefeitura justifica a importância da engorda para salvar o morro e devolver a praia aos banhistas.

EMERGÊNCIA – Ouvido, o professor Marcelo Chaves, da UFRN, responsável pelo monitoramento da Hidrodinâmica, a engorda preserva o Morro do Careca e tende ao equilíbrio "dentro de dois ou três anos". O acompanhamento é do Ibama por se tratar de uma obra realizada com recursos federais.

Renegociação da dívida ativa passa em análise da CCJ da AL

PROJETO Proposta avança na Assembleia com projeto de transação tributária; Governo do RN busca acordo para reduzir dívida de R$ 10 Bi

EDUARDO MAIA

Dívida ativa no Estado chaga a R$ 10,7 bilhões. Estado muda estratégia e aposta na negociação

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) da Assembleia Legislativa aprovou, com duas emendas ao texto original do Executivo, o projeto de lei que institui a "transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de créditos tributários e não tributários", a fim de permitir a renegociação da dívida ativa de contribuintes junto a órgãos das administrações direta e indireta do Estado.

O projeto da transição tributária agora seguirá para análises da Comissão de Finanças e Fiscalização (CFF) e da Comissão de Administração, Serviços Públicos, Trabalho e Segurança Pública.

Com estoque de dívida ativa de R$ 10,78 bilhões, sendo 95,87% de ICMS, 1,38% de IPVA e 2,75% de outros débitos, o governo do Estado pretende arrecadar pelo menos R$ 893,36 milhões dos chamados "débitos irrecuperáveis", que totalizam R$ R$ 4,466 bilhões.

O presidente da CCJ, deputado estadual Kleber Rodrigues (PSDB) avocou para si a relatoria da matéria, inserindo apenas duas modificações textuais na proposta do governo, a primeira emenda tratou da inclusão no artigo 2º da expressão "definitivamente" para qualificar o crédito tributário.

Assim, o artigo 2º passa a vigorar da seguinte forma: "A transação resolutiva do litígio do que trata a lei, compreende aos créditos tributários constituídos definitivamente ou não, inscritos ou não em dívida ativa, bem como os créditos não tributários, desde que, no último caso, estejam já constituídos e inscritos na dívida ativa ou de competência das entidades administrativas e direta".

Em seu voto, o relator Kleber Rodrigues explicou que a segunda emenda inclui a expressão "não tributária" no artigo 44: "A modificação proposta no entendimento formalizado do Supremo Tribunal Federal (STF), súmula vinculante 8, são inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do decreto de lei 1.569, onde trata da prescrição de decadência de crédito tributário, a emenda se mostra necessária para especificar que somente os créditos tributários são abrangidos pela ordem do artigo 44".

> O governo através da Secretaria da Fazenda está dando oportunidade para que as pessoas possam quitar os seus débitos de forma flexível."
>
> **UBALDO FERNANDES**
> Deputado Estadual

Rodrigues também concluiu pela constitucionalidade e legalidade da proposta, que não é atingida pelos limites do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, "uma vez que não se trata de renúncia de receita ou concessão de benefícios fiscal".

Para relator, o governo estadual "de uma forma mais simplificada", propõe uma forma de negociação de dívida muito parecida com o Refis, "só que passa a ser colocada para a qualquer momento o contribuinte por sua atividade em dia, participar de licitações e poder aumentar sua produtividade e faturamento",

Diante do quadro de dificuldades financeiras do Estado, o deputado estadual Neilton Diógenes (PP) acha - "nós temos a total consciência de como está" -, o projeto da transição tributária uma ferramenta importante para com mecanismos legais e não tributários, "não é aumentar despesa para ninguém, que o Estado possa arrecadar dinheiro, essa é a fala correta e através desses recursos, fazer as necessidades que tanto precisa, melhor assistência à saúde, uso de recursos na infraestrutura e promover o bem à sociedade".

Para o deputado Ubaldo Fernandes (PSDB) o projeto vai permitir que empresas regularizem sua situação fiscal e voltem a emitir certidões negativas. "O governo através da Secretaria da Fazenda está dando oportunidade para que as empresas possam quitar os seus débitos de uma forma flexível e que elas possam a partir de agora, ter condições de estar no mercado comercial tendo a sua plenitude e poder negociar e fazer suas transações, é importante para o crescimento econômico do Estado".

O líder do governo, deputado estadual Francisco do PT, disse que a proposta de negociação da dívida ativa "é fruto da construção do diálogo entre o governo, o setor empresarial e outros segmentos da sociedade".

Transação avança com apoio do setor empresarial

O presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), Roberto Serquiz, esteve na reunião da CCJ da Assembleia, na manhã da terça-feira (11), e disse "não restar dúvida da importância da regularização de débitos" pela ferramenta da transição tributária: "Consideramos que atende a uma necessidade premente, a flexibilidade na condição de olhar, individualmente, o débito de cada empresa".

Roberto Serquiz destacou a abrangência da proposta ao incluir os débitos da administração direta bem como os chamados precatórios, "pegando todo o passivo do Estado", com quem a classe empresarial trabalha uma agenda positiva na busca do resgate do equilíbrio fiscal.

"Nós sabemos a dificuldade hoje da capacidade de investimento do Estado. É uma capacidade de investimento que tem interferido no custo do Rio Grande do Norte. Por exemplo, nós tivemos as exportações agora no superávit. Podia ter sido muito melhor se nós tivéssemos uma malha rodoviária melhor, uma situação de logística do porto de Natal, que nós temos colocado de forma muito incisiva", declarou Serquiz.

Para Serquiz, em função dessa capacidade de investimento que precisa ser recuperada, a transação tributária surge como alternativa de arrecadação. "De um lado, dá condição de regularização das empresas, de elas voltarem, mesmo aquelas empresas que estão ativas, com dificuldades, podem se apresentar se à Procuradoria, e fazer essa negociação, como aquelas empresas que estão com débito, que querem tirar suas certidões e voltar a uma normalidade natural".

Por essa razão, Serquiz coloca que a transição tributária atende o setor empresarial, no sentido de oferecer prazo de 120 meses para parcelamento das dividas, e desconto de 30%, e com o recebimento dos precatórios.

O diretor de Relações Institucionais da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Rio Grande do Norte (Fecomécio-RN), Fernando Virgílio, disse que a instituição contribuiu efetivamente para a evolução dessa legislação, "como forma de equalizar as contas do Estado", segundo o entendimento Procuradoria Geral do Estado (PGE), da mesma forma das contribuições dadas à legislação das PPPs.

PGE defende tratamento diferenciado

O procurador geral do Estado, Antenor Roberto de Medeiros, acompanhou a votação do projeto da transição tributária na CCJ da Assembleia Legislativa, explicando que "a diferença essencial" em relação a parcelamento de déficits, como os chamados Refis, "é o entendimento de que a composição, a conciliação, a transação, é mais importante do que simplesmente a permanência de litígios".

Antenor Roberto alertou que as dívidas ativas consideradas "inalcançaveis" na maioria dos estados do país, permaneceu durante muito tempo "na rigidez da cobrança sem levar em conta as condições objetivas e concretas da economia e a situação das empresas".

Segundo o procurador, no caso do parcelamento, acontece um tratamento linear: "Trata-se igualmente os desiguais. E ainda se cria um ambiente de desconfiança no meio dos negócios de que aquele que honra seus compromissos tributários ao final é prejudicado por aqueles que vão se valer do parcelamento para fazer o seu encontro de contas dentro daquele momento em que é chamado para fazer a composição".

Agora, segundo o procurador

> Vamos levar em conta a realidade de cada empresa dentro de classificação para que de fato se trate desigualmente os desiguais e não se cause uma falta de equidade e de injustiça na questão tributária como aconteceu no passado."
>
> **ANTERNOR ROBERTO**
> Procurador Geral

do Estado, "a noção é diferente, é tratar desigualmente os desiguais, vai se classificar o nível das dívidas, as dívidas de fácil liquidez e média, aquelas de difícil alcance e as dificílimas, quanto mais difícil, maior condições tem que fazer de atração de ofertas para haver a possibilidade de recuperar o crédito".

Ele admitiu que a resistcência na construção da proposta, ocorreu pelo fato de que "o Estado vai precisar conhecer com os dados que tem, como está economicamente aquela empresa, então, por meio do edital ou apresentação voluntária para a composição, o Estado será conhecedor das condições financeiras e da saúde da empresa para poder saber se ela está preenchendo aqueles requisitos, por exemplo, no caso do edital".

Então, prosseguiu Antenor Roberto, "vamos levar em conta a realidade de cada empresa dentro de classificação para que de fato se trate desigualmente os desiguais e não se cause uma falta de equidade e de injustiça na questão tributária como aconteceu no passado. Essa é a grande evolução, o Rio Grande do Norte agora se alinha à maioria dos estados do Brasil, a exemplo do que a União já tinha feito, e nós haveremos de melhorar a arrecadação e permitir que as empresas sobrevivam, porque as empresas muitas vezes têm seus momentos mais de protagonismo e têm seus momentos de revés".

Ícone do aluizismo, Rose Cantídio morre aos 83 anos

LEGADO Mossoró se despede de Rose Cantídio, símbolo da militância política feminina, líder histórica do PMDB e uma referência potiguar

Aos 83 anos, uma das principais lideranças femininas do antigo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em Mossoró, nos anos 80, Rose Cantídio, morreu na terça-feira (11).

O velório de Rose Cantídio ocorreu no ginásio do Carecão, no Colégio Diocesano Santa Luzia, em Mossoró, onde a partir das 8 horas desta quarta-feira (12) ocorre missa e em seguida, às 10 horas, o cortejo fúnebre sairá até o Cemitério São Sebastião, no Centro da cidade.

Além do trabalho à frente do extinto PMDB (atual MDB), Rose Cantídio integrou um movimento de mulheres, intitulado "Senadoras", com o objetivo de impulsionar a campanha do ex-governador do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves, em 1960.

O grupo das "senadoras" compunha 15 mulheres - Rose Cantídio, Edite Souto, Marieta Lima, Dita Mota, Jurema Lamartine, Maria Ester Fernandes, Maria Linhares, Alba Mota, Edna Medeiros, Marlene Otto, Ivone Carlos, Maria Carlos do Amaral, Neide Paula, Wanda Gondim e Ozelita Cascudo.

Filho de Aluízio, o empresário e ex-deputado federal, Henrique Alves, lamentou a morte de Rose e destacou a proximidade de sua família com a mossoroense. "Minha tão amada Rose partiu. Meu Deus! Lutava pela vida há dias em um hospital de Mossoró".

REPRODUÇÃO

Rose Cantídio integrou o movimento "Senadoras" em Mossoró

Além de imagens ao lado de Cantídio, o ex-deputado compartilhou mensagens que recebia da política. "Querida Rose, um lindo filme passando na minha cabeça. Olhem quanta emoção: "As Senadoras de Mossoró". Imagino na fé como meu pai vai recebê-la na Casa de Deus", escreveu. O prefeito de Mossoró, Allyson Bezerra (União Brasil), destacou o trabalho de Cantídio em prol do município: "Com profunda tristeza, nos despedimos hoje de Rose Cantídio, uma grande mulher que marcou a história de Mossoró com sua atuação política e dedicação à nossa cidade".

Já o vice-governador Walter Alves, presidente do MDB no Rio Grande do Norte, publicou uma mensagem sobre o legado da mossoroense. "Rose foi uma militante histórica do MDB, iniciando sua trajetória política desde muito jovem e mantendo-se ativa ao longo de sua vida. Neste momento de dor, expresso minhas sinceras condolências aos familiares e amigos de Rose Cantídio. Que sua dedicação e legado político sejam sempre lembrados e sirvam de inspiração para as futuras gerações", disse.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ezequiel Ferreira (PSDB), apresentou moção de pesar pelo falecimento de Rose Cantídio, decorrentes de uma queda que resultou na fratura do fêmur, na sexta-feira (7), quando foi internada no Hospital Wilson Rosado.

"Rose Cantídio foi uma figura notável da política mossoroense, dedicando sua vida à luta por ideais e causas que marcaram a história do "aluizismo" no Rio Grande do Norte", destacou o deputado.

"Sua trajetória, que inclui a participação na histórica chapa com Laíre Rosado, como candidata a vice-prefeita de Mossoró em 1988, deixa um legado de integridade, força e determinação, sendo exemplo para todos que almejam contribuir para o desenvolvimento social e político de nossa região", disse Ezequiel.

A Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Norte (Fundase/RN), da qual Rose Cantídio foi presidente, emitiu nota lamentando o seu falecimento: "Mossoroense e servidora aposentada da Educação, Rose Cantídio presidiu a instituição que deu origem à Fundase, a Fundação Estadual da Criança e do Adolescente – Fundac/RN, entre 1999 e 2002". "A gestão da Fundase/RN se solidariza com familiares e amigos neste momento de dor, reconhecendo e agradecendo a dedicação de Rose Cantídio ao serviço público", concluiu a nota.

Rose Marie da Silva Cantídio é tia do atual secretário municipal de Educação de Natal, Aldo Fernandes, e do atual secretário de Desenvolvimento Econômico de Mossoró e ex-reitor da Uern, Pedro Fernandes.

'Está contaminado', diz Rogério Marinho sobre processo contra o ex-presidente

AVALIAÇÃO Em entrevista ao canal Amarelas On Air, da revista Veja, o líder da oposição no Senado aponta supostos erros que o julgamento pode ter no Supremo Tribunal Federal

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou em entrevista ao Amarelas On Air, de VEJA, que o processo contra o ex-presidente Bolsonaro, denunciado pela Procuradoria Geral da República por liderar a trama golpista, está 'contaminado desde o início'. Segundo o senador, o julgamento teria que ocorrer na primeira instância, não no STF, e ainda sem a participação do ministro Alexandre de Moraes, que é vítima no caso.

'Há uma proibição explícita na Loman (Lei Orgânica da Magistratura Nacional) que impede que juízes e ministro do Supremo Tribunal Federal, em especial que são os mais altos do Brasil, falem sobre ações que estão sobre a sua égide. Nós temos um processo que está contaminado desde o início. Primeiro no foro, não é o foro adequado. O presidente não deveria estar sendo julgado no Supremo Tribunal Federal, uma vez que ele não é mais presidente da República". Além disso, ressalta, o ministro da Suprema Corte, que é uma das vítimas do plano de golpe, não poderia participar do julgamento.

Marinho também destacou que existe, em sua avaliação, uma certa 'ânsia' do Supremo em julgar o ex-presidente ainda neste ano, impedindo o direito de ampla defesa. 'Eu vejo como uma situação em que coloca o Brasil numa certa encruzilhada, numa encruzilhada no ponto de vista institucional. Nós estamos assistindo uma ânsia até eterna, dita por aqueles que fazem o Supremo Tribunal Federal, de concluir esse processo em 2025, segundo eles, para evitar contaminação em 2026'.

No entanto, o líder da oposição no Senado diz que Bolsonaro está confiante de que 'a verdade vai prevalecer' em relação ao resultado do processo.

Na entrevista, Marinho também falou sobre as recentes tensões envolvendo o Congresso e o STF, a defesa da 'redefinição dos poderes' e o impeachment de Moraes e tratou ainda sobre as expectativas para 2026 com tantos nomes de direita surgindo no cenário político.

PEDIDO DE LICENÇA

A **3R RNCE S.A., CNPJ 52.127.214/0001-27**, torna público que está requerendo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, as Licenças Ambientais relacionadas a seguir:

- **Licença de Regularização de Operação** para **01 (um) acesso** ao poço petrolífero de código: **7-PML-0040-RN,** localizado no **Polo Areia Branca**, Campo de Produção de **Ponta do Mel (PML)**, Município de **Areia Branca/RN.**
- **Licença de Instalação** para **01 (uma) Linha de Injeção** do poço injetor de código: **7-SCR-0249D-RN,** localizada no **Polo Macau**, Campo de Produção de **Salina Cristal (SCR)**, Município de **Macau/RN.**

Luiz Barbosa
Gerente de Meio Ambiente

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

EOLICA BAIXA VERDE S.A., 11.613.311/0001-42, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a Renovação da Licença de Operação, com prazo de validade até **10/03/2031**, em favor do empreendimento **SUBESTAÇÃO CABEÇO PRETO**, localizado na **Zona Rural, Município de João Câmara/RN.**

Leonardo de Carvalho Machado
Diretor de Operações

D BEACH RESORT LTDA
05.767.057/0001-34
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
São convocados os senhores sócios a se reunir em Assembleia Extraordinária, que se realizará às 15:00 horas do dia 20 de março de 2025, no endereço localizado na Av. Vereador João Alves da Silva Filho, 731, Tirol, CEP: 59014-530 - Natal/RN, a fim de deliberarem sobre a matéria constantes da ordem do dia: 1. Alteração do endereço da empresa; 2. Destituição do administrador não sócio FAUSTO BETTENZOLI; 3. Nomeação do novo administrador não sócio.

CONCESSÃO DE LICENÇA SIMPLIFICADA - LS

Maria Creuza Leandro, CPF: 875.080.364-68, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, a *LS* para a atividade de Carcinicultura, localizada na Fazenda Maria, Tibau do Sul – RN.

Maria Creuza Leandro
Empreendedora

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2025-PGJ
PGEA Nº 20.23.0464.0000010/2025-32

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925603), por meio do Agente de Contratação, torna público que fica aberto o certame supracitado, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS, destinada a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO AUTOMOTIVO. A Sessão Pública para disputa de preços terá início às 9h (Horário de Brasília/DF) do dia 27 DE MARÇO DE 2025. O Edital poderá ser adquirido nos seguintes endereços eletrônicos: **www.mprn.mp.br** e **www.gov.br/pncp/pt-br**. Outras informações pelo fone (84) 99972-1651 ou correio eletrônico **cpl@mprn.mp.br**.

Natal/RN, 11 de março de 2025.
JORGE ALVARES NETO – Agente de Contratação

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2025– Processo nº 127001/2025

O Pregoeiro do Município de Nova Cruz/RN torna público a quem interessar que realizará no sítio eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br**, dia 27 de março de 2025 às 09:30 horas (horário de Brasília) a licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônica sob o nº 07/2025, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PROMOVER LINK DE ACESSO DEDICADO À INTERNET, SERVIÇOS DE BACKUP E FIREWALL DA REDE CORPORATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVA CRUZ/RN, TUDO EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.** O edital encontra-se disponível nos sites: **www.portaldecompraspublicas.com.br** e **www.novacruz.rn.gov.br.** Informações através do e-mail: **licitacaonovacruzrn@gmail.com.**

Nova Cruz/RN, 11 de março de 2025.
VITOR DA SILVA OLIVEIRA - Agente de Contratação (Pregoeiro)

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇAS

A **3R POTIGUAR S.A., CNPJ 44.186.763/0001-44,** torna público que está requerendo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, as Licenças Ambientais relacionadas a seguir:

- **Licença de Operação, para 01 (um) Sistema de Injeção de Vapor de Água – SIA CAM – Satélite BVS/REP-B (incluindo 17 poços injetores e 17 linhas de injeção: 7BVS0005RN, 7BVS0006RN, 7BVS0007RN, 7BVS0010RN, 7BVS0014RN, 7BVS0015RN, 7BVS0017RN, 7BVS0019RN, 7BVS0020RN, 7BVS0022RN, 7BVS0030RN, 7BVS0034RN, 7BVS0040RN, 7BVS0041RN, 7BVS0046RN, 7REPS0034RN, 7REPS0035RN.** Localizado no Campo de Produção de Canto do Amaro, pertencente ao Ativo de Produção Mossoró (ATP-MO), situado no **município de Mossoró/RN.**
- **Licença de Operação, para 01 (um) Sistema de Injeção de Vapor de Água em CAM – Satélite REP-A (incluindo 05 poços e 05 linhas de injeção: 7CAM1454RN, 7REP0022RN, 7REP0028RN, 7REP0039RN e 7REP0057RN.** Localizado no Campo de Produção de Canto do Amaro, pertencente ao Ativo de Produção Mossoró (ATP-MO), situado no **município de Mossoró/RN.**
- **Licença de Operação, para 01 (um) Sistema de Injeção de Vapor de Água em CAM – Satélite Benfica (incluindo 11 poços e 11 linhas de injeção: 7BEN0005RN, 7BEN0009RN, 7BEN0011RN, 7BEN0018RN, 7BEN0020RN, 7BEN0022RN, 7BEN0027RN, 7BEN0028RN, 7BEN032RN, 7BEN033RN e 8BEN034RN.** Localizado no Campo de Produção de Canto do Amaro, pertencente ao Ativo de Produção Mossoró (ATP-MO), situado no **município de Mossoró/RN.**
- **Licença de Operação, para 01 (um) Sistema de Injeção de Vapor de Água em CAM – Satélite Morrinho (incluindo 04 poços e 04 linhas de injeção: 1-MOR-1-RN, 7-MOR-10-RN, 7-MOR-11-RN e 7-MOR-12-RN.** Localizado no Campo de Produção de Canto do Amaro, pertencente ao Ativo de Produção Mossoró (ATP-MO), situado no **município de Mossoró/RN.**

Luiz Henrique Barbosa
Gerente de Meio Ambiente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL UNIFICADA DE PARNAMIRIM

Rua Suboficial Farias, 280, Monte Castelo, PARNAMIRIM - RN - CEP: 59141-200

Processo n.º 0813832-23.2022.8.20.5124

Ação: MONITÓRIA (40)

Autor: MARIA ANGELA TAMAROZZI DE OLIVEIRA - ME

Réu: R E CONFECCOES LTDA

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo de 20 dias

A Exmº(ª). Sr(a). Dr(a). JULIANA DE OLIVEIRA CARTAXO FERNANDES, Juíza de Direito da 3ª Vara Cível, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que promove a citação da(s) parte(s) abaixo qualificada(s), para, no prazo de quinze (15) dias, efetuar o pagamento do valor declarado na inicial, mais honorários advocatícios fixados em 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, cientificando-lhe de que, cumprido a presente ordem, ficará isenta de custas processuais, sendo que, na hipótese de não pagamento, poderá oferecer embargos no mesmo prazo convertendo-se esta em Mandado Executivo, prosseguindo-se a Ação na forma prevista no no art. 701, parágrafo 2º, do NCPC, iniciando-se o cumprimento de sentença. **Valor: R$ R$ 6.626,50.**

FAZ SABER, para conhecimento público, que tramita por esta Secretaria a Ação Monitória, processo de nº 0813832-23.2022.8.20.5124, proposta por MARIA ANGELA TAMAROZZI DE OLIVEIRA - ME contra R E CONFECCOES LTDA , tendo sido determinada a CITAÇÃO do(a) **R E CONFECCOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 17.524.593/0001-98, com sede na cidade de Parnamirim/RN, na Rua São João Del Rey, nº. 33, Nova Parnamirim, CEP 59150-160, atualmente residindo em lugar incerto e não sabido, para que o(a) mesmo(a) conteste a referida ação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão. ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação no prazo legal, serão presumidas verdadeiras as alegações contidas na petição inicial. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Eu, Luís Eduardo Azevedo de Lima, Analista Judiciário, digitei, conferi e subscrevo.

DESPACHO (ID 87615555): " Trata-se de ação monitória ajuizada com fulcro no art. 700 do CPC, restando atendidos os requisitos dos §§ 2º e 3º do mencionado dispositivo legal. Com fulcro no art. 701 do CPC, **DEFIRO** ordem de pagamento no valor de **R$ 6.626,50** , concedendo à parte ré prazo de 15 (quinze) dias para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa, ficando isento do pagamento de custas processuais se cumprir no prazo. Faça-se contar que, independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no art. 701 do CPC, **embargos à ação monitória**, que podem se fundar em matéria passível de alegação como defesa no procedimento comum. Conste ainda que, alegando o réu que o autor pleiteia quantia superior à devida, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado da dívida, sob pena de rejeição liminar, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o Juízo deixará de examinar a alegação de excesso. Deverá a parte requerida, no mesmo prazo, manifestar interesse na produção de provas, devendo especificá-las, justificando a necessidade e dizendo o que com elas pretendem demonstrar.Ressalto que tanto o STJ quanto o TJRN têm admitido a citação pela **modalidade postal** na ação monitória (STJ - REsp: 1705881 AM 2017/0275402-9, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Publicação: DJ 06/02/2018; TJRN - AC: 20160093932 RN, Relator: Desembargador Virgílio Macêdo Jr., Data de Julgamento: 06/03/2018, 2ª Câmara Cível), **devendo a Secretaria expedir carta de citação sem necessidade de AR em mãos próprias, eis que se trata de pessoa jurídica.** Registro que se aplica à ação monitória, no que couber, o art. 916 do CPC. "

Parnamirim/RN, 3 de março de 2023.

JULIANA DE OLIVEIRA CARTAXO FERNANDES

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

Assinado eletronicamente por: JULIANA DE OLIVEIRA CARTAXO FERNANDES - 03/03/2023 06:37:46
https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=23030306374597700000090755170
Número do documento: 23030306374597700000090755170

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO RIO GRANDE DO NORTE
ATO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

TEX O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte (Cremern), UASG 389178, torna público o Pregão Eletrônico nº 90003/2025 Processo Sei nº 24.20.000006317-0 Objeto: Contratação através de Registro de Preços para um eventual fornecimento de materiais de higiene e limpeza para o Conselho Regional de Medicina do RN - CREMERN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos .DATA DA ABERTURA: 26/03/2025 às 8:30h. LOCAL: Sede do CREMERN, sito Av. Rio Branco, 398 – Cidade Alta- Natal-RN, a realizar-se no site do comprasnet.gov.br, edital à disposição dos interessados no mesmo site.

ASS BRUNO BULHOES DE LIMA
CAR Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/RN Nº 22010002/2025
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021

PRAZO DE PUBLICIDADE: oito (08) dias úteis.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço.
ADJUDICAÇÃO: por item.
MODO DE DISPUTA: aberto.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: não.

O **Município de Jucurutu/RN** vem a público comunicar que no dia **13 de março de 2025**, nos sites: www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br e http://www.portaldecompraspublicas.com.br, será disponibilizado o Edital de Licitação, tipo **MENOR PREÇO**, adjudicação **POR ITEM**, destinado a **contratação para aquisição de peixes destinados à distribuição gratuita no período da Semana Santa do ano de 2025, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **25 de março de 2025, às 09:00 horas** (horário de Brasília). Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com e do telefone: (84) 9 9488-2037 – (das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas).

Jucurutu/RN, 11 de março de 2025
Jânat Erika Fernandes de Medeiros
Presidente

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00012/2025

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua José Martins de Oliveira, 178 - Centro - Rafael Fernandes - RN, por meio do site www.novobbmnet.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Fornecimento de materiais esportivos destinados a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer deste Município de Rafael Fernandes–RN. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 26 de Março de 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (..) ... E-mail: cplrafaelfernandes@gmail.com. Edital: rafaelfernandes.rn.gov.br; www.novobbmnet.com.br; www.gov.br/pncp.

Rafael Fernandes - RN, 07 de Março de 2025
CID LEITE VIEIRA - Pregoeiro Oficial

CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

A **3R RNCE S.A., CNPJ 52.127.214/0001-27,** torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, as licenças relacionadas abaixo:

- **Licença de Operação nº 2023-201897/TEC/LO-0306,** com validade **06/03/2028,** para **01 (uma) Estação Coletora Satélite (ECS) Redonda (RE), composta por**: **03 (três)** tanques de produção com 60,00 m³, cada; **02 (dois)** tanques de teste com **20,00 m³**, cada; **01 (um)** tanque de medição fiscal com **160,00 m³**; **01 (um)** tanque separador de água livre com **140,00 m³**; **01 (um)** tanque separador de água livre com **69,00 m³**; **01 (um)** tanque Skimmer com **60,00 m³**; **01 (um)** tanque Skimmer com **198,00 m³**; **01 (um)** tanque Pulmão com **15,60 m³**; **02 (dois)** tanques de estoques de água com **160,00 m³**, cada; **01 (um)** tanque de estoque de água com **60,00 m³**; **02 (dois)** filtros de areia de alta vazão com capacidade de **2,200,00m³/d, cada; 02 (duas) bombas de carga dos filtros de areia de alta vazão com capacidade de 2,200,00 m³/d, cada; 03 (três) bombas de injeção de água com capacidade de 650,00 m³/d.** Localizado no Polo Areia Branca, Campo de Produção de Redonda (RE), **Município de Areia Branca/RN.**
- **Licença Prévia nº 2024-219192/TEC/LP-0297,** com validade **10/03/2026**, para **Viabilidade ambiental de 01 (uma) linha injetora de água do poço injetor** de código: **7-SCR-0249D-RN:** com injeção de água partindo do **aqueduto 8" ECS CN-B / 7-SCR-0032D-RN, 7-CN-0013D-RN a partir da Estação Coletora Satélite (ECS) CN-B.** Localizado no Polo Macau, Campo de Produção de Salina Cristal (SCR), **Município de Macau/RN.**

Luiz Henrique Barbosa
Gerente de Meio Ambiente

ENERBRASIL – ENERGIAS RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 04.569.050/0001-45 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras resumidas são um extrato das demonstrações financeiras completas e para facilitar a comparação entre elas foram utilizadas as mesmas referências numéricas para cada nota explicativa.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
a) https://tribunadonorte.com.br/categoria/publicidade-legal/
b) https://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/central-de-resultados/

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados,
Ao apresentar os resultados de 2024, a Energias Renováveis do Brasil S.A. ("Enerbrasil") reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética. Vamos em busca de novas conquistas em 2025, com a certeza de contribuir para o desenvolvimento do Brasil.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados Econômico-Financeiros R$ mil [1]	2024	2023	Variação %
Receita Operacional Bruta	94.135	96.517	(2,47)
Receita Operacional Líquida	85.110	87.996	(3,28)
Margem Operacional Líquida	59.407	62.811	(5,42)
EBITDA	69.111	72.983	(5,31)
Resultado Financeiro	7.585	8.708	(12,90)
Lucro Líquido	53.105	65.152	(18,49)
Margem Operacional (%)	69,80%	71,38%	(1,58)
Margem EBITDA (%)	81,20%	82,94%	(1,74)
Margem Líquida (%)	62,40%	74,04%	(11,64)

[1] Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Informações Patrimoniais R$ mil [2]	dez/24	dez/23	Variação%
Ativo Total	187.024	187.751	(0,39)
Patrimônio Líquido	109.904	109.464	0,40

[2] Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

Conciliação EBITDA R$ mil [1]	2024	2023	Variação (R$)	Variação (%)
Lucro líquido (A)	53.105	65.152	(12.047)	(18,49)
Receitas financeiras (B)	9.001	10.314	(1.313)	(12,73)
Despesas financeiras (C)	(1.658)	(1.886)	228	(12,09)
Outros resultados financeiros, líquidos (D)	242	280	(38)	(13,57)
Imposto de renda (E)	(11.974)	(5.169)	(6.805)	131,65
Depreciação (F)	(11.617)	(11.370)	(247)	2,17
EBITDA = (A-(B+C+D+E+F))	**69.111**	**72.983**	**(3.872)**	**(5,31)**

[1] Em milhares de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Receita operacional, líquida	3	85.110	87.996
Custos dos serviços		(25.703)	(25.185)
Custos com energia elétrica	4	(3.875)	(3.822)
Custos de operação	5	(21.828)	(21.363)
Lucro bruto		59.407	62.811
Perda de crédito esperadas	9.1	1	3
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	5	(1.914)	(1.201)
Lucro operacional		57.494	61.613
Resultado financeiro	6	7.585	8.708
Receitas financeiras		9.001	10.314
Despesas financeiras		(1.658)	(1.886)
Outros resultados financeiros, líquidos		242	280
Lucro antes dos tributos		65.079	70.321
Tributos sobre o lucro	7.1	(11.974)	(5.169)
Corrente		(11.741)	(8.706)
Diferido		(233)	3.537
Lucro líquido do exercício		53.105	65.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	53.105	65.152
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-
Resultado abrangente do exercício	53.105	65.152

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	53.105	65.152
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	11.617	11.370
Tributos sobre o lucro	11.974	5.169
Resultado financeiro, líquido	(7.585)	(8.708)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	1.691	3.113
Fornecedores e contas pagar	293	265
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(1.749)	(2.818)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	660	(6.677)
Outros ativos e passivos, líquidos	2.264	(447)
Caixa gerado nas operações	72.270	66.419
Rendimento de aplicação financeira	3.733	4.405
Pagamento de juros – Arrendamentos	(304)	(356)
Tributos sobre o lucro pagos	(7.441)	(30.319)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	68.258	40.149
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(18)	(225)
Operações de mútuo	12.889	(12.646)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	12.871	(12.871)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal – Arrendamentos	(491)	(427)
Remuneração paga aos acionistas	(57.286)	(39.466)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(57.777)	(39.893)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	23.352	(12.615)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	30.464	43.079
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.816	30.464
Transações que não envolveram caixa:		
Provisão para desmantelamento	2.054	5.050
Provisão ambiental	6	107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	53.816	30.464
Contas a receber de clientes e outros	9	10.573	12.264
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	817	2.828
Outros tributos a recuperar		2	278
Contas a receber de operações de mútuo	10	44.710	51.696
Outros ativos circulantes		155	2.290
Total do circulante		110.073	99.820
Não circulante			
Tributos sobre o lucro a recuperar	7.1.3	84	1.567
Outros tributos a recuperar		586	296
Tributos sobre o lucro diferidos	7.1.2	10.939	11.172
Depósitos judiciais	13.1	14	13
Direito de uso		1.733	2.009
Imobilizado	11	62.960	71.974
Intangível		635	900
Total do não circulante		76.951	87.931
Total do ativo		187.024	187.751
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	3.187	2.894
Passivo de arrendamento		791	759
Tributos sobre o lucro a recolher	7.1.3	5.084	4.126
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		859	1.389
Dividendos e juros sobre capital próprio	14.2	10.951	16.288
Provisões e outras obrigações	13	22.837	21.662
Outros passivos circulantes		296	172
Total do circulante		44.005	47.290
Não circulante			
Passivo de arrendamento		1.415	1.704
Provisões e outras obrigações	13	31.600	29.102
Outros passivos não circulantes		100	191
Total do não circulante		33.115	30.997
Patrimônio líquido	14		
Atribuído aos acionistas da Companhia		109.904	109.464
Total do patrimônio líquido		109.904	109.464
Total do passivo e do patrimônio líquido		187.024	187.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucro				
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva para Investimento	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.721	8.944	13.871	10.928	-	31.002	109.464
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	53.105	-	53.105
Aprovação dos dividendos adicionais	-	-	-	(7.670)	-	(31.002)	(38.672)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 14.3)	-	-	8.426	2.655	(11.081)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	-	(42.024)	28.031	(13.993)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	44.721	8.944	22.297	5.913	-	28.031	109.904
Saldos em 31 de dezembro de 2022	44.721	8.944	-	7.671	-	30.718	92.052
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.152	-	65.152
Aprovação dos dividendos adicionais	-	-	-	-	-	(30.718)	(30.718)
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reservas de lucros (nota 14.3)	-	-	13.871	3.257	(17.128)	-	-
Remuneração aos acionistas (nota 14.2)	-	-	-	-	(48.024)	31.002	(17.022)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.721	8.944	13.871	10.928	-	31.002	109.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energias Renováveis do Brasil S.A. ("Enerbrasil" ou "Companhia") atua no segmento de geração de energia eólica, e é controladora direta do Parque Eólico Rio do Fogo. O Parque Eólico Rio do Fogo foi adquirido através do Programa de incentivo as fontes alternativas do Ministério de Minas e Energia e fica localizado no Estado do Rio Grande do Norte, na Av. Prefeito Egídio Dantas de Medeiros, s/nº, Rio do Fogo. Rio do Fogo recebeu autorização para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme Resolução nº 581 de 19/12/2001, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Esta autorização vigorará pelo prazo de 30 anos contados a partir da publicação. Participante do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA), o projeto Rio do Fogo atende à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Rio do Fogo conta com a implantação de 62 aerogeradores, totalizando uma capacidade instalada de 49,3 MW e energia contratada de 17,9MW médios.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *IFRS Accounting Standards* (*IFRS Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração, em 27 de fevereiro de 2025. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro. **2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
7.1	Tributos sobre o lucro diferidos
9.2	Perda de Créditos Esperada (PCE)
11.1	Imobilizado
13.1	Provisões e outras obrigações

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de *covenants* como circulante ou não circulante. Segundo as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas *covenants* cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo – que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda – e retro arrendamento ('*Sale and Leaseback*') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de Risco Sacado ('*Reverse factoring*'), que envolvem as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento de fornecedores por uma companhia e permitirão que os investidores observem como o uso desses instrumentos afetou as operações e a estrutura capital da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras. **b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19: Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as *IFRS Accounting Standards* para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a *IFRS 10 Consolidated Financial Statements* e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras, e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou comT data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

3.2 Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores. A receita de operações de venda de energia na CCEE e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1.5 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) Estimativas e julgamentos críticos: É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

9.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. b) Estimativas e julgamento críticos: A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras. Os parques eólicos não possuem histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dada à essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis.

11. IMOBILIZADO

11.1 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: A Companhia classifica no imobilizado os ativos tangíveis, com vida útil definida de longa duração, vinculada às operações cujo preço ou tarifa não é controlada pelo poder concedente. Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*). A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil ao seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados em montante superior aos seus valores de recuperação. Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados. Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos. b) Estimativas e julgamentos críticos: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens, estimados pela Administração da Companhia. De modo geral, a vida útil da obra civil e as torres dos aerogeradores dos parques eólicos possuem 25 anos para as partes móveis e 40 anos para as partes fixas, limitado ao prazo da outorga de operação do parque eólico. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

13. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

13.2 Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/ intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. (ii) Provisão para desmantelamento e ambiental: As provisões para desmantelamento e ambiental são decorrentes do valor presente dos fluxos estimados para o cumprimento das obrigações relacionadas e seu reconhecimento inicial é em contrapartida ao Imobilizado, e o efeito do valor do dinheiro no tempo é reconhecido no resultado do exercício, como resultado financeiro. O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque eólico. Os custos potenciais cobertos por seguros ou indenizações não são abatidos do montante provisionado. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão de ressarcimento é reconhecida em contrapartida o resultado do exercício, como receita líquida. b) Estimativas e julgamentos críticos: (i) Provisão para litígios e passivos contingentes: Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros. (ii) Provisão para desmantelamento: É necessário o julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração das obrigações para desmantelamento dos parques eólicos, conforme estudo do mercado de energia eólica, levando em consideração a quantidade de MW total implantada no empreendimento, tais como, taxa de juros, custo de fechamento e a vida útil do ativo considerando o estágio atual de depreciação. Qualquer alteração nessas premissas pode afetar significativamente o valor do passivo reconhecido. Essa estimativa é reavaliada anualmente de acordo com os fluxos de caixa estimados, que levam em consideração o custo base de restauração e desmobilização das áreas exploradas. O valor da obrigação é descontado ao valor presente utilizando uma taxa nominal antes dos impostos que reflete a avaliação atual do mercado para o valor do dinheiro

Neoenergia

ENERBRASIL – ENERGIAS RENOVÁVEIS DO BRASIL S.A.

no tempo e dos riscos específicos do passivo e é liquidado pelo desembolso de caixa referente ao fechamento dos parques eólicos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a taxa de desconto utilizada foi 13,20% e 10,15%, respectivamente. A inflação implícita foi equivalente a 3,50% ambos os exercícios. (iii) Provisão para ressarcimento: A provisão para ressarcimento é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas prováveis pela energia contratual não entregue no exercício social corrente. Esta provisão é constituída considerando os valores estimados apurados pelos especialistas baseado nos relatórios emitidos pela CCEE e relatórios internos de geração de energia da Companhia. As provisões são tempestivamente ajustadas de acordo com as novas estimativas apuradas. A realização ocorre no primeiro ano subsequente ao quadriênio, amortizado em 12 vezes conforme previsto nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR's) da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o capital social é de R$ 44.721 correspondendo a 44.720.591 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela Elektro Renováveis S.A.. **14.2 Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**53.105**	**65.152**
Reserva de incentivo fiscal	(8.426)	(13.871)
Lucro líquido ajustado	**44.679**	**51.281**
Reserva para investimentos	(2.655)	(3.257)
Lucro líquido a distribuir	**42.024**	**48.024**
Remuneração		
Mínimo obrigatório	13.993	17.022
Remuneração adicional	28.031	31.002
	42.024	**48.024**
Natureza da remuneração		
Dividendos	37.248	43.134
JCP	4.776	4.890
	42.024	**48.024**

Os valores deliberados aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendos mínimos obrigatórios 2023	12.132	0,2712819
AGOE de 30 de abril de 2024	Dividendo adicional proposto 2023	31.002	0,6932314
AGOE de 30 de abril de 2024	Reserva de investimento	7.670	0,1715078
AGE de 27 de junho de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	2.736	0,0611793
AGE de 20 de dezembro de 2024	Juros sobre Capital Próprio 2024	2.040	0,0456162
		55.580	
2023			
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendos mínimos obrigatórios 2022	7.334	0,1639945
AGOE de 28 de abril de 2023	Dividendo adicional proposto 2022	30.718	0,6868809
AGE de 20 de dezembro de 2023	Juros sobre Capital Próprio 2023	4.890	0,1093446
		42.942	

A remuneração a pagar aos acionistas está apresenta como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	**16.288**	**8.748**
Dividendos e juros sobre o capital próprio:		
Declarados no exercício	9.217	12.132
Declarados de exercícios anteriores	38.672	30.718
Juros sobre capital próprio declarados	4.776	4.890
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(716)	(734)
Dividendos pagos no exercício	(50.804)	(38.052)
Juros sobre capital próprio pagos no exercício	(6.482)	(1.414)
Saldo final do exercício	**10.951**	**16.288**

14.3 Reservas de lucros: 14.3.1 Reserva legal: Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2024 e 2023, pois foi atingido o limite legal da reserva. **14.3.2 Incentivo fiscal imposto de renda – SUDENE:** A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada. A Companhia apurou no exercício de 31 de dezembro de 2024, o valor de R$ 8.246 (R$ 13.871 em 31 de dezembro de 2023) de incentivo fiscal SUDENE. **14.3.3 Reserva para investimento:** Como previsto no estatuto social da Companhia, o montante que excede a distribuição de dividendo mínimo obrigatório deve ser destinado para reserva de investimentos que não excederá 80% do capital subscrito, importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, na qual é destinada para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos empreendimentos. Em reunião realizada em 30 de abril de 2024, a Assembleia Geral aprovou a distribuição do montante de R$ 7.670 desta reserva como dividendos. **14.4 Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos dos acionistas e, também, aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.5 Política contábil: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

DIRETORES

Leandro Adzgauskas Montanher — Rodolfo Fernandes da Rocha — Mariana Félix Vasconcellos de Andrade

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

Rachel Alves Pascale
Contadora
CRC-RJ-Nº 115915/O-3
Luciana Maximino Maia
Diretora de Contabilidade

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE RESUMIDO

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 27 de fevereiro de 2025, sem modificações.

EUA confirmam tarifa de 25% sobre aço e alumínio do Brasil

TAXAÇÃO O Brasil é um dos mais atingidos pela medida por ser grande exportador de aço para os Estados Unidos; governo americano suspende tarifa de 50% sobre o Canadá, mas mantém a de 25%

A Casa Branca confirmou, na terça-feira (11), que irá prosseguir com as tarifas de 25% sobre aço e alumínio de "todos os parceiros comerciais, sem exceções ou isenções". A medida, que havia sido anunciada em fevereiro, entrará em vigor à meia-noite desta quarta-feira (12).

Produtos semiacabados de aço estão entre os principais produtos exportados pelo Brasil aos EUA, ao lado de petróleo bruto, produtos semiacabados de ferro e aeronaves.

Segundo dados do governo dos Estados Unidos, no ano passado o Canadá foi o maior fornecedor de aço, em volume, para os americanos, com 20,9% do total, seguido pelo Brasil (16%, com 3,88 milhões de toneladas, e o país com maior crescimento em relação às exportações de 2023) e o México (11,1%).

O Brasil ficou atrás do México em valores: recebeu US$ 2,66 bilhões, contra US$ 2,79 bilhões dos mexicanos e US$ 5,89 bilhões dos canadenses. Em janeiro, o Brasil foi o maior exportador do mês em volume (499 mil toneladas), ultrapassando o Canadá (495 mil toneladas).

Além disso, cerca de metade das exportações de aço do Brasil vão para os EUA, o que coloca em risco importante fatia da produção siderúrgica brasileira. Na ordem executiva de fevereiro, em que Trump anunciou as tarifas, ele mencionou o aumento expressivo de compra de aço da China pelo Brasil entre as justificativas para elevar as tarifas e cancelar cotas para grandes fornecedores.

"As importações brasileiras de países com níveis significativos de sobrecapacidade, especificamente a China, cresceram tremendamente nos últimos anos, mais do que triplicando desde a instituição deste acordo de cotas", dizia um dos trechos da ordem executiva.

A imagem mostra várias barras de metal prateadas dispostas em uma superfície vermelha. Ao fundo, duas pessoas estão trabalhando em uma oficina, com máquinas e ferramentas visíveis. A iluminação é suave e o ambiente parece ser industrial.

Barras de aço em uma indústria no México - Daniel Becerril - 11.mar.25/Reuters

Na época, o Instituto Aço Brasil, que representa as siderúrgicas brasileiras, disse receber com surpresa o anúncio de Trump e rebateu o argumento. Em nota, a instituição negou que o Brasil estaria importando grandes quantidades de aço chinês para enviar a produção nacional para os EUA.

"Cabe ressaltar que o mercado brasileiro também vem sendo assolado pelo aumento expressivo de importações de países que praticam concorrência predatória, especialmente a China, razão pela qual o Instituto Aço Brasil solicitou ao governo brasileiro a implementação de medida de defesa comercial", disse o Instituto no documento.

"Assim, ao contrário do alegado na proclamação do governo americano de 10 de fevereiro, inexiste qualquer possibilidade de ocorrer, no Brasil, circunvenção para os EUA de produtos de aço oriundos de terceiros países", acrescentou.

Em 2018, o governo Trump também aplicou uma tarifa de 25% sobre o aço importado pelos EUA, mas dois anos depois, reduziu a cota de importação de aço semiacabado do Brasil. Em 2022, sob Joe Biden, os americanos revogaram as medidas restritivas.

Antes da confirmação da imposição das tarifas pela Casa Branca, diplomatas brasileiros estavam pessimistas em relação à possibilidade de recuo na taxa ao aço e ao alumínio e já falavam na necessidade de tentar reverter o estrago uma vez fosse feito.

Um integrante do governo brasileiro avalia, sob reserva, que o país precisará lançar mão de tarifas retaliatórias se quiser brecar a investida de Trump.

A leitura é que a decisão sobre a tarifa é exclusivamente do presidente americano e passa por fatores que vão além da mera negociação comercial.

Integrantes do governo brasileiro avaliam não estar claro o ganho específico que Trump terá com a imposição das tarifas aos produtos do Brasil, mas creem que se trata de uma estratégia para manter a promessa de campanha de reindustrializar o país.

Nas últimas semanas, além das conversas entre ministros brasileiros e autoridades americanas, a embaixada brasileira nos Estados Unidos também procurou interlocutores no Congresso em busca de respaldo na negociação.

Em caráter reservado, auxiliares de parlamentares relataram incômodo com a forma como Trump tem lidado com as tarifas e uma forte pressão por parte de empresas para tentar brecar as negociações.

Os republicanos, porém, que são maioria no Senado e na Câmara, evitam se posicionar contra o presidente publicamente.

As medidas que entram em vigor nesta quarta devem afetar grande parte das vendas das siderúrgicas brasileiras. De acordo com analistas ouvidos pela Folha, as empresas mais afetadas devem ser Ternium, ArcelorMittal e Usiminas, que exportam importante fatia de suas produções para os EUA. A primeira é a controladora da terceira, mas também tem uma fábrica própria de placas de aço no Brasil, onde tem capacidade de produzir até 5 milhões de toneladas anualmente, no Rio de Janeiro.

Marco Antônio Castello Branco, ex-presidente da Usiminas e ex-diretor da Vallourec, disse à Folha em fevereiro que a ArcelorMittal, assim como a Ternium, alimenta suas unidades nos EUA com aços semi-elaborados do Brasil e, por isso, as taxas devem afetar suas operações internas. Ele estima que as siderúrgicas no Brasil podem perder até US$ 5 bilhões (R$ 29 bi) devido às medidas de Trump.

A Gerdau, por outro lado, deve ser uma das poucas siderúrgicas brasileiras que não serão tão afetadas pela medida. Historicamente, menos de 10% das exportações da produção da empresa no Brasil vão para a América do Norte –a siderúrgica prioriza os mercados da América do Sul, América Central e, recentemente, tem ganhado espaço no mercado europeu.

REPRODUÇÃO

Lula criticou o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em evento em Betim (MG). EUA confirmaram ameaça de taxar o Brasil

Lula critica Trump: "Fale manso comigo"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em evento em Betim (MG) nesta terça-feira. Em meio à guerra comercial promovida pelo americano, o chefe do Executivo disse que não adianta o republicano "ficar gritando de lá" porque ele não tem "medo de cara feia."

"Todo mundo vai ganhar, nós não queremos o Brasil para nós, queremos o Brasil para vocês. Não adianta o Trump ficar gritando de lá, porque eu aprendi a não ter medo de cara feia. Fale manso comigo, fale com respeito comigo que eu aprendi a respeitar as pessoas e quero ser respeitado", disse.

Reunião

Na semana passada, Brasil e Estados Unidos deram o primeiro passo para a negociação de um acordo para evitar que as exportações brasileiras sejam afetadas pela elevação de tarifas nas importações de aço e alumínio anunciada por Donald Trump. O assunto foi tratado em uma reunião do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, com os dois principais responsáveis pelo tema na equipe de Trump: o secretário de Comércio, Howard Lutnick, e o representante comercial americano, Jamieson Greer.

Além do aço e do alumínio, Trump avisou que vai aumentar as alíquotas de produtos cujo imposto é maior do que o cobrado pelos americanos, como o etanol. Um dos argumentos usados pelo Brasil é que as exportações brasileiras não são uma ameaça às indústrias americanas, porque as economias dos dois países são complementares. Além disso, quem pagará mais caro pelo tarifaço serão as empresas dos EUA, que dependem de produtos siderúrgicos para a produção.

Alex Medeiros

[INSTAGRAM @alexmedeiros1959]

Meu Rico Português

A cidade de Mossoró entrou em alvoroço naquela sexta-feira de setembro de 1975. Os jornais Tribuna do Norte e Diário de Natal anunciaram que os atores Jonas Mello e Márcia Maria, astros da TV Tupi e par romântico da novela Meu Rico Português, seriam os destaques da 2ª Noite Classe A, organizada pela colunista social Ivonete de Paula dentro da programação dos 92 anos da festa maior do município, o Dia da Liberdade. A festa ocorreu na sede do Potiguar.

Desde a chegada do casal Salgado e Walkiria (os papeis de Jonas e Márcia), a imprensa escrita e radiofônica acompanhou seus passos em Natal, onde ambos participaram de evento na sede do América, e na capital oestana. A novela dirigida por Geraldo Vietri era um sucesso estrondoso no país, desde a estreia em fevereiro de 1975. Na verdade, foi quase um remake de Antônio Maria, que o mesmo Vietri escreveu com Walter Negrão e foi um estouro na Tupi em 1968.

Das imagens mais nítidas daqueles dias, lembro de cenas com trilhas de fados (até a icônica Amália Rodrigues apareceu na trama) e do cabaré nas Quintas, perto dos campinhos de peladas, que foi batizado com o nome da novela.

A história se desenvolve no entorno de uma mansão num bairro aristocrático de São Paulo, cuja proprietária é a viúva Veridiana (Dina Lisboa), que por não ter filhos mima em demasia os sobrinhos. Sua família sonha com a herança.

Severo Salgado (Jonas Mello) é um ex-estudante de medicina em Lisboa que chega na capital paulista e associa-se ao alemão Rudolf (Claudio Correia e Castro), casado com Gertrudes (Elizabeth Hartmann), uma controladora.

O luso galanteador salva a vida da rica viúva, vítima de um infarto, e estabelece com ela um relacionamento de confiança. Ele passa a orientá-la para não cair no golpe dos familiares, todos interessados em seu patrimônio.

Walkiria (Márcia Maria) está noiva de Ricardo Alexandre (Paulo Figueiredo), um boçal e mau-caráter. No primeiro contato com Salgado, ela toma uma rejeição, mas o português, ao contrário, logo vai se apaixonar pela loira.

O diretor Vietri, que teria um pico de estresse e seria substituído alguns dias por Paulo Figueiredo e Carlos Zara, fez os personagens Veridiana, Salgado, Walkiria, Rudolf e Gertrudes serem adorados pelos espectadores do país.

Jonas Mello mergulhou tanto no personagem, que ficou dois meses ouvindo discos de Amália Rodrigues e com poesia de Fernando Pessoa, além de frequentar a colônia lusa na sede da Portuguesa, no bairro do Canindé.

Além de Walkiria, o charme de Severo Salgado atingiria também o coração da dama de companhia da senhora Veridiana, a retraída e resignada Ida Flag, interpretada pela magistral atriz, bailarina e diretora Ruthinea de Moraes.

Apesar dos muitos fados e alguns boleros e baladas, as trilhas sonoras que compuseram os LPs nacional e internacional tiveram outros ritmos de essência pop, para não ter distância da época, como soul, funk inglês e rock argentino.

Uma das canções que gerou mal-estar no governo do general Ernesto Geisel foi "E Depois do Adeus", uma letra de amor ferido, mas que serviu de sinal para a eclosão da Revolução dos Cravos, ocorrida um ano antes em Portugal.

Mesmo com brilhantes pares românticos na TV brasileira, como Regina Duarte e Claudio Marzo, Tarcísio Meira e Glória Menezes e Eva Wilma e Carlos Zara, Jonas Mello e Márcia Maria repetiram um fenômeno que ocorreu em 1974.

Um ano depois (entre fevereiro de 74 e fevereiro de 75), eles conquistaram o Brasil como fizeram Antônio Fagundes e Maria Isabel de Lizandra na novela O Machão, também da TV Tupi. E em Mossoró, então, foi uma consagração.

■■■

Ditadura Foi-se o tempo em que a tomada do poder prescindia de um partido, militares e empresários. Um regime está se erguendo com suporte de comunistas, imprensa, quadrilhas do tráfico, policiais e juízes fiéis a cartilhas marxistas.

Democracia Do jornalista Augusto Nunes no X: "Nem o PT, que é vigarista de nascença, nem o Supremo, que ainda não resolveu se será um caso de polícia ou um caso clínico, ousam negar que os EUA são uma democracia exemplar".

China Com transmissão ao vivo pelo YouTube, começou ontem e termina hoje o 1º Congresso STJ Brasil-China de Direito, reunindo ministros, juristas e acadêmicos dos dois países discutindo meio ambiente e inteligência artificial.

Estado Só as mentes deformadas sociologicamente nas universidades e os militontos teleguiados desde o ginásio não perceber que no Brasil a escola pública não presta, hospital público não presta e a segurança pública não se moderniza.

Fenômeno Mais uma vez, o padre Frei Gilson reuniu mais de 1 milhão de cristãos numa live no YouTube iniciada pelas 3h da manhã de ontem. Com 7 milhões de seguidores no Instagram, o jovem religioso atrai milhares nas outras redes.

Reação Duas ocorrências mostraram a revolta da sociedade com criminosos: no Ceará, um estuprador foi surrado até à morte e a polícia foi impedida de interferir; em Minas, dois agressores de um segurança tiveram seu carro destroçado.

Picardia Do leitor NM, após curtir a folia em Açu: "Alex, homi, a cidade está enorme, viu, e a prefeitura deve ter pra mais de 5 mil automóveis, pois um veículo da frota oficial desapareceu em novembro do ano passado e só agora deram por fé".

Botafogo Parte da torcida alvinegra irada por John Textor não dar satisfação das suas ações. Só que ele está certíssimo. O Glorioso é hoje um time-empresa, sujeito à projeção lucrativa e não emoções lacrativas. Futebol é um grande negócio.

Moraes permite que Valdemar e Bolsonaro tenham contato

SUSPENSÃO Ministro do STF revogou decisão que impedia ex-presidente e dirigente do PL de conversarem para não obstruir inquérito do 8/jan

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou nesta terça-feira, 11, a decisão cautelar que impedia o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, de manterem contato para não obstruir a investigação sobre o plano de golpe. A restrição estava em vigor desde fevereiro de 2024. Em sua decisão, o ministro afirmou que, como Valdemar não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), não há necessidade de manter as restrições que haviam sido impostas a ele.

"Embora o investigado tenha sido indiciado no relatório final apresentado pela autoridade policial, a Procuradoria-Geral da República, ao exercer a sua opinio delicti, não denunciou o investigado, razão pela qual, em relação a ele, não estão mais presentes os requisitos necessários à manutenção das medidas cautelares anteriormente impostas", escreveu o ministro.

Também foram revogadas outras medidas cautelares contra Valdemar, como a retenção do seu passaporte e a proibição de deixar o Brasil e de participar de cerimônias, festas ou homenagens a militares das Forças Armadas e a policiais militares. Alexandre de Moraes mandou devolver o celular do presidente do PL e outros itens apreendidos com ele na investigação, como relógios de luxo e dinheiro. O ministro afirmou que não há "interesse na manutenção da apreensão" porque a perícia e análise dos dados foram concluídas pela Polícia Federal.

BETO BARATA-PL

Valdemar Costa Neto e o ex-presidente Jair Bolsonaro estavam proibidos de manter contato

A decisão atendeu a um pedido da defesa de Valdemar. O presidente do PL e seu advogado, Marcelo Bessa, se reuniram mais cedo com Moraes no STF. Enquanto vigorou a medida cautelar, Bolsonaro e Valdemar se encontraram uma única vez, na missa de sétimo dia celebrada em homenagem à mãe do presidente do PL, em dezembro. Moraes autorizou o encontro.

Encontro

O ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, devem se encontrar nestas quarta-feira, 12, após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar a decisão que vedava que os dois se encontrassem em razão das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado. Bolsonaro está em São Paulo, dormirá no Palácio dos Bandeirantes, e deve retornar a Brasília nesta quarta.

Em sua decisão, o ministro afirmou que, como Valdemar não foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), não há necessidade de manter as restrições que haviam sido impostas a ele.

O ex-presidente Bolsonaro e Valdemar Costa Netto estavam proibidos de se comunicar desde fevereiro de 2024, ao serem alvos da operação Tempus Veritatis. Os agentes cumpriram mandados de busca na residência de Bolsonaro em Angra dos Reis (RJ) e de mais 32 pessoas.

TÍTULO EMITIDO PELA: KOVR capitalização
TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO NATAL CAP Filantropia Premiável
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA: HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO

RESULTADO DO NATAL CAP DO DIA 09/03/2025

1º SORTEIO	2º SORTEIO	3º SORTEIO	4º SORTEIO
10.000	10.000	10.000	300.000
10 MIL REAIS - Valor líquido	10 MIL REAIS - Valor líquido	10 MIL REAIS - Valor líquido	300 MIL REAIS -Valor líquido
52 30 20 55 34 13 02 39 59 29 16 54 26 58 37 51 24 33 56 19 38 42 14 28 53 43 15 01 35 10 21 60 23 27 36 57 25	30 03 39 33 49 24 35 55 06 48 07 34 57 15 28 44 01 42 38 13 46 40 14 51 47 08 60 36 22 37 56 26 16 09 32 10 18	14 19 59 54 52 10 20 45 56 24 41 38 28 13 46 03 15 23 31 22 50 42 47 06 57 37 12 02 34 36 17 18 60 05	59 53 38 08 19 01 24 25 37 23 52 17 27 10 31 36 43 47 50 39 13 20 02 29 30 21 48 54 42 04 58 41 56 34 09 32 46 03 12

CONTEMPLADOS GLOBO DA SORTE

SORTEIOS		NOME	CIDADE	BAIRRO	PDV
1º	007.053	Antônio Gurgel Filho	MOSSORÓ	Planalto 13 Maio	FRANCISCO VIEIRA
2º	010.319	Salomé Dias de Queiroz Moura	PARNAMIRIM	Nova Parnamirim	DEDÉ DE PIRANGI
3º	275.976	Marília Laurentino de Oliveira	CANGUARETAMA	Barra do Cunhaú	APLICATIVO
4º	007.781	Juliana Marcelino da Silva	PARNAMIRIM	Bela Parnamirim	ANA MEL
4º	115.182	Pedro Romão da Silva	LAGOA DE PEDRAS	Zona Rural	GOLDBERG
4º	121.574	Genilson Modesto	NATAL	Cidade da Esperança	ROCHELE
4º	218.949	Italo Thiago de Medeiros Dantas	SÃO PEDRO	Centro	APLICATIVO
4º	278.332	Lorena Patricia da Silva Torres	PARNAMIRIM	Jardim Planalto	APLICATIVO

CONTEMPLADOS GIRO DA SORTE
30 PRÊMIOS DE R$ 1.500,00 (cada) - Valor líquido + 1 GIRO EXTRA DE R$ 5.000,00 - Valor líquido

Nº		NOME	CIDADE	BAIRRO	PDV
1º	293.262	Thais Débora dos Santos Cruz	NATAL	Rocas	APLICATIVO
2º	253.733	Zilvani Rodrigues de Sena	SENADOR GEORGINO AVELINO	Carnauba	APLICATIVO
3º	291.975	Maria Irene Xavier de Sousa	PARNAMIRIM	Jardim Planalto	APLICATIVO
4º	271.254	Tatiane Oliveira de Lima	MOSSORO	Alto do Sumaré	APLICATIVO
5º	204.569	Lucinalva Maria de Moura	RUY BARBOSA	Centro	APLICATIVO
6º	106.510	Décio Vitor de Medeiros	CARNAÚBA DOS DANTAS	Centro	TATA DE MARGUIM
7º	097.085	Maria Salete Gomes Nogueira	NATAL	Pajuçara	JOSILENE
8º	171.478	João Leôncio da Costa Filho	NATAL	Lagoa Azul	RAFAEL DIEGO - NATALCAP PIX
9º	066.065	José Edivan Pereira dos Santos	NATAL	Alecrim	SED
10º	106.486	Zélia Ducelina Coelho	ACARI	Dinarte Matriz	VALDEMAR MATIAS
11º	022.832	Francisco Onofre Barbosa	CEARÁ MIRIM	Centro	ELAINE
12º	044.906	João Dantas Pereira	MOSSORÓ	Planalto 13 de maio	NÚBIA BALBINO
13º	052.918	Aroldo Félix da Fonseca	MOSSORÓ	Barrocas	ISIAS E DAMIANA BICICLETINHA DO SOM
14º	104.844	Júlio Leandro Barbosa Júnior	CURRAIS NOVOS	Parque Dourado	DONA GOGÓ
15º	044.166	Franti cléide Fonseca da Silva	AÇU	Zona Rural	ADRIANA M.
16º	053.349	Benedita Alves Silva	MOSSORÓ	Abolição I	RAFAILSON
17º	094.873	José Adeilson Monteiro da Silva	IELMO MARINHO	Pacavira	ADRIANA
18º	231.138	Sidnei Miranda de Souza	MACAU	Diogo Lopes	APLICATIVO
19º	271.016	Jackson Faustino Cavalcante	LAJES	Antônio de Melo	APLICATIVO
20º	163.236	Cristiano da Silva Santiago	CEARÁ MIRIM	Muriú	LEONARDO SENA DE LIMA - NATALCAP PIX
21º	044.210	Kerginaldo Varela de Albuquerque	SANTANA DO MATOS	Zona Rural	LOURDINHA (ASSU)
22º	126.010	Vanessa Paula da Silva	CAICÓ	Zona Rural	ANA MARIA G. FERREIRA - NATALCAP PIX
23º	010.558	Maria José da Silva	NATAL	Mãe Luiza	BARROZÃO
24º	118.842	João de Oliveira Lima	JOÃO CÂMARA	Zona Rural	DENILSON
25º	295.999	Maria Divani de Medeiros Araújo	NATAL	Candelária	APLICATIVO
26º	010.265	Flávio Soares de Oliveira	PARNAMIRIM	Nova Parnamirim	R. ANTÔNIA
27º	015.142	Antônio Emídio Cordeiro Filho	JUNDIÁ	Zona Rural	CACÁ
28º	224.051	Maria Sosia dos Santos	MOSSORÓ	Lot. Jardins Santo Antônio	APLICATIVO
29º	259.869	Janiedson Pereira da Silva	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	Golandim	APLICATIVO
30º	036.158	José Maria de Azevedo	NATAL	Planalto	CLAUDIANE
EXTRA	170.679	Wellington Manoel da Cruz Marques	NATAL	Pitimbu	DARLANA - NATALCAP PIX

DOMINGO 16.03
4º prêmio
STRADA
CABINE DUPLA 1.3 FLEX OKM
SUGESTÃO DE USO DO PRÊMIO NO VALOR LÍQUIDO DE R$ 130.000,00.
Título R$10,00
1º prêmio 5.000 PRÊMIO NO VALOR LÍQUIDO DE R$ 5.000,00.
2º prêmio 5.000 PRÊMIO NO VALOR LÍQUIDO DE R$ 5.000,00.
3º prêmio 5.000 PRÊMIO NO VALOR LÍQUIDO DE R$ 5.000,00.
30 giros da sorte 1.000 PRÊMIO NO VALOR LÍQUIDO DE R$ 1.000,00, CADA, SORTEADOS PELO NÚMERO DA SORTE.
GIRO EXTRA 5.000 PRÊMIO NO VALOR LÍQUIDO DE R$ 5.000,00, SORTEADOS PELO NÚMERO EXTRA.
SORTEIOS DECORRENTES DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO DE PAGAMENTO ÚNICO, DA MODALIDADE FILANTROPIA PREMIÁVEL, EMITIDOS PELA KOVR CAPITALIZAÇÃO S/A, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 93.202.448/0001-79, APROVADOS DE ACORDO COM PROCESSO SUSEP Nº 15414.619203/2023-84. AO ADQUIRIR O NATAL CAP, O SUBSCRITOR CEDE 100% DO DIREITO DE RESGATE DO SEU TÍTULO AO HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO. A APROVAÇÃO DESTE TÍTULO PELA SUSEP NÃO IMPLICA, POR PARTE DA AUTARQUIA, EM INCENTIVO OU RECOMENDAÇÃO A SUA AQUISIÇÃO, REPRESENTANDO EXCLUSIVAMENTE, SUA ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS EM VIGOR. ANTES DE CONTRATAR, CONSULTE PREVIAMENTE AS CONDIÇÕES GERAIS, DISPONÍVEL PARA CONSULTA NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.SUSEP.GOV.BR, DE ACORDO COM O NÚMERO DE PROCESSO CONSTANTE NO TÍTULO. É PROIBIDA A VENDA DE TÍTULO DE CAPITALIZAÇÃO A MENORES DE DEZESSEIS ANOS. IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
INSTITUIÇÃO BENEFICIADA: HOSPITAL INFANTIL VARELA SANTIAGO
TÍTULO EMITIDO PELA: KOVR capitalização


FACEBOOK
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Facebook @tribunadonorteRN


INSTAGRAM
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Instagram @tribunadonorte


Aponte a câmera e ouça a JP News Natal 93.5

Ucrânia aceita cessar-fogo de 30 dias com a Rússia

PAZ O secretário de Estado americano, Marco Rubio, disse que ucranianos concordaram em iniciar as negociações com os russos imediatamente

ESTADÃO CONTEÚDO
Agência de Notícias

JIDÁ, ARÁBIA SAUDITA - O governo da Ucrânia aceitou nesta terça-feira, 11, uma proposta de cessar-fogo de 30 dias feita pelo governo americano na guerra contra a Rússia após quase nove horas de negociação intermediada pelo governo da Arábia Saudita em Jidá.Em contrapartida, os americanos prometeram reestabelecer a ajuda militar e o compartilhamento de dados de inteligência que tinham sido suspensos pelo presidente Donald Trump na semana passada.

Representantes do governo ucraniano e dos Estados Unidos estão reunidos há dois dias para negociar uma trégua no conflito, que completou três anos no mês passado, após uma série de desacordos entre Washington e Kiev.

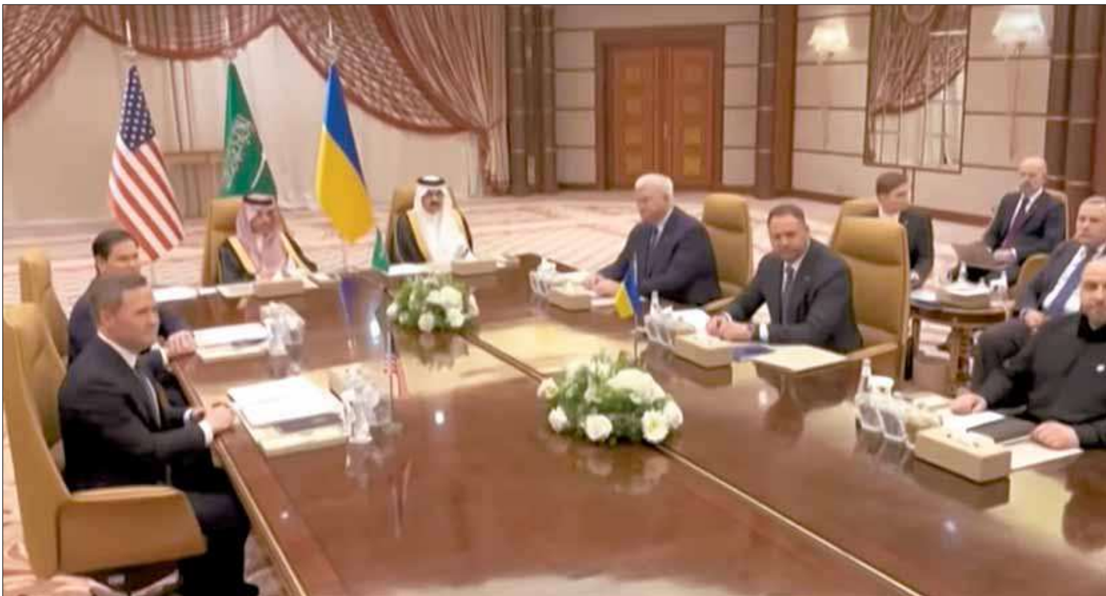
Segundo o secretário de Estado americano, Marco Rubio, os ucranianos concordaram em iniciar negociações com a Rússia imediatamente, e agora " a bola está com Moscou". O governo russo ainda não se pronunciou, mas Rubio disse que espera que o Kremlin dê uma resposta positiva em breve. O presidente ucraniano, Volodmir Zelenski, pediu que a Casa Branca atue para convencer o líder russo, Vladimir Putin, a aceitar o cessar-fogo.

No comunicado final da cúpula da Jidá, ambas as partes também concordaram em selar "o mais rápido possível" um acordo para que os Estados Unidos possam explorar recursos minerais ucranianos.

"A Ucrânia expressou sua disposição em aceitar a proposta dos EUA de decretar um cessar-fogo imediato e provisório de 30 dias, que pode ser prorrogado por acordo mútuo entre as partes, e que está sujeito à aceitação e implementação simultânea pela Federação Russa", diz a declaração final do encontro. "Os Estados Unidos comunicarão à Rússia que a reciprocidade russa é a chave para alcançar a paz."

O corte de inteligência já havia prejudicado os soldados ucranianos em combate, principalmente na região de Kursk, na Rússia, onde os soldados russos, auxiliados por combatentes da Coreia do Norte, estão avançando rapidamente, de acordo com os comandantes ucranianos em campo.

REPRODUÇÃO YOUTUBE JOVEM PAN NEWS



Comunicado divulgado nesta terça (11) traz avanços nas negociações. Governo russo não se pronunciou

Sem concessões

O Kremlin não ofereceu publicamente nenhuma concessão. A Rússia afirmou que está pronta para cessar as hostilidades sob a condição de que a Ucrânia desista de sua tentativa de se juntar à Otan e reconheça as regiões que Moscou ocupa como russas.

A Ucrânia, por sua vez, não deve aceitar nenhum acordo que limite sua capacidade de rearmamento, que a force a reconhecer os territórios ocupados por Moscou como parte da Rússia ou que interfira na política interna ucraniana.

O fim da guerra é uma promessa de Trump. Desde seu retorno à Casa Branca em janeiro, o presidente tem se reaproximado da Rússia de Vladimir Putin. Como parte de sua agenda para pôr fim à guerra, o republicano abriu negociações com o Kremlin sem incluir ucranianos e europeus e pressionou Kiev a ceder direitos de exploração sobre suas riquezas minerais para custear a ajuda militar americana ao país.

Antes do carnaval, Trump e Zelenski se reuniram na Casa Branca para assinar o acordo mineral, mas os dois se desentenderam sobre o papel da Rússia no conflito e bateram boca em pleno Salão Oval. Após a reunião, Washington suspendeu a ajuda militar e parou de compartilhar dados de inteligência com Kiev. Nos últimos dias, já sem essas informações, a Ucrânia sofreu pesados ataques russos dentro do país e na área que ocupa em Kursk, dentro da Rússia.

Ucrânia

A reunião de hoje na Arábia Saudita começou com sinais de que a Ucrânia estava disposta a concessões. Sem a ajuda americana e com as promessas de ajuda militar de vulto da Europa ainda distantes de se concretizarem, os ucranianos chegaram com um discurso mais dócil que nas últimas semanas, quando Zelenski e Trump romperam publicamente.

Andrei Yermak, chefe de gabinete de Zelenski, disse antes da reunião que seu país estava disposto a fazer tudo pela paz. Yermak, ressaltou, no entanto, que a Ucrânia deseja garantias de segurança para evitar que a Rússia a invadisse novamente no futuro.

Antes de chegar a Arábia Saudita, Rubio afirmou que o principal objetivo da reunião era ver se Kiev estava "preparada para fazer coisas difíceis, como os russos vão ter que fazer coisas difíceis, para acabar com esse conflito ou pelo menos pausá-lo de alguma forma, forma ou formato".

O futuro dos territórios ucranianos ocupados pelo Kremlin no leste do país, que incluem as províncias de Luhansk, Donetsk, Kherson e Zaporizhzhya, além da Península da Crimeia, anexada em 2014, são um dos principais impasses entre Volodmir Zelenski e Vladimir Putin.

"Acho que os dois lados precisam chegar a um entendimento de que não há solução militar para essa situação", disse Rubio ao alertar que os dois lados vão ter que fazer coisas difíceis. "Os russos não podem conquistar toda a Ucrânia e, obviamente, será muito difícil para a Ucrânia, em qualquer período de tempo razoável, forçar os russos a voltarem para onde estavam em 2014?, seguiu.

O corte temporal usado por Rubio na declaração, com referência indireta à anexação da Crimeia, pode sinalizar uma perda menor de território para a Ucrânia que as quatro províncias ocupadas atualmente, mas o diplomata se recusou a dar detalhes das possíveis concessões. A reunião ocorre após a Ucrânia lançar o maior ataque de drones contra Moscou desde o início da guerra. Os ataques, direcionados a 10 regiões do país, deixaram ao menos duas pessoas mortas e três ficaram feridas. Os bombardeios provocaram incêndios e suspenderam o transporte aéreo e ferroviário na região./ AFP E AP

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
Renascença V Energias Renováveis S.A (Subestação Renascença V), 10.797.904/0001-43, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte–Idema a renovação de Licença de Operação para a atividade de Transmissão de energia através de fonte eólica, localizada na Fazenda Santa Fé, Zona Rural, município de Parazinho/RN.
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha Diretora

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
Renascença V Energias Renováveis S.A, 10.797.904/0001-43, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte–Idema a renovação de Licença de Operação para a atividade de geração de energia através de fonte eólica, localizada na Fazenda Santa Fé, município de Parazinho (RN).
Silvia Helena Carvalho Vieira da Rocha Diretora

PEDIDO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO
BELA PARNAMIRIM INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 13.367.340/0001-05, torna público que está requerendo à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano – SEMUR a Licença Ambiental de Instalação - LI para construção do empreendimento residencial denominado **RESIDENCIAL BELA PARNAMIRIM**, localizado à Avenida Perimetral Vida Nova, nº 285, bairro Vida Nova, Parnamirim/RN.
Ednaldo Soares da Silva
Sócio Administrador

D TUR LTDA.
05.767.071/0001-38
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
São convocados os senhores sócios a se reunir em Assembleia Extraordinária, que se realizará às 15:00 horas do dia 20 de março de 2025, no endereço localizado na Av. Vereador João Alves da Silva Filho, 731, Tirol, CEP: 59014-530 - Natal/RN, a fim de deliberarem sobre a matéria constantes da ordem do dia: 1. Alteração do endereço da empresa; 2. Destituição do administrador não sócio FAUSTO BETTENZOLI; 3. Nomeação do novo administrador não sócio.

AVISO DE LICITAÇÃO
SÃO JOSÉ DO SERIDÓ
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 024/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº 012/2025
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO
A Comissão de Contratação do **Município de São José do Seridó/ RN** vem a público comunicar que no **dia 12 de março de 2025**, nos sites: www.pncp.gov.br, www.saojosedoserido.rn.gov.br e http://www.portaldecompraspublicas.com.br será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 28 de março de 2025, às 08:00 horas (horário de Brasília)**, no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: cplpmsjs@gmail.com.
São José do Seridó/ RN, 11 de março de 2025.
Inácia Alice Medeiros dos Santos
Presidente

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2024-PGJ
PGEA Nº 20.23.2666.0000009/2024-12
A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UASG Nº 925603), por meio do Agente de Contratação, torna público que fica aberto o certame supracitado, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR GRUPO DE ITENS, destinada a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO DE PROTEÇÃO E SELETIVIDADE COM A MODERNIZAÇÃO DO DISJUNTOR DE MÉDIA TENSÃO DA SUBESTAÇÃO E AQUISIÇÃO DE RELÉ DE PROTEÇÃO COM FUNÇÕES PARA USINAS FOTOVOLTAICAS DA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MOSSORÓ, E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DAS SUBESTAÇÕES ELÉTRICAS E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA) DAS UNIDADES DESTE ÓRGÃO MINISTERIAL. A Sessão Pública para disputa de preços terá início às 9h (Horário de Brasília/DF) do dia 01 DE ABRIL DE 2025. O Edital poderá ser adquirido nos seguintes endereços eletrônicos: **www.mprn.mp.br** e **www.gov.br/pncp/pt-br**. Outras informações pelo fone (84) 99972-1651 ou correio eletrônico **cpl@mprn.mp.br**.
Natal/RN, 11 de março de 2025.
JORGE ALVARES NETO – Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAU/RN
AVISO DE LICITAÇÃO PE Nº 003/2025
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2025
A Prefeitura Municipal de Macau/RN, através do seu Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados a Licitação **PE- nº 003/2025**, na modalidade **Pregão Eletrônico**, cujo objeto é: **Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de Gêneros Alimentícios, destinados a Merenda Escolar da rede municipal de ensino do município de Macau/RN.** A sessão eletrônica será aberta **às 09h01min** (horário de Brasília) do **dia 25 de março de 2025**.
Macau/RN, 11 de Março de 2025.
FLUSSIER AURELIO VIEIRA GALDINO
Pregoeiro Oficial - PMM/RN

PEDIDO DE LICENÇA SIMPLIFICADA
A **Prefeitura Municipal de Vila Flor, CNPJ 08.169.278/0001-07**, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, a Licença Prévia para a **Construção de Creche / Escola de Educação Infantil em Vila Flor/RN - FNDE - TIPO 2**, localizada na **Rua João Cordeiro s/n -bairro Centro no município de Vila Floro/RN.**
THUANNE KARLA CARVALHO DE SOUZA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/RN Nº 11020001/2025
FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço.
ADJUDICAÇÃO: por item.
MODO DE DISPUTA: aberto.
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Exclusiva para empresas enquadradas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte situadas no Âmbito local e regional 03.
A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/RN** vem a público comunicar que no dia **13 de março de 2025**, nos sites: www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br e http://www.portaldecompraspublicas.com.br será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **registro de preços para aquisição gradativa de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar da rede municipal de ensino, em atendimento ao PNAE.** A sessão de realização da Licitação ocorrerá no dia **25 de março de 2025, às 14:30 horas** (horário de Brasília), no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.
Jucurutu/RN, 11 de março de 2025
Janat Érika Fernandes de Medeiros
Presidente
Joyce Raymizam Gomes dos Santos
Membro
Valdinez Vieira da Silva
Membro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO CÂMARA/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
O Município de João Câmara torna público que no dia **24/03/2025, às 9hs01**, fará licitação na modalidade **PE nº 004/2025** – Objetivo: **Obtenção de registro de preços para aquisição de Kit Enxoval para Bebê, destinadas a atender as gestantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social do Município de João Câmara/RN.** Edital e anexos em: www.portaldecompraspublicas.com.br, Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP ou Setor de Licitações desta Prefeitura na Rua Jerônimo Câmara, 50, Centro, João Câmara/RN.
João Câmara/RN, 11/03/2025.
Luana da Silva Soares
Pregoeira

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM SUPERMERCADOS E SIMILARES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - EXECTO MOSSORÓ FUNDADO EM 12 DE MARÇO DE 1997. C.G.C: 01.975.975/0001-06 CODIGO SINDICAL: 914.565.571.90035-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O sindicato convoca os trabalhadores e trabalhadoras Filiados a categoria representada por esta entidade, para uma Assembleia Geral Ordinária que será realizada no auditório do Sindicato – SINDSUPER-RN, na Rua Apodi, Cidade Alta -154 - Natal/RN, no dia 21/03/2025, onde participarão os associados acima nominados, em 1ª convocação às 15:00 horas, por maioria de 2/3 dos mesmos, ou em 2ª convocação às 15:30 horas com qualquer número de presentes, onde deliberarão sobre: a) Aprovação da Pauta de Reivindicação para a Convenção Coletiva de Trabalho de 2025/2026; b) Discutir e aprovar o desconto da Taxa de Custeio Sindical; c) Autorização para a Diretoria celebrar a referida Convenção com o Sindicato Patronal - SINCOVAGAS – Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.950.262/0001-66, com endereço na Rua Coronel Auris Coelho, nº 285, salas 608, 609, 610 e 611 – Lagoa Nova –, CEP 59.075-050, Natal/RN. Natal (RN), d) Autorização para se instaura Dissídio Coletivo ao fracassar a negociação; e) Aprovação de realizações de Assembleias permanentes enquanto durarem as negociações; f) Paralisação Geral das atividades.11 de MARÇO de 2025. MARCOS ANTONIO SANTANA – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO/RN
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025 SRP
O **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO/RN**, através de sua Pregoeira no uso de suas atribuições legais, vem tornar público a abertura do **Processo Administrativo nº 1.205.005/2024**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE"**, objetivando o **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de medicamentos para suprir as demandas da farmácia básica municipal da Secretaria Municipal de Saúde do município de Santo Antônio/RN**, conforme especificações no Termo de Referência, anexo I do Edital. A sessão pública, para realização de sessão de lances, será realizada às **10h01min do dia 24 de março de 2025**. O Edital contendo todas as informações, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br/ e na sala de licitação da Prefeitura Municipal, à Rua Padre Cerveira, nº 505, Centro, Santo Antônio/RN, no horário de expediente das 08h00min às 14h00min. Outras informações pelo e-mail pmsa.licitacoes@gmail.com.
Santo Antônio/RN, 11 de março de 2025.
MARIA IZABEL SILVA BARBOSA GUILHERME
Pregoeira do Município



AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025
O Município de São Paulo do Potengi/RN (Prefeitura Municipal), através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições legais, torna público para o conhecimento dos interessados que promoverá em **24 de março de 2025 (segunda-feira), às 09:00**, no Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br o **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025**, visando o Registro de preços para futura contratação de empresa especializada na locação de ônibus para transportar universitário destinado a atender as demandas da secretaria municipal de educação do Município de São Paulo do Potengi – RN.. O Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal, à Rua Bento Urbano, 04, Centro, São Paulo do Potengi/RN, de segunda a sexta-feira no horário das 08h00min às 13h00min, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou através do e-mail: licitacao@saopaulodopotengi.rn.gov.br
São Paulo do Potengi/RN, em, 11 de março de 2025.
Silmax Lei Fonseca de Souza
Pregoeiro Municipal

GRUPOSERVENG

VENTOS DE SANTO ANTONIO GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ: 17.143.971/0001-93

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(em milhares de Reais)*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Ventos do Santo Antonio Geradora Eólica S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R$64.661 mil, representado por 74.555 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de propriedade integral da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. **Desempenho de nossos negócios: Resultado do exercício:** A Companhia apresentou um lucro de R$3.280 mil em 2024, comparado a um lucro de R$2.074 mil em 2023. **Resultado operacional antes do resultado financeiro:** A receita operacional foi de R$4.158 mil em 2024, em comparação a R$3.031 mil em 2023, representando uma evolução de 37,19%. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$(10.744) mil em 2024, em comparação a R$(11.162) mil em 2023, representando uma redução de 3,75%. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma despesa financeira líquida R$(2.687) mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$(2.675) mil em 2023. Tendo um aumento devido à redução da receita de aplicações financeiras. **Indice de Cobertura de Serviço da Dívida:** O financiamento possui indicador financeiro em (convenant) anual estabelecido no contrato que contém clausulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia cumpriu todos as cláusulas do (convenant) anual, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
(A) Saldo de Caixa	**7.200**	**5.261**
(=) EBITDA	11.048	**9.959**
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(878)	(957)
(-) Investimentos realizados	(2.765)	(214)
(-) Distribuição de lucros	(2.257)	(493)
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	1.158	-
(B) Geração de caixa da atividade	**6.307**	**8.296**
(C) Serviço da dívida	**7.334**	**6.271**
(D) Índice de cobertura do serviço da dívida	**1,84**	**2,16**

Considerações Finais: A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	5
Aplicações financeiras	4	10.766	12.350
Contas a receber	5 e 10	732	975
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		154	145
		11.653	**13.475**
Não Circulante			
Outras contas a receber	10	153	-
Depósitos Judiciais		27	27
Imobilizado	6 e 7	98.458	100.242
		98.638	**100.269**
Total do Ativo		**110.291**	**113.744**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 10	215	604
Financiamentos e Debêntures	9	4.413	4.885
Obrigações tributárias		229	213
Dividendos a pagar	10	779	493
Arrendamentos a pagar	7	186	178
Outras contas a pagar	10	-	34
		5.821	**6.406**
Não circulante			
Financiamentos e Debêntures	9	33.462	37.047
Arrendamentos a pagar	7	3.495	3.802
		36.957	**40.849**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		64.661	64.611
Reservas de lucros		2.852	1.828
		67.513	**66.439**
Total do passivo e patrimônio líquido		**110.291**	**113.744**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	13	17.590	16.869
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(10.491)	(10.731)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**7.099**	**6.138**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(292)	(428)
Outras receitas/(despesas) líquidas	14	39	(4)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**6.846**	**5.706**
Receitas financeiras	15	1.000	1.300
Despesas financeiras	15	(3.687)	(3.976)
(=) Resultado financeiro líquido		**(2.687)**	**(2.675)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**4.158**	**3.031**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	16	(878)	(957)
(=) Lucro líquido do exercício		**3.280**	**2.074**
Lucro líquido por ação		**0,044**	**0,028**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**3.280**	**2.074**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6	4.422	4.251
(+) Juros e variações monetárias	15	3.557	3.960
Reclassificação de despesas com arrendamento		-	-
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	(3)
		11.260	**10.281**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		1.583	(2.428)
Conta s receber		244	(251)
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		(9)	(89)
Depósitos judiciais		(153)	-
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(388)	371
Obrigações tributárias		16	11
Outras contas a pagar		(34)	(85)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**12.519**	**7.809**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(2.765)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(2.765)**	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Arrendamentos pagos		(453)	(468)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	9	(3.703)	(2.946)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	9	(3.632)	(3.325)
Dividendos pagos	12.c	(1.970)	(1.082)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(9.758)**	**(7.821)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(4)**	**(12)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	5	17
No fim do exercício	4	1	5
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(4)**	**(12)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Prejuízos / Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**64.661**	**76**	**940**	-	**65.677**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.074	**2.074**
Reserva legal	12.b	-	104	-	(104)	-
Dividendos a distribuir	12.c	-	-	-	(493)	**(493)**
Dividendos adicional	12.c	-	-	(768)	-	**(768)**
Destinação para reserva de lucros	12.d	-	-	1.478	(1.478)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**64.661**	**180**	**1.649**	-	**66.489**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.280	**3.280**
Reserva legal	12.b	-	164	-	(164)	-
Dividendos a distribuir	12.c	-	-	-	(779)	**(779)**
Dividendos adicional	12.c	-	-	(1.478)	-	**(1.478)**
Destinação para reserva de lucros	12.d	-	-	2.337	(2.337)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**64.661**	**344**	**2.509**	-	**67.513**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	3.280	2.074
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**3.280**	**2.074**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Ventos de Santo Antonio Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Santo Antônio, S/n, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 23 de julho de 2012. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Portaria nº 358, de 22 de julho de 2014, com o início de sua operação em fevereiro de 2018. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos 13, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 20.400kW de capacidade instalada constituída por doze unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 9** - Provisões para desmobilização; • **Nota 11** - Provisão para demandas judiciais; • **Nota 17** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	5
Aplicações financeiras **(a)**	10.766	12.350
	10.767	**12.355**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber **(a)**	732	969
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	-	6
	732	**975**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	90.768	94.672
Instalações e benfeitorias	1.301	1.357
Máquinas e equipamentos	3.171	613
Móveis e utensílios	14	14
Equipamentos de informática	41	43
Direito de uso	3.163	3.543
	98.458	**100.242**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições / Baixa / Transf.	2023	Adições / Baixa / Transf.	2024
Aerogeradores	-	117.121	-	117.121	-	117.121
Instalações e benfeitorias	-	1.679	-	1.679	-	1.679
Máquinas e equipamentos	-	758	-	758	2.765	3.523
Móveis e utensílios	-	18	-	18	-	18
Equipamentos de informática	-	53	-	53	-	53
		119.629	-	**119.629**	**2.765**	**122.394**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(18.545)	(3.904)	(22.449)	(3.904)	(26.353)
Instalações e benfeitorias	3,3 a 25	(266)	(56)	(322)	(56)	(378)
Máquinas e equipamentos	3,3 a 25	(120)	(25)	(145)	(207)	(352)
Móveis e utensílios	3,3 a 25	(3)	(1)	(4)	-	(4)
Equipamentos de informática	3,3 a 25	(8)	(2)	(10)	(2)	(12)
		(18.942)	**(3.988)**	**(22.930)**	**(4.169)**	**(27.099)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		4.324	214	4.538	(126)	4.412
(-) Amortização		(733)	(262)	(995)	(254)	(1.249)
		3.591	**(48)**	**3.543**	**(380)**	**(3.163)**
		104.278	**(4.036)**	**100.242**	**(1.784)**	**98.458**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	4.412	4.538
Amortização do período	(1.249)	(995)
Saldo contábil líquido	**3.163**	**3.543**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	453	468
(-) Juros a apropriar	(267)	(290)
	186	**178**
Arrendamento a pagar	5.212	5.851
(-) Juros a apropriar	(1.717)	(2.049)
	3.495	**3.802**
Saldo contábil líquido	**3.681**	**3.980**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento da Companhia. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	**2024**
2025	200
2026	215
2027	232
2028	250
2029	269
2030 em diante	2.330
	3.495

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	215	407
Fornecedores – partes relacionadas (nota 10)	-	197
	215	**604**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com Companhia de grupo.

9. Financiamentos e empréstimos: Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

	2024	2023
Financiamento BNB	37.875	41.932
Saldo contábil	**37.875**	**41.932**
Circulante	4.413	4.885
Não Circulante	33.462	37.047

Movimentação:

Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2024
41.932	-	3.277	(7.334)	37.875

A Companhia firmou o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em 30 de agosto de 2017, perfazendo montante de R$59.170, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "*pro rata die*", com o vencimento final em 30 de agosto de 2033. Os recursos obtidos foram usados para construção do parque eólico e as instalações da Companhia junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

10. Partes relacionadas:

Descrição	Contas a Receber 2024	Contas a Receber 2023	Contas pagar 2024	Contas pagar 2023
Ventos Potiguares (a)	-	6	-	6
Consórcio Parque Eólico (b)	153	-	-	34
Ventos Fortes (c)	-	-	779	684
	153	**5**	**779**	**724**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem ao saldo da conta corrente com Consórcio Parque Eólico, que é responsável pela manutenção dos parques Eólico. **(c)** Transações com sua controladora.

	2024	2023
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. (nota 12.c)	779	493
Nota de débito a pagar	-	191
	779	**684**

Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório ao acionista, conforme Lei 6.404/76, atingindo o montante de R$779 mil em 31 de dezembro de 2024, (R$493mil em 31 de dezembro de 2023). **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11. Provisão para riscos civíeis: A Companhia figura como parte em ações judiciais de naturezas cível e ambiental. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita não haver provisão para riscos ambientais e cíveis com perdas prováveis. **11.1. Ações anulatórias:** A Companhia é parte em ações anulatórias de cobrança da taxa de alvará de localização e licenciamento de funcionamento do exercício de 2019 e 2020, questionando a ausência de proporcionalidade na alteração da base de cálculo da taxa. Atualmente o montante perfaz no valor de respectivamente de R$315mil para 2019 e R$315mil para 2020 em 31 de dezembro de 2024. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

12. Patrimonio líquido

(a) Capital Social: O capital social integralizado de R$64.661 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 74.555 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$344mil em 31 de dezembro de 2024 (R$180mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	180	76
Reversão da reserva legal absorção do prejuízo acumulado	164	-
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	-	104
	344	**180**

(c) Dividendos mínimo: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.280	2.074
Constituição da reserva legal (5%)	(164)	(104)
Base de Cálculo dos dividendos	**3.116**	**1.970**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**779**	**493**

(d) Reserva de lucros: A após a destinação da reserva legal e dividendos mínimo Companhia detém a reserva de lucros o montante de R$2.509 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$1.649 em 31 de dezembro de 2023).

13. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	8.750	8.341
Venda de energia mercado CP	3	4
Venda de energia mercado regulado	9.503	9.069
Venda de energia elétrica múltiplo	-	94
	18.256	**17.508**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(119)	(114)
COFINS sobre faturamento	(548)	(525)
	(667)	**(639)**
Receita líquida de vendas	**17.590**	**16.869**

14. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **14.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(10.491)	(10.731)
Despesas administrativas e gerais	(292)	(428)
Outras receitas (despesas) líquidas	39	(4)
	(10.744)	**(11.162)**

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/ despesas gerais e administrativas	2024 Total	2023 Total
Custo de energia	(1.162)	-	(1.162)	(1.864)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão	(1.122)	-	(1.122)	(1.089)
Despesas com pessoal	(584)	(13)	(597)	(765)
Material	(68)	-	(68)	(67)
Serviços de terceiros	(2.946)	(33)	(2.979)	(2.726)
Depreciação e amortização (i)	(4.423)	-	(4.423)	(4.251)
Seguros	(200)	-	(200)	(107)
Tributos e taxas	(94)	(21)	(115)	(148)
Aluguel	-	-	-	(4)
Outras (despesas)/ receitas operacionais	(74)	(4)	(78)	(141)
	(10.673)	**(71)**	**(10.744)**	**(11.162)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

15. Receitas e despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	999	1.299
Outras	1	1
	1.000	**1.300**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(3.277)	(3.654)
Juros sobre arrendamento	(280)	(306)
Despesas bancárias	(107)	(7)
Outras	(23)	(9)
	(3.687)	**(3.976)**
Total	**(2.687)**	**(2.675)**

16. Imposto de renda e contribuição social - corrente

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	18.256	17.508
Alíquota	8%	8%
	1.460	**1.401**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.000	1.300
Base de cálculo	**2.460**	**2.701**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(369)	(405)
Adicional federal de 10%	(222)	(246)
Imposto apurado	**(591)**	**(651)**
Contribuição social		
Receita bruta	18.256	17.508
Alíquota	12%	12%
	2.191	**2.101**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.000	1.300
Base de cálculo	**3.190**	**3.401**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(287)**	**(306)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(878)**	**(957)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	**19.256**	**18.808**
Imposto calculado (IR/CS)	**(878)**	**(957)**
	4,56%	**5,09%**

17. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **17.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas

VENTOS DE SANTO ANTONIO GERADORA EÓLICA S.A.

obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **17.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	215	-	-
Financiamentos	4.413	8.825	24.637

17.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **17.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$11.499, (R$13.330 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **17.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **17.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	5
Aplicações financeiras	10.766	12.350
Contas a receber	732	975
Total	**11.499**	**13.330**
Passivos financeiros		
Fornecedores	215	604
Financiamentos	37.875	41.932
Total	**38.090**	**42.536**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria**

2024	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	10.766	-
Contas a receber	732	-	-
Total	**733**	**10.766**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	215
Financiamentos	-	-	37.875
Total	-	-	**38.090**

2023	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-
Aplicações financeiras	-	12.350	-
Contas a receber	975	-	-
Total	**980**	**12.350**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	604
Financiamentos	-	-	41.932
Total	-	-	**42.536**

17.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	1.000	12,15%	121	152	182	91	61
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(3.687)	7,43%	(274)	(342)	(411)	(205)	(137)
Resultado financeiro			**(152)**	**(191)**	**(229)**	**(114)**	**(76)**

18. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da **Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.** Pedra Grande - RN. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1 – S - RN

Henrique Herbel De Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3 – S - RN

ADRIANO ABREU



Ao todo, a Malandros do Samba somou 110 pontos no Grupo A, seguida pela Balanço do Morro com 109,5 pontos

Malandros do Samba é tri no Carnaval de Natal

SUCESSO A Malandros do Samba ganhou o Carnaval de Natal com nota máxima nos 11 quesitos avaliados. A escola agora é tricampeã

A Malandros do Samba conquistou o título de campeã do Carnaval de Natal nesta terça-feira (11), alcançando o tricampeonato com nota máxima nos 11 quesitos de avaliação. A apuração aconteceu na Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte), na Cidade Alta. Ao todo, a agremiação somou 110 pontos no Grupo A, seguida pela Balanço do Morro (com 109,5 pontos) e pela Águia Dourada (com 109,3 pontos), que ficaram em segundo e terceiro lugar, respectivamente. Pelo Grupo B, o pódio foi ocupado pela Batuque Ancestral (1º lugar, com 109,7 pontos), União do Samba (2º lugar, com 109,3 pontos) e Imperatriz Alecrinense (3º lugar, com 108,7 pontos).

João Barroca, presidente da Malandros, celebrou o tricampeonato. Este ano, a escola trouxe como tema "O sítio do Pica-Pau Amarelo – no mundo do faz de conta, a Malandro se apronta e Emília canta assim: vem viajar nessa história, é só dizer pirlimpimpim", uma homenagem à literatura infanto-juvenil brasileira. "Agradeço a todos da equipe que se empenharam. Fizemos nosso dever de casa e o tri chegou. É uma vitória muito merecida. Deus nos abençoe", disse Barroca.

Victor Gleisson, diretor da agremiação, ressaltou a grandiosidade da Malandros, que entrou na avenida com 800 componentes e quatro carros alegóricos. "Foi um desfile impecável, que atingiu as pessoas com emoção e diversão, afinal, quem não conhece o Sítio do Pica-Pau Amarelo?", vibrou Victor.

Os componentes da Batuque Ancestral, a campeã do Grupo B, também celebraram a vitória com bastante entusiasmo. A escola homenageou a professora Nair Almeida, de Maxaranguape. Jamil Al-Hana, neta de Nair, disse que o primeiro lugar é um reconhecimento à avó, que dedicou 56 anos ao combate do analfabetismo.

Nair saiu da comunidade de Baixa do Meio, em Maxaranguape, para alfabetizar crianças da periferia de Natal na década de 1960. "Levar a história da minha avó para a avenida foi uma emoção muito grande. Foi um desfile lindo, que se somou à trajetória dela, que também é linda", afirmou Al-Hana.

O presidente da agremiação, Babá Cláudio, ressaltou a força da homenageada e comemorou a vitória da escola. "A gente trouxe uma mulher preta periférica para a avenida. Uma grande guerreira, que é Nair e que tem uma história gigantesca aqui no estado", disse o presidente. A secretária de Cultura de Natal, Iracy Azevedo, por sua vez, destacou o empenho das escolas na avenida. "Todas as agremiações fizeram um espetáculo à parte", afirmou.

> Foi um desfile impecável, que atingiu as pessoas com emoção e diversão"
>
> **VICTOR GLEISSON**
> Diretor da Malandros do Samba

A secretária também destacou a participação do público que acompanhou os desfiles que, somente no domingo (9), superou o número de 4 mil pessoas. "A gente conseguiu fechar o Carnaval 2025 com chave de ouro. As agremiações fizeram um espetáculo à parte na avenida. O grupo B se comportou como grupo A e o grupo A comportou-se como grupo especial do Rio de Janeiro. As escolas fizeram uma demonstração de força, de trabalho e dedicação fantástica", elogiou.

Os desfiles das escolas de samba de Natal aconteceram na sexta-feira (7), com apresentações da Imperatriz Alecrinense, Confiança do Samba, União do Samba, Grande Rio do Norte e Batuque Ancestral, pelo Grupo B. As apresentações do Grupo A estavam previstas para o sábado (8), mas foram adiadas para o domingo por conta das fortes chuvas na capital. Entraram na avenida no domingo a Acadêmicos do Morro, Balanço do Morro, Águia Dourada, Asas de Ouro, Império do Vale, Em Cima da Hora e Malandros do Samba.

Promovido pela Prefeitura do Natal, através da Fundação Cultural Capitania das Artes (Funcarte) e da Secretaria de Cultura do município (Secult), o desfile contou com um investimento total de R$ 490 mil. Deste valor, R$ 270 mil foram destinados ao apoio financeiro das escolas para a elaboração dos desfiles e R$ 220 mil para premiação das agremiações.

As escolas vencedoras são premiadas conforme a colocação em cada grupo. No Grupo A, a campeã recebe R$ 50 mil, a vice-campeã, R$ 40 mil, a terceira colocada R$ 30 mil, e a quarta R$ 15 mil. Já no Grupo B, os prêmios serão de R$ 35 mil para a campeã, R$ 25 mil para a vice-campeã, R$ 15 mil para o terceiro lugar e R$ 10 mil para a quarta colocação.

SAÚDE

Especialistas alertam sobre a incontinência urinária

Sociedade de Urologia participa de campanha para a prevenção da doença

A incontinência urinária, caracterizada pela perda involuntária de urina, é um problema de saúde que afeta pessoas de todas as idades, com maior incidência em mulheres. No Rio Grande do Norte, especialistas alertam para a necessidade de diagnóstico precoce e tratamento adequado, já que a condição pode impactar diretamente a qualidade de vida dos pacientes. Neste mês de março, a Sociedade Brasileira de Urologia do RN (SBU-RN) participa de uma campanha nacional para conscientizar a população sobre os sintomas e as formas de prevenção.

A doença pode se manifestar em diferentes formas, sendo as mais comuns a incontinência de esforço, que ocorre durante ações como tossir, espirrar ou rir; a de urgência, quando a vontade de urinar surge de maneira súbita e intensa; a mista, que combina os dois tipos anteriores; e a de transbordamento, caracterizada pelo esvaziamento incompleto da bexiga, levando ao vazamento involuntário. "É quando a pessoa não consegue segurar a urina até chegar ao banheiro", explica Rafael Pauletti, médico urologista e presidente da SBU-RN.

A perda do controle urinário pode estar associada a diversos fatores. Crianças podem apresentar episódios de enurese noturna, com escapes de urina durante o sono, muitas vezes relacionados a alterações no desenvolvimento do controle da bexiga e a distúrbios comportamentais, como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e ansiedade. Em mulheres adultas, a condição pode ser desencadeada por gravidez, parto e menopausa, além de infecções urinárias e cálculos renais.

"Nos homens, os pacientes em tratamento psiquiátrico por depressão, ansiedade e transtorno obsessivo-compulsivo (TOC) estão mais propensos a desenvolver incontinência, assim como aqueles com problemas de próstata ou lesões de uretra por trauma", detalha Pauletti. O envelhecimento também é um fator de risco. Em idosos, o comprometimento da musculatura da bexiga e da uretra, somado a doenças neurológicas como Parkinson, Alzheimer, AVC e tumores cerebrais ou na coluna, pode levar à perda do controle urinário.

Em alguns casos, a incontinência urinária pode ser um sintoma de doenças graves. "Ela pode indicar a presença de um tumor de coluna, um tumor cerebral de crescimento lento, intoxicação por uso de medicações controladas e até diabetes descontrolada", alerta o especialista. Entre os principais sintomas, a mudança no padrão miccional é um dos mais evidentes. O paciente pode perceber um aumento na frequência ao longo do dia, redução do volume de urina, desejo súbito e incontrolável. Além disso, o despertar noturno frequente para urinar, em mais de duas ocasiões por noite, pode ser um indicativo da disfunção.

O diagnóstico da incontinência urinária pode ser feito de forma simples, muitas vezes a partir da conversa com o paciente e do exame físico. Em alguns casos, o registro da ingestão de líquidos e da frequência urinária em aplicativos pode auxiliar na identificação. "Exames laboratoriais, como a taxa de açúcar no sangue e o nível de hormônios, também podem ajudar. O ultrassom é outra ferramenta fundamental, pois permite verificar a presença de lesões na bexiga e medir o volume de urina residual. Já exames específicos, como a fluxometria e o estudo urodinâmico, auxiliam na definição do tipo de incontinência e na escolha do melhor tratamento", explica Pauletti.

Prevenção

A prevenção passa por hábitos saudáveis, como a prática regular de atividade física, que fortalece a musculatura ao redor da bexiga, e a adoção de uma alimentação equilibrada, com menos aditivos químicos e consumo moderado de cafeína e sucos cítricos. Além disso, o acompanhamento médico anual é essencial para monitorar eventuais mudanças no hábito miccional e garantir um diagnóstico precoce.

O tratamento da incontinência urinária varia de acordo com a causa e a gravidade do caso. Crianças e adultos podem ser beneficiados pelo reaprendizado do ato de urinar, que envolve técnicas como posicionamento correto no vaso sanitário e evitar o esforço excessivo durante a micção. "Há também a fisioterapia e a estimulação elétrica dos nervos da bexiga, que auxiliam no controle da urina. O uso de medicamentos orais, aplicação de botox dentro da bexiga e, em alguns casos, cirurgias podem ser indicados", afirma o especialista.

GRUPOSERVENG

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ: 17.143.838/0001-37

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(em milhares de Reais)*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R$69.721 mil, representado por 134.912 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de propriedade integral da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. **Desempenho de nossos negócios: Resultado do exercício:** A Companhia apresentou um lucro de R$3.464 mil em 2024, comparado a um lucro de R$2.006 mil em 2023. **Resultado operacional antes do resultado financeiro:** A receita operacional foi de R$7.988 mil em 2024, em comparação a R$7.162 mil em 2023, representando uma evolução de 11,53%. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$(11.960) mil em 2024, em comparação a R$(12.498) mil em 2023, representando uma redução de 4,30%. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma despesa financeira líquida R$(2.781) mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$(2.850) mil em 2023. Tendo uma redução devido a amortização das debêntures. **Indice de cobertura de serviço da dívida:** O financiamento possui indicador financeiro em (convenant) anual estabelecido no contrato que contém clausulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia cumpriu todos as cláusulas do (convenant) anual, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
(A) Saldo de Caixa	**6.457**	**5.638**
(=) EBITDA	11.692	10.413
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(934)	(1.001)
(-) Investimentos realizados	(2.056)	(238)
(-) Distribuição de capital	(2.252)	(476)
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	1.226	-
(B) Geração de caixa da atividade	**7.676**	**8.698**
(C) Serviço da dívida	**8.107**	**6.890**
(D) Índice de cobertura do serviço da dívida	**1,74**	**2,08**

Considerações finais: A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	633
Aplicações financeiras	4	10.814	11.284
Contas a receber	5	801	1.075
Impostos a recuperar		1	1
Despesas antecipadas		169	160
Outras Contas a Receber		-	-
		11.786	**13.152**
Não Circulante			
Outras contas a receber		170	-
Depósitos Judiciais		30	30
Imobilizado	6 e 7	104.799	107.579
		104.999	**107.609**
Total do Ativo		**116.785**	**120.761**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8	238	665
Financiamentos	9	4.481	5.035
Obrigações tributárias		250	233
Dividendo a pagar	10	823	476
Arrendamentos a pagar	7	206	198
Outras contas a pagar	10	-	38
		5.998	**6.645**
Não circulante			
Financiamentos	9	33.985	38.185
Arrendamentos a pagar	7	3.884	4.224
		37.868	**42.409**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		69.721	69.721
Reservas de lucros		3.198	1.986
		72.919	**71.707**
Total do passivo e patrimônio líquido		**116.785**	**120.761**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	(Prejuízos) / Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**69.721**	**456**	**1.416**	-	**71.593**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.006	2.006
Reserva legal	12.b	-	101	-	(101)	-
Dividendos a distribuir	12.c	-	-	-	(476)	(476)
Dividendos adicional	12.c	-	-	(1.416)	-	(1.416)
Reserva de retenção de lucros	12.d	-	-	1.429	(1.429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**69.721**	**557**	**1.429**	-	**71.707**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.464	3.464
Reserva legal	12.b	-	173	-	(173)	-
Dividendos a distribuir	12.c	-	-	-	(823)	(823)
Dividendos adicional	12.c	-	-	(1.429)	-	(1.429)
Reserva de retenção de lucros	12.d	-	-	2.468	(2.468)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**69.721**	**731**	**2.467**	-	**72.919**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	13	19.138	18.356
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(11.740)	(12.063)
(=) Lucro bruto		**7.399**	**6.293**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(263)	(444)
Outras receitas/(despesas) líquidas	14	46	8
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**7.179**	**5.857**
Receitas financeiras	15	1.018	1.289
Despesas financeiras	15	(3.799)	(4.140)
(=) Resultado financeiro líquido		**(2.781)**	**(2.850)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**4.398**	**3.007**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	16	(934)	(1.001)
(=) Lucro líquido do exercício		**3.464**	**2.006**
Lucro líquido por ação		**0,026**	**0,015**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	3.464	2.006
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**3.464**	**2.006**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		3.464	**2.006**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6	4.696	4.566
(+) Juros e variações monetárias	15	3.665	4.123
Reclassificação de despesas com arrendamento		-	-
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		-	(3)
		11.824	**10.692**
Aumento líquido/(redução) nos ativos			
Aplicação financeira		470	(961)
Conta s receber		274	(283)
Impostos a recuperar		-	(1)
Despesas antecipadas		(9)	(99)
Depósitos judiciais		-	-
Outras contas a receber		(170)	-
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores		(427)	394
Obrigações tributárias		17	14
Outras contas a pagar		(38)	(94)
Caixa líquido das atividades operacionais		**11.941**	**9.663**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(2.056)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(2.056)**	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Arrendamentos pagos		(504)	(520)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	9	(4.668)	(3.443)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	9	(3.439)	(3.447)
Dividendos pagos	12.c	(1.906)	(1.888)
Caixa Liquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(10.516)**	**(9.229)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(632)**	**364**
Demonstração do aumento líquido/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	633	269
No fim do exercício	4	1	633
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(632)**	**364**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Canto de Baixo, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 23 de julho de 2012. A Companhia tem como acionista controladora a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Portaria nº 331, de 14 de julho de 2014, com o início de sua operação em fevereiro de 2018. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos 14, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 22.100 kW de capacidade instalada constituída por treze unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 9** - Provisões para desmobilização; • **Nota 11** - Provisão para demandas judiciais; • **Nota 16** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um periodo de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/ CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	663
Aplicações financeiras **(a)**	10.814	11.284
	10.815	**11.947**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:	2024	2023
Contas a receber **(a)**	801	1.067
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 10)	-	8
	801	**1.075**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:	2024	2023
Aerogeradores	96.688	100.848
Instalações e benfeitorias	935	975
Máquinas e equipamentos	3.603	1.760
Equipamentos de informática	58	71
Móveis e utensílios	13	3
Direito de uso	3.502	3.922
	104.799	**107.579**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições/ Bsixas / Transf	2023	Adições/ Bsixas / Transf	2024
Aerogeradores	-	124.754	-	124.754	-	124.754
Instalações e benfeitorias	-	1.206	-	1.206	-	1.206
Máquinas e equipamentos	-	2.178	-	2.178	2.056	4.234
Equipamentos de informática	-	75	-	75	-	75
Móveis e utensílios	-	17	-	17	-	17
		128.230	-	**128.230**	**2.056**	**130.286**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(19.748)	(4.158)	(23.906)	(4.160)	(28.066)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(191)	(40)	(231)	(40)	(271)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(345)	(73)	(418)	(213)	(631)
Equipamentos de informática		(12)	(2)	(14)	(3)	(17)
Móveis e utensílios	10	(3)	(1)	(4)	-	(4)
		(20.299)	**(4.274)**	**(24.573)**	**(4.416)**	**(28.989)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		4.824	238	5.062	(141)	4.921
(-) Amortização		(849)	(291)	(1.140)	(279)	(1.419)
		3.975	**(53)**	**3.922**	**(420)**	**3.502**
		111.906	**(4.327)**	**107.579**	**(2.780)**	**104.799**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	4.921	5.062
Amortização do período	(1.419)	(1.140)
Saldo contábil líquido	**3.502**	**3.922**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	504	520
(-) Juros a apropriar	(298)	(322)
	206	**198**
Arrendamento a pagar	5.791	6.501
(-) Juros a apropriar	(1.907)	(2.277)
	3.884	**4.224**
Saldo contábil líquido	**4.090**	**4.422**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento da Companhia. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2023
2025	222
2026	239
2027	258
2028	277
2029	299
2030 em diante	2.589
	3.884

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	238	445
Fornecedores – partes relacionadas (nota 10)	-	220
	238	**665**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras e coligadas.

9. Financiamentos e empréstimos: Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	2024	2023
Financiamento BNB	38.466	43.220
Saldo contábil	**38.466**	**43.220**
Circulante	4.481	5.035
Não Circulante	33.985	38.185

Movimentação: Saldo em 31/12/2023	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2024
43.220		3.353	(8.107)	38.466

A Companhia firmou o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em 30 de agosto de 2017, perfazendo montante de R$61.944, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "*pro rata die*", com o vencimento final em 30 de agosto de 2.032. Os recursos obtidos foram usados para construção do parque eólico e as instalações da Companhia junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

10. Partes relacionadas:

Descrição	Ativo 2024	Ativo 2023	Passivo 2024	Passivo 2023
Ventos Potiguares (a) (Nota 5)	-	9	-	9
Consórcio Parque Eólico (b)	170	-	-	38
Ventos Fortes (c)	-	-	823	687
		9	**823**	**734**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem ao saldo da conta corrente com Consórcio Parque Eólico, que é responsável pela manutenção dos parques Eólico. **(c)** Transações com sua controladora.

	2024	2023
Dividendos a Pagar (nota 12.c)	823	476
Nota de débito a pagar	-	211
	823	**687**

Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório ao acionista, conforme Lei 6.404/76, atingindo o montante de R$823mil em 31 de dezembro de 2024, (R$687 em 31 de dezembro de 2023). **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11. Provisão para riscos cívieis: A Companhia figura como parte em ações judiciais de naturezas civel e ambiental. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita não haver provisão para riscos ambientais e cíveis com perdas prováveis. **11.1. Ações anulatórias:** A Companhia é parte em ações anulatórias de cobrança da taxa de alvará de localização e licenciamento de funcionamento do exercício de 2019 e 2020, questionando a ausência de proporcionalidade na alteração da base de cálculo da taxa. Atualmente o montante perfaz no valor de respectivamente de R$315mil para 2019 e R$315mil para 2020 em 31 de dezembro de 2024. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

12. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$69.721 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 135 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$731mil em 31 de dezembro de 2024 (R$557mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	557	456
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	173	101
	730	**557**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	3.464	2.006
Constituição da reserva legal (5%)	(173)	(101)
Base de Cálculo dos dividendos	**3.291**	**1.905**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (Nota 10)	**823**	**476**
Dividendos pagos	**2024**	**2023**
Dividendos mínimo pagos (i)	101	472
Dividendos adicional pagos do exercício (i)	1.429	1.416
	1.530	**1.888**

i. Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$1.530 mil, desse valor R$1.429 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$101 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024; **(d) Reserva de lucros:** A após a destinação da reserva legal e dividendos mínimo Companhia detém a reserva de lucros no montante de R$2.468 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$1.429 mil em 31 de dezembro de 2023).

13. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	9.584	9.136
Venda de energia mercado CP	5	6
Venda de energia mercado regulado	10.274	9.805
Venda de energia elétrica múltiplo	-	104
	19.863	**19.051**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(129)	(124)
COFINS sobre faturamento	(596)	(571)
	(725)	**(695)**
Receita líquida de vendas	**19.138**	**18.356**

14. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **14.1. Custos de energia elétrica:**

Custo por função	2024	2023
Custo dos produtos de vendas	(11.740)	(12.063)
Despesas gerais e administrativas	(263)	(444)
Outras despesas líquidas	43	8
Total de custos com energia elétrica	**(11.960)**	**(12.498)**

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/ despesas gerais e administrativas	2024 Total	2023 Total
Custo de energia	(1.544)	-	(1.544)	(2.359)
Encargos sistemas de transmissão	(1.247)	-	(1.247)	(1.210)
Despesas com pessoal	(649)	(14)	(663)	(826)
Material	(75)	-	(75)	(75)
Serviços de terceiros	(3.264)	(36)	(3.300)	(3.020)
Depreciação e amortização (i)	(4.697)	-	(4.697)	(4.566)
Seguros	(220)	-	(220)	(118)
Tributos e taxas	(105)	(23)	(128)	(180)
Aluguel	-	-	-	(4)
Outras (despesas)/ receitas operacionais	(80)	(6)	(86)	(141)
	(11.881)	**(79)**	**(11.960)**	**(12.498)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

15. Receitas e despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.017	1.288
Outras	1	1
	1.018	**1.289**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(3.353)	(3.784)
Juros sobre arrendamento	(312)	(340)
Despesas bancárias	(107)	(6)
Outras	(27)	(10)
	(3.799)	**(4.140)**
Total	**(2.781)**	**(2.850)**

16. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	19.863	19.051
Alíquota	8%	8%
	1.589	**1.524**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.018	1.289
Base de cálculo	**2.607**	**2.813**
Alíquota vigente	**15%**	15%
Imposto apurado	(391)	(422)
Adicional federal de 10%	(237)	(257)
Imposto apurado	**(628)**	**(679)**
Contribuição social		
Receita bruta	**19.863**	**19.051**
Alíquota	**12%**	12%
	2.384	**2.286**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.018	1.289
Base de cálculo	**3.401**	**3.575**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(306)**	**(322)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(934)**	**(1.001)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	20.881	20.340
Imposto calculado (IR/CS)	(934)	(1.001)
	4,47%	**4,92%**

17. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **17.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **17.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	238	-	-
Financiamentos	4.481	8.963	25.022

17.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **17.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$11.616, (R$12.992 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **17.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **17.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	633
Aplicações financeiras	10.814	11.284
Contas a receber	801	1.075
Total	**11.616**	**12.992**
Passivos financeiros		
Fornecedores	238	665
Financiamentos	38.466	43.220
Total	**38.704**	**43.885**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

2024	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	10.814	-
Contas a receber	801	-	-
Total	**802**	**10.814**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	238
Financiamentos	-	-	38.466
Total	-	-	**38.704**

2023	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	633	-	-
Aplicações financeiras	-	11.284	-
Contas a receber	1.075	-	-
Total	**1.708**	**11.284**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	665
Financiamentos	-	-	43.220
Total	-	-	**43.885**

17.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento 25%	Aumento 50%	Redução 25%	Redução 50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	1.018	12,15%	124	155	186	93	62
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(3.799)	7,43%	(282)	(353)	(423)	(212)	(141)
Resultado financeiro			**(159)**	**(198)**	**(238)**	**(119)**	**(79)**

18. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores do **Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.** Pedra Grande - RN. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1 – S - RN

Henrique Herbel De Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3 – S - RN

Tráfego na Ponte de Igapó será liberado no fim de abril

MOBILIDADE DNIT aponta que obras na Ponte de Igapó chegaram a 75% de conclusão. Tráfego deverá ser liberado até o final de abril

Com cerca de 75% de execução dos serviços, as obras na Ponte de Igapó seguem com prazo de conclusão para maio deste ano, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT). A expectativa é que o tráfego seja liberado até o final de abril, enquanto as etapas finais da obra continuarão sendo realizadas na parte inferior da estrutura, conforme revelado à TRIBUNA DO NORTE pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Norte (Crea/RN).

O Conselho realizou uma visita, na última quinta-feira (9), ao canteiro de obras para tomar conhecimentos referentes à obra, como as dificuldades e as técnicas de engenharia que estão aplicadas. A visita contou com a presença do presidente do Crea/RN, Roberto Wagner, de conselheiros e membros da diretoria de fiscalização.

MAGNUS NASCIMENTO



Obras na Ponte de Igapó foram iniciadas em setembro de 2023 e vêm causando transtornos

"Foi perceptível uma preocupação muito grande, tanto do DNIT como da empresa Jatobeton (Engenharia LTDA) que está a executar a obra, para que conclua todas as etapas embaixo da ponte, que possa liberar o tráfego o mais urgente possível. Eles não quiseram cravar uma data, mas a princípio isso é para meados de final de abril para que eles continuem o trabalho apenas por baixo", disse Roberto.

O nível de criticidade em que estava a Ponte de Igapó foi algo que chamou a atenção do Crea, classificado como grau 2, um estágio grave de deterioração estrutural, ficando próximo a um nível de pré-colapso total, de acordo com estudos e levantamentos feitos pelo DNIT anteriormente. A gravidade da situação foi comparada à da ponte na divisa entre Maranhão e Tocantins, que colapsou recentemente após enfrentar o mesmo grau de comprometimento. Diante desse cenário, as obras exigiram intervenções urgentes e mais complexas que o previsto.

"Isso foi um fator que atrapalhou bastante a execução da obra. Porque uma obra dessa, eles citaram o exemplo que a obra sobre o ponto Piranhas a Sul, com o mesmo vão em torno de 600 metros, levou quatro anos, mas devido ao grau de criticidade como a ponte se encontrava, tiveram que fazer uma intervenção com maior brevidade", explicou o presidente.

Outros fatores que chamaram atenção na obra foram a influência da maré e a complexidade das intervenções estruturais. A restauração dos pilares exigiu a remoção do concreto deteriorado, tratamento da estrutura metálica e aplicação de nova camada de concreto, um processo que demanda tempo extra, especialmente devido à umidade.

Além disso, a substituição das borrachas de neoprene nos vãos intermediários exigiu elevação da ponte com macacos hidráulicos, um trabalho minucioso feito por baixo da estrutura. A variação da maré também impactou o andamento da obra, muitas vezes forçando a interrupção dos serviços até que fosse possível retomar os trabalhos.

"Muitas vezes o serviço iniciava na maré, tinha que esperar a maré subir e descer para haver uma conclusão. Então, de fato, a obra me surpreendeu pelo maior nível de complexidade, que ora então era imaginado por mim e por meus colegas", detalhou Wagner.

Com investimento de aproximadamente R$ 30 milhões, as obras de reestruturação da Ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Ponte de Igapó ou Ponte Velha, tiveram início em setembro de 2023. Inicialmente as intervenções aconteceram no sentido zona Norte/Centro. Atualmente os serviços estão sendo realizados no sentido Centro/zona Norte, que resultaram na interdição parcial da via nesse trecho, com o tráfego sendo desviado para o lado oposto da pista, operando em mão dupla.

Crea/RN alerta para falta de prevenção

O presidente do Crea alertou para a importância da manutenção preventiva em infraestruturas públicas, como pontes, viadutos e passarelas, para evitar intervenções emergenciais que muitas vezes ocorrem próximas ao colapso. Em janeiro deste ano, Roberto Wagner revelou que foram emitidos ofícios ao DNIT, DER/RN (Departamento de Estradas e Rodagens do RN) e as prefeituras de Natal e Mossoró cobrando os planos de manutenção preventiva, com intuito de evitar situações críticas como a que ocorreu na ponte entre Maranhão e Tocantins, que desabou por falta de planejamento e verba.

"É isso que nós temos que evitar, tanto o custo para a sociedade, como o custo de vidas. Isso aí é inadmissível, haja vista que a técnica é dominada, o conhecimento de avaliação também é dominado, o que a gente precisa é alinhar o planejamento com a execução e termos a cultura da manutenção preventiva recorrente", pontuou.

População sofre diariamente com os transtornos

Diante do cenário de caos vivenciado há quase um ano e oito meses, período desde o início das obras na Ponte de Igapó, usuários evitam o deslocamento pelo trecho. Esse é o caso do motorista de aplicativo Adailton, que opta por não aceitar viagens para a Zona Norte devido à demora no deslocamento.

"Atrapalha no horário de trabalho. Uma viagem que era para durar 10, 15 minutos, agora dura uma hora. Eu evito bastante para não passar por esse transtorno. Priorizo mais o outro lado da cidade do que a Zona Norte", detalhou o motorista.

Residente em São Gonçalo do Amarante, Sidney Conservador é mais um usuário da ponte que sofre diariamente com a situação. Deficiente visual, ele relata que precisa se deslocar esporadicamente até o Instituto de Cegos (IERC) para realizar seu tratamento, mas, devido aos transtornos no trânsito, não consegue chegar no horário marcado para as consultas.

"O transtorno que a gente tem, a gente sabe que é triste. Passamos mais de 30 minutos de vez em quando para vir de São Gonçalo para Natal e de Natal para São Gonçalo", ressaltou Sidney.

VIOLÊNCIA

Medidas protetivas aumentam 20% por ano

Violência contra a mulher cresceu. No RN, número de medidas também aumentou

Nos últimos 12 meses, 37,5% das mulheres brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência, conforme revela a 5ª edição do relatório "Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil", do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O percentual equivale a 21,4 milhões de vítimas, o maior registrado desde o início da pesquisa, em 2017. Dentre os tipos de agressão, as ofensas verbais cresceram significativamente, atingindo 31,4% das mulheres, um aumento de oito pontos percentuais em relação ao levantamento anterior.

De acordo com o juiz Fábio Ataíde, coordenador estadual da Política de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais do Tribunal de Justiça do RN (TJRN), o Estado vem registrando um crescimento de medidas protetivas superiores a 20% ao ano. Enquanto em 2020 eram 4.615 medidas demandadas, 2024 registrou 12.263. "O expressivo aumento de 165,72% no número de medidas protetivas de urgência demandadas entre 2020 e 2024 (até outubro) no Rio Grande do Norte é preocupante. Esse crescimento contínuo indica uma escalada nos casos de violência doméstica e familiar no Estado", explica.

Para Margareth Gondim, responsável pela Coordenadoria da Defesa da Mulher e das Minorias do RN (CODIMM), os números podem não significar um aumento na violência, mas sim na percepção da necessidade da denúncia. "Hoje as mulheres procuram as delegacias, coisa que antes no passado não se fazia com a mesma demanda de hoje. A conscientização levou a mulher a não se permitir mais sofrer essa violência", considera.

O quantitativo de vítimas de agressão física também é o maior da série histórica em todo o Brasil: 16,9% relataram ter sido empurradas, chutadas, espancadas ou agredidas com tapas e socos, o que representa cerca de 8,9 milhões de brasileiras. Outro dado alarmante é o aumento de ameaças e perseguição, ou stalking, ambas atingindo 16,1% das mulheres. Enquanto isso, o abuso sexual também continua sendo um problema grave: uma em cada dez mulheres sofreu abuso ou foi forçada a manter relações sexuais contra a vontade.

Nos casos relatados, os principais autores da violência continuam sendo parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Em 40% dos casos, os agressores eram os cônjuges ou namorados, enquanto ex-companheiros foram responsáveis por 26,8% das agressões. Outros familiares, como pais, mães e padrastos, também aparecem como autores da violência em menores proporções.

O estudo revela ainda que 91,8% das vítimas sofreram agressões na presença de outras pessoas. Em 47,3% dos casos, amigos ou conhecidos presenciaram os episódios, enquanto 27% foram testemunhados pelos filhos das vítimas. Para Margareth, a percepção infantil a episódios de violência doméstica pode gerar impactos psicológicos tão ou mais graves do que a violência direta contra a criança. "Se essa criança não for acolhida, ela pode no futuro ser um adulto violento. Impacta também na criação de vários gatilhos muito perigosos", avalia a coordenadora do CODIMM.

A violência atinge mulheres de todas as idades, com maior incidência entre aquelas com idades entre 25 e 34 anos. O grau de instrução também influencia o tipo de violência sofrida. Mulheres com ensino superior relatam mais casos de ofensas verbais (32,9%), enquanto mulheres com ensino fundamental apresentam maior risco de sofrer agressões físicas graves, incluindo ameaças com facas ou armas de fogo.

A pesquisa também mostra que mulheres negras são mais vitimizadas: 37,2% das mulheres negras sofreram violência no último ano, sendo esse índice de 41,5% entre mulheres pretas e 35,2% entre pardas. Entre mulheres brancas, o percentual foi de 35,4%.

Segundo o juiz Fábio Ataíde, para aumentar o atendimento a esses grupos, o TJRN vem qualificando novas equipes para atendimento do Poder Judiciário acerca da violência de gênero. Caicó, Pau dos Ferros, Mossoró, Parnamirim, Nova Cruz e Natal foram as comarcas que receberam equipes multidisciplinares para o enfrentamento da violência de gênero.

Em conjunto, Natal também possui uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) nos bairros Potengi e Ribeira. Para emergências, o telefone 190 deve ser acionado. Para casos que não exigem intervenção imediata, há o canal de atendimento 180, que fornece orientação e apoio para vítimas de violência de gênero no Brasil.

GRUPOSERVENG

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ: 12.985.237/0001-58

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	3	7	987
Aplicações financeiras	4	713	241	46.118	59.730
Contas a receber	5 e 11	-	1.210	7.240	12.153
Estoques		-	-	79	79
Impostos a recuperar		6	-	155	147
Dividendo a receber	11	5.563	3.517	-	-
Despesas antecipadas		-	-	973	919
Outras Contas a Receber		-	-	-	10
		6.257	**4.971**	**54.572**	**74.025**
Não Circulante					
Contas a receber		-	-	5.315	-
Depósitos Judiciais		-	-	93	93
Partes relacionadas	11	9.873	28.112	-	-
Investimentos	6	338.240	327.812	-	-
Imobilizado	7	-	-	579.988	597.792
Intangível		-	-	1	-
		348.113	**355.925**	**585.397**	**597.885**
Total do Ativo		**354.370**	**360.896**	**639.969**	**671.909**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores	9	328	608	1.502	2.505
Financiamentos	10	-	-	28.442	29.636
Obrigações tributárias		1	-	1.508	1.403
Dividendo a pagar	11	5.547	4.618	5.547	4.618
Partes relacionadas	11	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar	8	-	-	873	832
Contas a pagar		-	-	-	73
		5.876	**5.226**	**37.873**	**39.062**
Não circulante					
Financiamentos	10	-	-	229.146	251.533
Partes relacionadas	11	17.948	42.934	17.948	42.934
		-	-	3.504	3.211
Provisão para desmobilização	8	-	-	-	-
Arrendamentos a pagar		-	-	20.952	22.428
Contas a pagar	8	-	-	-	-
		17.948	**42.934**	**271.551**	**320.112**
Patrimônio líquido	**13**				
Capital social		288.383	288.383	288.383	288.383
Reservas de lucros		42.162	24.353	42.162	24.353
		330.545	**312.736**	**330.545**	**312.736**
Total do passivo e patrimônio líquido		**354.370**	**360.896**	**639.969**	**671.909**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

			Reservas		(Prejuízos)/lucros	
	Nota	**Capital social**	**Legal**	**Lucros**	**acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**288.383**	**840**	**11.857**	-	**301.080**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	19.443	19.443
Reserva legal	13.b	-	973	-	(973)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(4.618)	(4.618)
Dividendos adicional	13.c	-	-	(3.169)	-	(3.169)
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	13.853	(13.853)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**288.383**	**1.813**	**22.540**	-	**312.736**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	23.357	23.357
Reserva legal	13.b	-	1.168	-	(1.168)	-
Dividendos propostos	13.c	-	-	-	(5.547)	(5.547)
Dividendos adicional	13.c	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	13.d	-	-	16.641	(16.641)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**288.383**	**2.981**	**39.181**	-	**330.545**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita líquida de vendas	14	-	-	116.522	111.407
(-) Custo dos produtos vendidos	15	-	-	(63.014)	(59.996)
(=) Lucro bruto		-	-	**53.508**	**51.411**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais					
Despesas administrativas e gerais	15	(53)	(74)	(7.173)	(7.880)
Resultado de equivalência patrimonial	6	23.310	19.516	-	-
Outras receitas/(despesas) líquidas	15	34	-	155	(35)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**23.292**	**19.442**	**46.490**	**43.496**
Receitas financeiras	16	88	3	5.229	6.065
Despesas financeiras	16	(2)	(1)	(22.974)	(24.611)
(=) Resultado financeiro líquido		**86**	**2**	**(17.745)**	**(18.546)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**23.378**	**19.444**	**28.745**	**24.950**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	17	(21)	(1)	(5.388)	(5.507)
(=) Lucro líquido do exercício		**23.357**	**19.443**	**23.357**	**19.443**
Lucro líquido por ação		**0,077**	**0,064**	**0,077**	**0,064**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
(=) Lucro líquido do exercício	**23.357**	**19.443**	**23.357**	**19.443**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**23.357**	**19.443**	**23.357**	**19.443**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
(=) Lucro líquido do exercício		**23.357**	**19.443**	**23.357**	**19.443**
Itens que não afetam o caixa operacional					
(-) Resultado de equivalência patrimonial	6	(23.310)	(19.516)	-	-
(+) Depreciação e amortização	7	-	-	25.747	24.641
(+) Custo residual do ativo imobilizado		-	-	22.206	24.491
(+) Juros e variações monetárias		-	-	36	(14)
		46	**(73)**	**71.345**	**68.561**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos					
Aplicação financeira		(472)	(232)	13.612	(13.535)
Conta s receber		1.210	(1.210)	6.123	(1.221)
Estoques		-	-	-	(6)
Impostos a recuperar		(6)	-	(8)	(5)
Despesas antecipadas		-	-	(54)	(621)
Outras contas a receber		-	-	(5.305)	(10)
Aumento líquido/(redução) nos passivos					
Fornecedores		(280)	592	(2.214)	1.089
Obrigações tributárias		1	-	104	77
Outras contas a pagar		-	-	(73)	(445)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**499**	**(923)**	**85.530**	**53.884**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado		-	-	(8.600)	-
Dividendos recebidos	11	10.863	4.436	-	-
Partes relacionadas	11	18.240	5.770	-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**29.103**	**10.206**	**(8.600)**	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Partes relacionadas	11	(24.986)	(2.000)	(24.986)	(2.000)
Dividendos pagos	11	(4.618)	(7.282)	(4.618)	(7.282)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	10	-	-	(22.983)	(20.198)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	10	-	-	(20.855)	(21.598)
Arrendamentos pagos		-	-	(2.468)	(2.535)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(29.603)**	**(9.282)**	**(75.909)**	**(53.613)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(2)**	**1**	**(980)**	**271**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		3	2	987	715
No fim do exercício		1	3	7	987
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(2)**	**1**	**(980)**	**271**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. Contexto operacional: A Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, S/N, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de outubro de 2010. A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades de geração e comercialização de energia eólica, atuando como investidora em suas controladas. As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de cinco parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 71 aerogeradores, com sua potência instalada de 130MV. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 07 de março de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 7** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 8** - Provisões para desmobilização; • **Nota 12** - Provisão para demandas judiciais; • **Nota 18** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas Demonstrações Financeiras Individuais E Consolidadas individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Investimento:** Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável. **3.7. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.8. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelas controladas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.10. Arrendamento mercantil: 3.10.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **3.10.2. Como arrendatário:** As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9. **3.11. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.14. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.15. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. **3.15.1. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança. **3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.16.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

3.17.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas: As demonstrações Financeiras individuais e consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

		Participação acionária - %	
Empresa	**Tipo de controle**	**2023**	**2022**
Forte Cante de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
SM Geração de Energia Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.	Integral - Direto	100	100

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Bancos conta movimento	1	3	7	987
Aplicações financeiras (a)	713	241	46.118	59.730
	714	**244**	**46.125**	**60.717**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Contas a receber (a)	-	-	7.240	12.153
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 13)	-	1.210	-	-
	-	**1.210**	**7.240**	**12.153**

(a) O "Contas a receber" das controladas refere-se à comercialização de energia eólica através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Investimento:

	Controladora	
	2024	**2023**
Saldo inicial	**327.812**	**314.982**
(+) Recebimentos de dividendos adicional **(a)**	(7.346)	(3.169)
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial **(c)**	23.310	19.516
(-) Dividendos propostos **(b)**	(5.536)	(3.517)
(=) Total da Movimentação de Investimento	**338.240**	**327.812**
Dividendos recebidos		
Dividendos mínimo recebidos de exercícios **(a)**	3.517	1.267
Dividendos adicional recebidos do exercício **(a)**	7.346	3.169
Total de Investimento	**10.863**	**4.436**

(a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R$10.863 mil, desse valor R$7.346mil referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$3.517 mil de dividendo proposto em 2023 recebidos durante o exercício de 2024; **(b)** Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e **(c)** Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

Controladas	**Patrimônio líquido 2023**	**Dividendos adicional**	**Equivalência patrimonial**	**Participação no capital**	**Dividendos mínimo**	**2024**
Ventos de Santo Antônio	66.489	(1.477)	3.280	100%	(779)	67.513
Ventos do Canto de Baixo	71.708	(1.430)	3.464	100%	(823)	72.919
Ventos Parazinhenses	41.513	-	4.860	100%	(1.154)	45.219
SM Geração de Energia	63.853	(1.430)	6.697	100%	(1.591)	67.529
Forte Canto de Baixo	84.249	(3.009)	5.009	100%	(1.189)	85.060
	327.812	**(7.346)**	**23.310**		**(5.536)**	**338.240**

7. Imobilizado:

	Consolidado	
	2024	**2023**
Aerogeradores	528.889	550.954
Veículos	2.761	-
Instalações e benfeitorias	11.231	11.727
Equipamentos de informática	209	219
Máquinas e equipamentos	17.669	13.726
Móveis e utensílios	261	270
Direito de uso	18.968	20.896
	579.988	**597.792**

As suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Consolidado

Custo	**Taxa de depreciação a.a.**	**2022**	**Adições**	**2023**	**Adições**	**2024**
Aerogeradores	-	661.679	173	661.852	-	661.852
Veículos		-	-	-	3.582	3.582
Instalações e benfeitorias	-	13.869	-	13.869	(43)	13.826
Equipamentos de informática		285	-	285	-	285
Máquinas e equipamentos	-	16.674	-	16.674	5.019	21.693
Móveis e utensílios	-	317	-	317	-	317
Imobilização de andamento		175	(175)	-	-	-
		692.999	**(2)**	**692.997**	**8.558**	**701.555**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(88.839)	(22.059)	(110.898)	(22.065)	(132.963)
Veículos	25	-	-	-	(821)	(821)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(1.680)	(462)	(2.142)	(453)	(2.595)
Equipamentos de informática	4 a 25	(57)	(9)	(66)	(10)	(76)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(2.199)	(749)	(2.948)	(1.076)	(4.024)
Móveis e utensílios		(35)	(12)	(47)	(9)	(56)
		(92.810)	**(23.291)**	**(116.101)**	**(24.434)**	**(140.535)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		24.150	1.657	25.807	(621)	25.186
(-) Amortização		(3.685)	(1.226)	(4.911)	(1.307)	(6.218)
		20.465	**431**	**20.896**	**(1.928)**	**18.968**
		620.654	**(22.862)**	**597.792**	**(17.804)**	**579.988**

8. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia e suas controladas possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
Ativo	**2024**	**2023**
Direito de uso do ativo arrendado	25.186	25.807
Amortização do período	(6.218)	(4.911)
Saldo contábil líquido	**18.968**	**20.896**

	Consolidado	
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	2.468	2.535
(-) Juros a apropriar	(1.595)	(1.703)
	873	**832**
Arrendamento a pagar	33.585	37.061
(-) Juros a apropriar	(12.633)	(14.633)
Provisão de Desmobilização (a)	3.504	3.212
	24.456	**25.640**
Saldo contábil líquido	**25.329**	**26.472**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento de suas controladas. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	**2024**
2026	941
2027	1.013
2028	1.091
2029	1.175
2030	1.265
2031 em diante	15.467
	20.952

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/ IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

9. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fornecedores	328	608	1.502	2.505
	328	**608**	**1.502**	**2.505**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica e contratação de seguros. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas. **10. Financiamentos e debentures:** Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Consolidado	
	2024	**2023**
Financiamento BNB	257.588	281.168
Saldo contábil	**257.588**	**281.168**
Circulante	28.442	29.636
Não Circulante	229.146	251.533

Movimentação Consolidado

Saldo em 2023	**Captação**	**Juros do exercício**	**Pagamento Principal + Juros**	**Saldo em 2024**
281.168	-	18.216	(41.796)	257.588

As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidentem a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035. Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

11. Partes relacionadas:

	Mútuo/contas a Receber (ativo não circulante)		Mútuo/contas a pagar (passivo não circulante)			
	Controladora (a)		Controladora		Consolidado	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ventos Parazinhenses	9.873	18.873	-	-	-	-
SM Geração de Energia	-	9.240	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	17.948	42.934	17.948	42.934
	9.873	**28.112**	**17.948**	**42.934**	**17.948**	**42.934**

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas;

	Dividendos a receber (ativo circulante)		Dividendos a pagar (passivo circulante)			
	Controladora		Controladora		Consolidado	
Descrição	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ventos de Santo Antônio	779	493	-	-	-	-
Ventos do Canto de Baixo	823	476	-	-	-	-
Forte Canto de Baixo	1.154	1.003	-	-	-	-
Ventos Parazinhenses	1.591	1.047	-	-	-	-
SM Geração de Energia	1.189	498	-	-	-	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	5.547	4.618	5.547	4.618
	5.536	**3.517**	**5.547**	**4.618**	**5.547**	**4.618**

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **12. Provisão:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **13. Patrimonio líquido: (a) Capital Social:** O capital social integralizado de R$288.383 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 304.320 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$2.981mil em 31 de dezembro de 2024 (R$1.813mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	**2023**
Saldo inicial	1.813	840
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	1.168	973
	2.981	**1.813**

(c) Dividendos mínimo: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	23.357	19.443
Constituição da reserva legal (5%)	(1.167)	(973)
Base de Cálculo dos dividendos	**21.190**	**18.470**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**(5.548)**	**(4.618)**
	16.642	**13.853**

(d) Reserva Lucros: O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R$39.181 mil (R$22.540 mil em 2023). **14. Receita liquida:** Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Consolidado	
Receitas	**2024**	**2023**
Venda de energia mercado livre	88.747	84.601
Venda de energia mercado CP	170	157
Venda de energia mercado regulado	32.019	30.558
Venda de energia elétrica múltiplo	-	312
	120.936	**115.628**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(786)	(759)
COFINS sobre faturamento	(3.628)	(3.462)
	(4.414)	**(4.221)**
Receita líquida	**116.522**	**111.407**

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

15. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **15.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:**

	Controladora		Consolidado	
Classificação por função	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Custo dos produtos vendidos	-	-	(63.014)	(59.996)
Despesas administrativas e gerais	(53)	(74)	(7.173)	(7.880)
Resultado de equivalência patrimonial	23.310	19.516	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas	34	-	155	(35)
	23.291	**19.442**	**(70.032)**	**(67.911)**

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Custo de energia	-	-	(9.287)	(8.987)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	(7.430)	(7.201)
Despesas com pessoal	-	-	(3.958)	(4.701)
Material	-	-	(837)	(960)
Serviços de terceiros	(24)	(41)	(17.777)	(16.634)
Depreciação e amortização (i)	-	-	(25.754)	(24.462)
Seguros	-	-	(3.446)	(2.837)
Tributos e taxas	(7)	(9)	(802)	(972)
Aluguel	-	-	-	(24)
Outras (despesas)/receitas operacionais	23.323	19.492	(741)	(1.133)
	23.292	**19.442**	**(70.032)**	**(67.911)**

16. Receitas e despesas financeiras, liquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas financeiras	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Rendimentos sobre aplicações financeiras	88	3	5.223	6.053
Outras	-	-	6	13
	88	**3**	**5.229**	**6.066**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	(20.258)	(22.402)
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.655)	(1.778)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(437)	(34)
Outras Despesas	(1)	-	(624)	(397)
	(2)	**(1)**	**(22.974)**	**(24.611)**
Total	**86**	**2**	**(17.745)**	**(18.546)**

17. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Reconciliação do imposto de e contribuição social	Consolidado	
Imposto de Renda	**2024**	**2023**
Receita bruta	120.936	119.954
Alíquota	8%	8%
	9.675	**9.596**
Outras receitas, inclusive financeiras.	5.271	6.066
Base de cálculo	**14.946**	**15.661**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(2.242)	(2.345)
Adicional federal de 10%	(1.366)	(1.315)
Imposto apurado	**(3.608)**	**(3.666)**

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

	Consolidado	
Contribuição social	**2024**	**2023**
Receita bruta	120.936	119.954
Alíquota	12%	12%
	14.513	**14.394**
Outras receitas, inclusive financeiras	5.271	6.066
Base de cálculo	**19.784**	**20.460**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(1.780)**	**(1.841)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(5.388)**	**(5.507)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	126.207	126.019
Imposto calculado (IR/CS)	(5.388)	(5.507)
	4,27%	**4,37%**

18. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **18.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas. **18.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**+ 2 anos**
Fornecedores	1.502	-	-
Financiamentos	28.442	56.884	172.262

18.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **18.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$53.365 mil no consolidado e R$714mil na controladora (R$72.870 mil no consolidado e R$1.454 mil na controladora em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **18.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **18.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil		Valor justo	
Consolidado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	7	987	7	987
Aplicações financeiras	46.118	59.730	46.118	59.730
Contas a receber	7.240	12.153	7.240	12.153
Outras contas a receber	-	-	-	-
Total	**53.365**	**72.870**	**53.365**	**72.870**
Passivos financeiros				
Fornecedores	1.502	2.505	1.502	2.505
Financiamentos	257.588	281.168	257.588	281.168
Total	**259.090**	**283.673**	**259.090**	**283.673**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

18.7. Instrumentos financeiros por categoria:

	2024		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-
Contas a receber	-	46.118	-
Outras contas a receber	7.240	-	-
Total	**7.247**	**46.118**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	1.502
Financiamentos	-	-	257.588
Total	-	-	**259.090**

	2023		
Consolidado	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	987	59.730	-
Contas a receber	12.153	-	-
Outras contas a receber	-	-	-
Total	**13.140**	**59.730**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	2.505
Financiamentos	-	-	281.168
Total	-	-	**283.673**

18.8. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **18.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2022) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

				Aumento		Redução	
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicação financeira	CDI						
Receita financeira	5.229	12,15%	635	794	953	476	318
Financiamentos	TJLP						
(-) Despesa financeira	(22.974)	7,43%	(1.707)	(2.134)	(2.560)	(1.280)	(853)
Resultado financeiro			**(1.072)**	**(1.340)**	**(1.607)**	**(804)**	**(536)**

19. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da **Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.** Pedra Grande - RN. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos Fortes Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1 – S - RN
Henrique Herbel De Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3 – S - RN

DIVULGAÇÃO

A greve dos professores do Estado, que começou no dia 25 de fevereiro, contou com mais um ato público nesta terça-feira (11)

Liminar afetou 17 parcelas do reajuste dos professores

TJRN Pagamento das parcelas do retroativo referente ao reajuste do piso dos professores de 2023 e 2024 foi suspenso. Categoria está em greve

O pagamento de 17 parcelas de valores retroativos de reajustes do piso dos professores, concedidos em 2023 e 2024 de forma parcelada pelo Governo do RN, está suspenso por decisão do Tribunal de Justiça do RN. A Justiça considerou, de forma liminar, que os reajustes podem ter sido dados de forma inconstitucional, pois o Estado estava acima do limite de gastos com pessoal. Em virtude da decisão, o governo não implantou o reajuste do piso relativo a 2025, o que levou os professores da rede estadual a iniciarem uma greve. Até o momento, a controvérsia ainda parece longe do fim e a greve está mantida por tempo indeterminado. Os professores cobram reajuste de 6,27% para o mês de março e não aceitaram a proposta do Governo do Estado, que propôs parcelar o reajuste e finalizar o pagamento até o fim do ano.

Em 2023, o Ministério Público do RN ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) questionando as leis que implantaram os reajustes do piso do magistério de 2023 e 2024, solicitando, em medida cautelar, a suspensão dos pagamentos dos retroativos relativos ao reajuste até que haja o julgamento final. Os reajustes haviam sido concedidos pelo Estado de forma parcelada. A alegação do MP é de que o Estado ultrapassou o limite prudencial de gastos com pessoal e que não havia previsão orçamentária para o reajuste.

Ao longo do processo, um parecer técnico da Procuradoria Geral do Estado (PGE) apontou que o reajuste do piso do magistério deveria ocorrer apenas para os trabalhadores com vencimentos que sejam inferiores ao valor mínimo legalmente estabelecido. O mesmo parecer aponta um Acórdão do TJRN que impede o reajuste de profissionais que recebem vencimentos básicos superiores ao piso definido pelo Ministério da Educação. A assessoria jurídica do Sinte-RN entende diferente, alegando que há jurisprudência favorável aos professores em nível local e nacional.

Nesse sentido, o Sinte-RN ingressou, em dezembro de 2024, com uma Reclamação Constitucional (RCL 74810) no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando suposta violação de direitos na implementação do reajuste.

"Estamos questionando a decisão do TJRN no STF porque o que está em debate é a aplicação do percentual na carreira do magistério. Nossa reclamação é nesse sentido, na defesa da constitucionalidade da legislação do Estado, do nosso plano de carreira que continua em vigor e da própria aplicação da lei do piso salarial", explica o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública do RN (Sinte-RN), Bruno Vital. "Queremos reverter essa decisão de 2023, é o primeiro movimento. Houve uma suspensão desse pagamento. Não teve ação sobre 2024, mas o MP também entrou com ação sobre o reajuste de 2024 e também para garantir o pagamento e o fim dessa discussão", explica Bruno Vital, coordenador do Sinte-RN.

> Estamos questionando a decisão do TJRN no STF"
>
> **BRUNO VITAL**
> Coordenador do Sinte

Segundo dirigentes do Sinte-RN, a governadora do Estado, Fátima Bezerra (PT), foi a Brasília com o intuito de se reunir com o ministro Edson Fachin, relator da Reclamação Constitucional do sindicato.

Greve

A greve da rede estadual dos professores do Rio Grande do Norte, que começou no dia 25 de fevereiro, contou com mais um ato público nesta terça-feira (11). Em frente à Governadoria, no Centro Administrativo do Estado, grevistas se reuniram, movimentando o bairro Lagoa Nova, na Zona Sul da capital. A pressão da categoria resultou em uma audiência entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte (Sinte-RN) e o secretário-adjunto do Gabinete Civil, Ivanilson de Souza Maia, mas não houve nova proposta.

O representante do governo informou ao sindicato que aguarda uma possível reunião entre a governadora Fátima Bezerra, que se encontra em Brasília, e o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que é quem vai julgar a Reclamação Constitucional feita pelo sindicato.

A principal reivindicação da categoria, que já entra na terceira semana sem avanços nas negociações, é o pagamento integral do reajuste de 6,27% do piso salarial nacional do magistério para ativos e aposentados.

A próxima assembleia está marcada para o dia 17 de março, além de outras ações realizadas pelo Sinte-RN. Nos dias 12 e 13, professores farão visitas às escolas para dialogar com a comunidade. No dia 14, está marcada uma reunião com professores temporários. O sindicato também promove um levantamento do quadro de greve nas escolas.

REFORMA

Conselho de Cultura do RN ganha novas instalações

Espaço passou por uma ampla reforma e ganhou uma nova decoração

O Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Norte passou a contar, a partir desta terça-feira (11), com novas instalações e todo um novo aparato estrutural para os conselheiros potiguares. O plenário do Conselho continuará funcionando na Associação Norteriograndense de Letras (ANL), em Petrópolis.

As instalações do Conselho Estadual de Cultura passaram por uma ampla reforma, nova decoração e mudança de conceito, com intuito de criar um ambiente mais conversativo e integrado para os conselheiros que participam dos debates do órgão colegiado. A nova sede já abrigou a sessão ordinária do Conselho, composto por 15 integrantes.

"O Conselho de Cultura é estadual e luta pela preservação da história do Rio Grande do Norte, como tombamento de equipamentos, monumentos históricos, então o Conselho trabalhava num espaço menor e agora deu melhorias e condições do Conselho desenvolver melhor suas atividades", explica o presidente do Conselho, o escritor Valério Mesquita.

Vinculado à Secretaria Estadual de Cultura, o Conselho tem a função de assessorar o Governo do RN em questões culturais. O Conselho é composto por 15 conselheiros e três suplentes. "O Conselho é consultivo, não é legislativo. Temos tido discussões sobre ações de tombamentos, os vultos esquecidos do Rio Grande do Norte, os nomes dos municípios e pesquisas. Temos tido uma grande discussão sobre o não ensino da literatura potiguar nas escolas e universidades. Queremos levar isso para as escolas, a secretaria de Educação esteve aqui e agora é preparar os professores, porque a maioria deles não sabe quem são os vultos mais importantes do RN", explica a escritora e professora aposentada Eulália Barros.

O projeto arquitetônico da nova sede do Conselho foi feito pela arquiteta Gladys Fernandes, que explica que o espaço ganhou novos móveis, espaço multimídia, obras de artes e quadros que destacam instituições e artistas potiguares. O projeto de revitalização teve o apoio do Instituto Gentil.

"O primeiro desafio era acomodar nessa grande mesa todos os membros do Conselho, com conforto, num espaço bastante reduzido. O mobiliário já era desgastado e não estava apropriado para acomodar, as cadeiras eram robustas. O segundo ponto que pensamos é que era uma sala pequena e com muita gente e queríamos dar mais leveza. Fizemos o uso da iluminação artificial que dá uma levantada e ressalta tudo o que colocamos nos painéis", citou Gladys Fernandes.

"Agradeço aos meus pares deste renomado Conselho Estadual de Cultura não somente a confiança em mim depositada, mas também a permissão para continuar empreendendo a serviço da cultura do Rio Grande do Norte", disse o conselheiro Antônio Gentil em seu discurso.

Integrante do Conselho Estadual de Cultura há décadas , Diógenes da Cunha Lima, comemorou as novas instalações e aponta que o Conselho é um espaço de debates. "Há muito a ser feito e o Conselho de Cultura tem feito coisas magníficas, preservando os nomes da terra", aponta.

Quem também esteve presente na inauguração da nova sede foi a secretária de Cultura do Estado, Mary Land Brito. "Um novo ambiente é muito importante porque sempre traz a sensação de renovação", avaliou.

ANDERSON RÉGIS

O conselho é composto por 15 membros e três suplentes

GRUPOSERVENG

VENTOS PARAZINHENSES GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ: 17.205.697/0001-30

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(em milhares de Reais)*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de 38.152 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 48.692 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de propriedade integral da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. **Desempenho de nossos negócios: Resultado do exercício:** A Companhia apresentou um lucro de R$4.860 mil em 2024, comparado a um lucro de R$5.265 mil em 2023. **Resultado operacional antes do resultado financeiro:** A receita operacional foi de R$5.971 mil em 2024, em comparação a R$6.349 mil em 2023, representando uma redução de 5,96%. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$(15.897) mil em 2024, em comparação a R$(13.990) mil em 2023, representando um aumento de 13,63%. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma despesa financeira líquida R$(4.147) mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$(4.471) mil em 2023. Tendo uma redução devido à amortização dos contratos de empréstimos. **Indice de Cobertura de Serviço da Dívida:** O financiamento possui indicador financeiro em (convenant) anual estabelecido no contrato que contém clausulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Divida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia cumpriu todos as cláusulas do (convenant) anual, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
(A) Saldo de Caixa	**6.482**	**3.426**
(=) EBITDA	14.913	**15.705**
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(1.110)	(1.084)
(-) Investimentos realizados	-	(339)
(-) Distribuição de lucros	(1.154)	(1.047)
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	1.126	(300)
(B) Geração de caixa da atividade	**13.874**	**12.935**
(C) Serviço da dívida	**9.055**	**9.132**
(D) Índice de cobertura do serviço da dívida	**2,25**	**1,79**

Considerações finais: A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	179
Aplicações financeiras	4	4.467	9.853
Contas a receber	5 e 10	2.175	2.076
Estoques		51	51
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		204	192
Outras contas a receber		-	-
		6.898	**12.350**
Não Circulante			
Outras contas a receber		139	-
Imobilizado	6 e 7	118.454	123.505
		118.594	**123.505**
Total do Ativo		**125.491**	**135.855**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 10	209	398
Financiamentos e Debêntures	9	6.270	6.732
Obrigações tributárias		326	308
Dividendos	10	1.154	1.047
Arrendamentos a pagar	7	195	187
Outras contas a pagar	10	-	1
		8.154	**8.672**
Não circulante			
Financiamentos e Debêntures	9	56.428	60.588
Mútuo	10	9.873	18.873
Arrendamentos a pagar	7	5.818	6.210
		72.118	**85.670**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		38.152	38.152
Reservas de lucros		7.067	3.361
		45.219	**41.513**
Total do passivo e patrimônio líquido		**125.491**	**135.855**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**38.152**	**-**	**-**	**(858)**	**37.294**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.265	5.265
Reserva legal		-	220	-	(220)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(1.047)	(1.047)
Reserva de retenção de lucros		-	-	3.140	(3.140)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**38.152**	**220**	**3.140**	**-**	**41.513**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.860	4.860
Reserva legal	12.b	-	243	-	(243)	-
Dividendos propostos	12.c	-	-	-	(1.154)	(1.154)
Dividendos adicional		-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	3.463	(3.463)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**38.152**	**463**	**6.603**	**-**	**45.219**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	13	**26.014**	**24.810**
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(15.751)	(13.476)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**10.263**	**11.334**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(162)	(488)
Outras receitas/(despesas) líquidas	14	16	(26)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**10.117**	**10.820**
Receitas financeiras	15	890	925
Despesas financeiras	15	(5.037)	(5.396)
(=) Resultado financeiro líquido		**(4.147)**	**(4.471)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**5.971**	**6.349**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	16	**(1.110)**	**(1.084)**
(=) Lucro líquido do exercício		**4.860**	**5.265**
Lucro líquido por ação		**0,100**	**0,108**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	4.860	5.265
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**4.860**	**5.265**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**4.860**	**5.265**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Juros e variações monetárias	15	4.888	5.362
(+) Depreciação e amortização	6	4.848	4.861
Reclassificação de despesas com arrendamento		-	-
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		-	(3)
		14.596	**15.486**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		5.386	(3.253)
Contas receber		(99)	(108)
Estoques		-	-
Impostos a recuperar		-	-
Despesas antecipadas		(11)	(119)
Outras contas a receber		(139)	-
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(189)	119
Obrigações tributárias		18	26
Outras contas a pagar		(1)	(131)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**19.559**	**12.020**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas	10	(9.000)	(2.100)
Arrendamentos pagos		(635)	(656)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**9**	(4.628)	(4.345)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	**9**	(4.427)	(4.788)
Dividendos pagos		(1.047)	-
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(19.737)**	**(11.889)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(178)**	**132**
Demonstração do aumento líquido/ (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	179	47
No fim do exercício	4	1	179
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(178)**	**132**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de São Miguel do Gostoso, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda São José, S/n, Serra Verde, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 24 de julho de 2012. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Portaria nº 325, de 11 de julho de 2014, com o início de sua operação em outubro de 2019. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos 16, no município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, com 30.000kW de capacidade instalada constituída por dez unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 9** - Provisões para desmobilização; • **Nota 11** - Provisão para demandas judiciais; • **Nota 17** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/ CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/ CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	179
Aplicações financeiras **(a)**	4.467	9.853
	4.468	**10.031**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber **(a)**	2.175	2.076
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	-	-
	2.175	**2.076**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	106.247	110.496
Instalações e benfeitorias	4.358	4.533
Máquinas e equipamentos	2.362	2.457
Móveis e utensílios	221	230
Direito de uso	5.266	5.789
	118.454	**123.505**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições / Baixa / Transf.	2023	Adições / Baixa / Transf.	2024
Aerogeradores	-	127.494	-	127.494	-	127.494
Instalações e benfeitorias	-	5.230	-	5.230	-	5.230
Máquinas e equipamentos	-	2.835	-	2.835	-	2.835
Móveis e utensílios	-	265	-	265	-	265
		135.824	-	**135.824**	-	**135.824**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(12.748)	(4.250)	(16.998)	(4.249)	(21.247)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(523)	(174)	(697)	(174)	(872)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(283)	(95)	(378)	(95)	(473)
Móveis e utensílios		(26)	(9)	(35)	(9)	(44)
		(13.580)	**(4.528)**	**(18.108)**	**(4.527)**	**(22.636)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		6.600	339	6.939	(202)	6.737
(-) Amortização		(818)	(332)	(1.150)	(321)	(1.471)
		5.782	**7**	**5.789**	**(523)**	**5.266**
		128.026	**(4.521)**	**123.505**	**(5.050)**	**(118.454)**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	6.737	6.939
Amortização do período	(1.471)	(1.150)
Saldo contábil líquido	**5.266**	**5.789**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	635	656
(-) Juros a apropriar	(440)	(470)
	195	**186**
Arrendamento a pagar	9.795	10.773
(-) Juros a apropriar	(3.977)	(4.563)
	5.818	**6.210**
Saldo contábil líquido	**6.013**	**6.396**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento da Companhia. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	
2025	210
2026	226
2027	243
2028	262
2029	282
2030 em diante	4.595
	5.818

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	209	145
Fornecedores - partes relacionadas (nota 10)	-	253
	209	**398**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com Companhia de grupo.

9. Financiamentos e empréstimos: Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

	2024	2024
Financiamento BNB	62.698	67.320
Saldo contábil	**62.698**	**67.320**
Circulante	6.270	6.732
Não Circulante	56.428	60.588

Saldo em 31/12/2023	Captação	Movimentação: Juros do exercício	Movimentação: Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2024
67.320		4.433	(9.055)	62.898

A Companhia firmou o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em 28 de dezembro de 2018 e aditado em 05 de fevereiro de 2019, perfazendo montante de R$96.150, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, *"pro rata die"*, com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.034. Os recursos obtidos foram usados para construção do parque eólico e as instalações da Companhia junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém clausulas restritas que requerem a manutenção da garantia.

10. Partes relacionadas:

Descrição	Contas a Receber 2024	Contas a Receber 2023	Fornecedores 2024	Fornecedores 2023
Ventos Potiguares (a)	-	-	-	-
Consórcio Parque Eólico (b)	**139**	-	-	1
Ventos Fortes (c)	-	-	1.154	1.310
	139	-	**1.154**	**1.311**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem ao saldo da conta corrente com Consórcio Parque Eólico, que é responsável pela manutenção dos parques Eólico. **(c)** Transações com sua controladora.

	2024	2023
Dividendos a Pagar (nota 12.c)	1.154	1.047
Nota de débito a pagar	-	263
	1.154	**1.310**

Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório ao acionista, conforme Lei 6.404/76, atingindo o montante de R$1.154 mil em 31 de dezembro de 2024, (R$1.047 mil em 31 de dezembro de 2023). **10.1. Mútuo a pagar:**

Mútuo	2024	2023
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.	9.873	18.873
	9.873	**18.873**

Os mútuos contratados junto à controladora da Companhia possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os periodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **11. Provisão para riscos ambientais e cíveis:** A Companhia não figura como parte em ações judiciais de naturezas cível, trabalhista, tributária e ambiental.

12. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$38.152 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 48.692 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$463mil em 31 de dezembro de 2024, (R$220 mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	220	-
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	243	220
	463	**220**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	4.860	5.265
Absorção do Prejuízo	-	(858)
Constituição da reserva legal (5%)	(243)	(220)
Base de Cálculo dos dividendos	**4.617**	**4.187**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**1.154**	**1.047**

A Companhia apurou lucro contábil no montante de R$4.860 mil em 31 de dezembro de 2023 (de R$5.265 em 31 de dezembro de 2023). **(d) Reserva de lucros:** A após a destinação da reserva legal e dividendos mínimo Companhia detém a reserva de lucros o montante de R$6.603 mil em 31 de dezembro de 2024, (R$3.140 mil em 31 de dezembro de 2023).

13. Receita líquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	2024	2023
Venda de energia mercado livre	26.995	25.734
Venda de energia mercado CP	5	16
	27.000	**25.750**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(176)	(174)
COFINS sobre faturamento	(810)	(766)
	(986)	**(940)**
Receita líquida de vendas	**26.014**	**24.810**

14. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **14.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(15.751)	(13.476)
Despesas administrativas e gerais	(162)	(488)
Outras receitas (despesas) líquidas	16	(26)
	(15.897)	**(13.990)**

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/ despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Custo de energia	(2.946)	-	(2.946)	(1.275)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(1.739)	-	(1.739)	(1.683)
Despesas com pessoal	(892)	(20)	(912)	(953)
Material	(280)	-	(280)	(335)
Serviços de terceiros	(3.515)	(45)	(3.560)	(3.235)
Depreciação e amortização (i)	(4.850)	-	(4.850)	(4.861)
Seguros	(1.260)	-	(1.260)	(1.202)
Tributos e taxas	(165)	(32)	(197)	(203)
Aluguel	-	-	-	(5)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(104)	(49)	(153)	(236)
	(15.751)	**(146)**	**(15.897)**	**(13.990)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

15. Receitas e despesas financeiras líquidas:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	889	923
Outras	1	2
	890	**925**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.433)	(4.876)
Juros sobre arrendamento	(454)	(487)
Despesas bancárias	(107)	(7)
Outras	(43)	(27)
	(5.037)	**(5.396)**
Total	**(4.147)**	**(4.471)**

16. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Imposto de Renda		
Receita bruta	27.000	25.750
Alíquota	8%	8%
	2.160	**2.060**
Outras receitas, inclusive financeiras.	890	925
Base de cálculo	**3.050**	**2.985**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(458)	(447)
Adicional federal de 10%	(281)	(275)
Imposto apurado	**(739)**	**(722)**
Contribuição social		
Receita bruta	27.000	25.750
Alíquota	12%	12%
	3.240	**3.090**
Outras receitas, inclusive financeiras.	890	925
Base de cálculo	**4.130**	**4.015**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(372)**	**(362)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(1.110)**	**(1.084)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	**27.890**	**26.675**
Imposto calculado (IR/CS)	**(1.110)**	**(1.084)**
	3,98%	**4,06%**

17. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **17.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **17.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos

VENTOS PARAZINHENSES GERADORA EÓLICA S.A.

financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	209	-	-
Financiamentos	6.270	12.540	43.888

17.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **17.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$6.643, (R$12.108 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **17.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **17.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo	
Ativos financeiros	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	1	179
Aplicações financeiras	4.467	9.853
Contas a receber	2.175	2.076
Total	**6.643**	**12.108**
Passivos financeiros		
Fornecedores	209	398
Financiamentos	62.698	67.320
Total	**62.907**	**67.718**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

	2024		
		Valor custo justo	
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	4.467	-
Contas a receber	2.175	-	-
Total	**2.176**	**4.467**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	209
Financiamentos	-	-	62.698
Total			**62.907**

	2023		
		Valor custo justo	
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Caixa e equivalentes de caixa	179	-	-
Aplicações financeiras	-	9.853	-
Contas a receber	2.076	-	-
Total	**2.255**	**9.853**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	398
Financiamentos	-	-	67.320
Total	-	-	**67.718**

17.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

				Aumento		Redução	
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	890	12,15%	108	135	162	81	54
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(5.037)	7,43%	(374)	(468)	(561)	(281)	(187)
Resultado financeiro			**(266)**	**(333)**	**(399)**	**(200)**	**(133)**

18. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da **Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A.** São Miguel do Gostoso - RN. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S/A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1 – S - RN

Henrique Herbel De Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3 – S - RN

Espaço Oktos se destaca como opção versátil para eventos em Natal

ESTRUTURA Com três ambientes distintos e vista privilegiada para o mar, o local atende desde os pequenos encontros sociais até grandes apresentações; a integração com a cervejaria é outro diferencial

Localizado na Via Costeira, em Natal, a Cervejaria Oktos se consolida não só como um dos polos de produção de bebidas, mas também como uma das principais opções para confraternizações, celebrações, eventos empresariais e shows de música. Com três ambientes distintos, o local atende desde pequenos encontros sociais até grandes apresentações, com estrutura completa, vista privilegiada para o mar e a integração com a Cervejaria Oktos.

O Oktos Dreams, climatizado, é ideal para casamentos e aniversários; o Deck Oktos, ao ar livre, é bastante propício para confraternizações; e o Oktos Beach, com palco e camarins, recebe eventos de maior porte. De acordo com Luan Belchior, gerente de eventos da Oktos, a proposta da empresa em Natal superou as expectativas iniciais. "Aqui, apesar de ser uma fábrica, também é um espaço de eventos. Nós temos três espaços de eventos hoje em dia para atender ao público", afirma.

O primeiro e mais novo deles é o Oktos Dreams, um espaço climatizado e voltado para casamentos e aniversários. Já o Deck Oktos, ao ar livre e com vista privilegiada para o mar, é amplamente utilizado para confraternizações e eventos de pequeno e médio porte, dispondo de estrutura de apoio para buffet e banheiros. O maior dos três é o Oktos Beach, projetado para shows, calouradas, festivais e casamentos de grande escala.

"Temos o espaço Oktos Beach, onde acontecem muitos shows, calouradas, mas também casamentos, por ser um espaço muito versátil, que tem um palco bem imponente e tem quatro camarins, backstage, quarto e suíte. Por esse motivo, também chama a atenção dos clientes, porque tem uma comodidade maior. Se você vai fazer um show que tem quatro bandas, tem onde acomodar essas quatro bandas, cada um em um camarim", explica o gerente.

A integração com a cervejaria é outro diferencial. Os eventos realizados no local contam com opções de chope, que incluem quatro estilos. "O mais novo, da nossa fábrica, é o chope de vinho, e os mais consumidos nos eventos são o Pilsen e o Puro Malto. O Pilsen é o chope mais suave e o Puro Malto é mais encorpado, tem menos açúcar, então as pessoas que são diabéticas também gostam muito do Prima Puro Malto. Temos também o American IPA", detalha Luan.

Os eventos promovidos no Espaço Oktos variam de pequenos encontros sociais a grandes espetáculos. "O menor evento, digamos que seja confraternizações, aniversários para 50 pessoas. E os maiores são os shows. O maior que teve aqui na Cervejaria Oktos foi Mari Fernandez, com 2.800 pessoas. Foi o público máximo. Tivemos show de Jorge Aragão aqui também com grande público", acrescenta.

Para promover um evento na Oktos, o processo inicia-se com a definição do tipo de celebração, data e quantidade de participantes. A partir disso, os organizadores direcionam o cliente ao ambiente mais adequado. "Tudo isso interfere no orçamento final. De acordo com essas informações, nós enquadramos esse cliente no espaço ideal para o evento dele. Se é um evento menor, a gente encaixa ele no deck; se o cliente quer um evento com mais conforto, se tem pessoas idosas, a gente indica o Oktos Dreams, que é um espaço climatizado; se é algo mais estilo luau, calourada, é no Oktos Beach, que é o nosso maior espaço", explica o gerente.

A localização privilegiada é um dos grandes atrativos do empreendimento. "Somos um espaço frente mar. É a única cervejaria frente mar da América Latina, e esse é um privilégio para nós. Fica localizado aqui na Via Costeira, entre o Hotel Imirá e Vila do Mar, numa parte um pouco íngreme, então você desce já com a vista gigantesca e muito bela do mar", destaca Luan Belchior.

MAGNUS NASCIMENTO

Com vista para o mar, o Oktos Beach é projetado para shows, festivais e grandes casamentos

MAGNUS NASCIMENTO

Luan Belchior, da Oktos, diz que eventos no espaço variam de pequenos a grandes espetáculos

Dólar cai 0,69% a R$ 5,81 em dia de alta de moedas emergentes

MERCADO Moeda passou a acumular desvalorização de 1,77% nos cinco primeiros pregões de março, após alta de 1,37% em fevereiro

O dólar acentuou o ritmo de baixa ao longo da tarde de ontem, em sintonia com o comportamento da moeda norte-americana no exterior, e encerrou a sessão desta terça-feira (11) em queda firme, no nível de R$ 5,81, após mínimas na casa de R$ 5,80.

Notícia de que a Ucrânia aceitou proposta norte-americana para um cessar-fogo na guerra contra a Rússia e o recuo temporário da província canadense de Ontário na aplicação de tarifas de 25% à energia elétrica exportada aos EUA foram bem recebidos pelos investidores.

Pela manhã, o presidente Donald Trump havia anunciado tarifa adicional de 25% sobre o aço e o alumínio canadense, elevando a tarifa total em 50%, em contraofensiva à iniciativa de Ontário na segunda-feira. À tarde, Trump disse que poderia desistir da sobretaxa de 25% para os produtos canadenses a partir da quarta-feira, o que foi confirmado em seguida.

Divisas emergentes e de países exportadores já se valorizavam em relação ao dólar desde a abertura dos negócios, em movimento de correção parcial das pesadas perdas da segunda-feira, quando os temores de recessão nos EUA abalaram ativos de risco.

Com mínima a R$ 5,8037, o dólar à vista terminou a sessão em queda de 0,69%, a R$ 5,8117. Com isso, a divisa passa a acumular desvalorização de 1,77% nos cinco primeiros pregões de março, após alta de 1,37% em fevereiro. No ano, o dólar recua 5,96%.

"Temos hoje um movimento global de desvalorização do dólar, que ainda está forte. Com a perspectiva de taxa de juros menor e economia desacelerando, os Estados Unidos vão atrair menos fluxo, o que favorece divisas emergentes", afirma o head da Tesouraria do Travelex Bank, Marcos Weigt.

Termômetro do comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis divisas fortes, o índice DXY caía cerca de 0,60% no fim da tarde e operava ao redor dos 103,370 pontos, após mínima aos 103,221 pontos, graças sobretudo às perdas do euro.

Divulgado no fim da manhã de ontem, relatório Jolts mostrou que a abertura de postos de trabalho nos Estados Unidos subiu para 7,74 milhões em janeiro, resultado praticamente em linha com a expectativa de analistas.

Investidores aguardam a divulgação, nesta quarta-feira (12), do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA em fevereiro para calibrar as apostas em relação aos próximos passos do Federal Reserve, o banco central norte-americano.

Por ora, as apostas majoritárias se inclinam para uma redução total de 75 pontos-base neste ano, com o primeiro corte em maio ou junho. À tarde, Trump disse que está "muito otimista" com as perspectivas para a economia dos EUA, que "vai bombar".

Lembrando que a taxa de câmbio oscilou entre R$ 5,70 e R$ 5,90 nos dois primeiros meses de 2025, após um "overshooting" que levou o dólar a R$ 6,30 em dezembro.

A equipe de economia da XP traça três cenários para o comportamento da moeda norte-americana. No cenário base, haveria uma leve depreciação do real, com o dólar indo a R$ 5,90. Isso leva em conta a perspectiva de menor crescimento econômico com a guerra comercial, maior aversão ao risco e postura mais rígida do Fed, sem cortes de juros neste ano. Outros pontos seriam estabilidade dos preços de commodities e ausência de piora do risco-país brasileiro.

Já no quadro mais otimista traçado pela XP, sem aumentos significativos nas tarifas de importação por Trump e cortes de juros pelo Fed neste ano, o dólar escorrega para R$ 5,40. Esse cenário leva em conta também nova rodada de medidas de ajustes fiscal pelo governo Lula.

Na outra ponta, mais pessimista, o dólar vai a R$ 6,45. Tal cenário teria como premissa a manutenção da guerra comercial ao longo do ano e mais pressão inflacionária nos EUA, o que levaria a debates sobre alta de juros pelo Fed, além de deterioração fiscal maior no Brasil.


DÓLAR COMERCIAL
Venda: R$ 5,8117

DÓLAR TURISMO
Venda: R$ 6,0570


EURO TURISMO
Venda: 6,6400

LIBRA ESTERLINA
Venda: R$ 7,5300


NA TN ONLINE
Acompanhe as notícias do RN na Rádio Jovem Pan News Natal na frequência 93,5FM
www.tribunadonorte.com.br

RN e Portugal assinam acordo para criação de linha de transporte marítimo

PARCERIA Acordo de Cooperação Técnica estabelece as bases para a criação de uma linha regular entre os portos de Natal e de Setúbal; a intenção é ampliar as relações comerciais entre o RN e os portugueses

A fim de fortalecer o turismo potiguar como atividade econômica, por meio da criação de uma nova rota comercial marítima entre os portos de Natal e Setúbal, em Portugal, foi assinado nesta terça-feira (11), no país europeu, um Acordo de Cooperação Técnica entre a Companhia Docas do RN (Codern) e a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra (APSS). O acordo, mediado pelo governo estadual, estabelece as bases para a criação de uma linha de transporte marítimo regular entre os dois terminais portuários, facilitando o fluxo de mercadorias, e ampliando as relações comerciais entre o Rio Grande do Norte e os portugueses.

O termo de cooperação foi assinado pelo vice-governador Walter Alves, como testemunha; pelo presidente da Codern, Paulo Henrique de Macedo Carlos, e pelo presidente do Conselho de Administração da APSS, Carlos Alberto do Maio Correia. A parceria prevê investimentos em infraestrutura, troca de informações estratégicas, visitas técnicas e o desenvolvimento de iniciativas nas áreas de logística, marketing, meio ambiente, operação portuária, inovação tecnológica e gestão portuária.

Atualmente a Europa é o principal mercado importador de frutas potiguares, e a nova rota comercial marítima é mais uma opção para a chegada das mercadorias potiguares na Europa, e a importação de mercadorias europeias para o RN, ampliando a capacidade logística do estado e o fortalecimento da economia local.

O presidente da Codern celebrou a formalização do acordo. “Este é um momento de grande entusiasmo, pois marca o início de uma parceria estratégica com potencial para impactar positivamente o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte e do Brasil”, afirmou Paulo Henrique de Macedo Carlos.

Ele também destacou que o acordo não se limita à criação de uma nova rota comercial, mas abrange a troca de conhecimento, tecnologia e boas práticas na gestão portuária. “Isso nos permitirá otimizar operações logísticas, aprimorar processos e garantir um ambiente de negócios mais competitivo e eficiente”, acrescentou.

O acordo é um desdobramento de tratativas iniciadas março em 2024, durante a Bolsa de Turismo Lisboa. Na oportunidade, a comitiva do Rio Grande do Norte realizou a primeira visita à região da Arrábida. “Essa cooperação proporcionará novas oportunidades para gestores, técnicos e profissionais do Porto de Natal, promovendo um intercâmbio que contribuirá significativamente para a expansão econômica do Rio Grande do Norte e do Nordeste”, disse a governadora Fátima Bezerra.

Presente ao ato de assinatura do acordo, o vice-governador Walter Alves destacou os futuros benefícios à economia potiguar: “Com essa nova rota, haverá um crescimento das exportações pelo Porto de Natal e redução dos custos para os produtores e exportadores de frutas. Consequentemente, deverá ocorrer aumento do emprego, da renda e de oportunidades no RN”, destacou.

ASSECOM RN



Parceria também prevê investimentos em infraestrutura e troca de informações estratégicas

O Porto de Setúbal movimentou, em 2024, 6,5 milhões de toneladas de mercadorias, e essa parceria, segundo o governo, representa um avanço estratégico para o Porto de Natal, consolidando sua posição no cenário do comércio exterior.

O secretário de Agricultura, Pecuária e Pesca do RN, Guilherme Saldanha, destacou o impacto positivo da parceria para a economia potiguar, especialmente para o setor agropecuário. “O RN é um dos principais exportadores de frutas do Brasil, e essa nova rota comercial representará uma redução de custos para os produtores e exportadores, além de gerar mais emprego e renda”, pontuou. “Com essa nova parceria, esperamos uma expansão ainda maior no comércio exterior do estado”, acrescentou o secretário Guilherme Saldanha.

ABIH quer turistas europeus no RN

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do RN (ABIH-RN) também está em Portugal participando da Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), um dos maiores eventos de turismo da Europa, que ocorre entre 12 e 16 de março. O objetivo é entender as atuais necessidades do setor para aumentar o fluxo de turismo europeu para o Rio Grande do Norte.

Antes do evento, o presidente da ABIH-RN, Edmar Gadelha, realizou uma série de encontros com diretores das agências de viagens de Portugal que mais enviam turistas para o Brasil. Na segunda-feira (10), ele se reuniu com os diretores da Solférias e da Exótico Online. Durante o encontro, os executivos informaram que o interesse pelo destino Natal começou o ano com um crescimento de 25% nas duas agências.

“O RN é o terceiro destino mais vendido por nossa empresa. É um dos mais importantes mercados que temos e entendemos que há potencial para crescer ainda mais”, avaliou o CEO da Solférias, Nuno Mateus. “Temos total interesse em trabalhar a promoção deste destino em parceria com instituições como a ABIH-RN”, completou Dário Brilha, diretor de produto da empresa.


> O Rio Grande do Norte é o terceiro destino mais vendido por nossa empresa.”
>
> **NUNO MATEUS**
> CEO da Solférias

Nos encontros, Edmar Gadelha tem ressaltado a qualidade e diversidade da rede hoteleira do Rio Grande do Norte, que possui quase 60 mil leitos e é uma das mais estruturadas do Brasil. “Nossa rede hoteleira tem capacidade e qualidade para atender com conforto diferentes perfis de visitantes nacionais e internacionais. Esse é um grande diferencial em relação a outros destinos do Brasil”, detalha o presidente da ABIH-RN.

O aquecimento da procura pelo destino Natal-RN também foi apontado pelo diretor da Exótico Online, Guilherme Ferreira. “Nossa meta é manter este crescimento até o final de 2025 e já trabalhar novos produtos para 2026. A ativação de outros produtos em Pipa e na região de Ponta Negra são opções para serem trabalhadas”, analisa.

Guilherme Ferreira antecipou a Edmar Gadelha que já confirmou um voo extra com turistas portugueses para a virada do ano em Natal. “Este ano, dos quatro voos que teremos neste período, um vai para Natal.” O diretor da Exótico Online levou cerca de 8 mil turistas da Europa para o Brasil em 2024. “Queremos chegar a 10 mil este ano. É um desafio, mas estamos com foco nesta meta”.

Mesmo diante desse crescimento, Edmar Gadelha explica que há grande espaço para expansão do turismo internacional no Rio Grande do Norte. Em 2024, o estado registrou um crescimento de 27,2% no número de turistas internacionais, atingindo 25 mil visitantes estrangeiros.

“Este número ainda é tímido frente ao total de 6,6 milhões de turistas internacionais que chegaram ao Brasil no mesmo período. A quantidade de turistas estrangeiros também é pequena em relação aos 2,3 milhões de turistas brasileiros que visitaram o estado em 2024. Ou seja, temos um grande trabalho pela frente e muito espaço para crescer”, analisa Gadelha.

DIVULGAÇÃO/ABIH


Representantes do trade turístico estão em Portugal participando da Bolsa de Turismo de Lisboa

max ORIGINAL
BELEZA FATAL
SEGUNDA A SEXTA
ÀS 20H30
BAND
Bandplay
JÁ DISPONÍVEL NO STREAMING DA
max



INSTAGRAM
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Instagram em @tribunadonorte



DANIELA FERNANDES
A cantora e compositora potiguar Daniela Fernandes levará o espetáculo 'Ressalto' para o público paulista no próximo dia 13 de março, no Sesc 24 de Maio, em São Paulo.



Aponte a câmera e ouça a JP News Natal 93.5

Seis e Meia CELEBRA

Projeto comemora 30 anos de existência, promovendo o intercâmbio entre os talentos da MPB nacional e potiguar

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Thiago Arancam é um tenor lírico que já se apresentou nos principais teatros do mundo, em mais de 40 países

O Projeto Seis e Meia abre em 2025 a temporada de celebração aos seus 30 anos de existência, promovendo o intercâmbio entre os talentos da MPB nacional e potiguar. O show de Thiago Arancam, um dos maiores tenores líricos do Brasil, vai iniciar os trabalhos de 2025, em apresentação nesta quarta (12), às 19h, no Teatro Riachuelo. A noite será iniciada pelo grupo local Harmonium, que trará sua interpretação única de música clássica.

Thiago Arancam é um tenor lírico que também conversa com a música popular. A técnica vocal extensa e a presença de palco são seus elementos para levar emoção à plateia. Desde os seis anos de idade, o garoto nascido em São Paulo já cantava em corais infantis. O caminho para os palcos da Europa foi aberto em 2004, após vencer o Concurso Internacional de Canto Erudito Bidu Sayão. Ele se formou em canto lírico em 2007, na academia do Teatro Alla Scala, de Milão.

O cantor já se apresentou nos principais teatros do mundo, em mais de 40 países. Na Europa, Arancam conheceu Plácido Domingo, com quem gravou "Cyrano de Bergerac", na São Francisco Opera (USA); "Madame Butterfly", em Washington, e "Carmen", na Los Angeles Opera. Trabalhou também com grandes regentes de orquestra, como Daniel Harding, Christian Thielemann, Giorgio Morandi, entre outros.

Em 2017 lançou o álbum e espetáculo "Bela Primavera", no qual começou seu projeto de unir a música erudita à popular. Gravou músicas como "Strani amore", "Hallelujah", "Céu de Santo Amaro" e "Tu per me". No ano seguinte veio "This is Thiago Arancam", onde foi do pop ao sacro, com "Can' help falling in love", "Ave Maria", "Bella ciao", "Nessum dorma", "O fantasma da ópera", entre outros.

Já o grupo potiguar Harmonium também vai mostrar como se faz a ponte entre dois universos musicais, sem perder a identidade. Formado por músicos da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte (OSRN) e cantores do coral estadual, o grupo promete uma apresentação que une tradição e inovação, em um repertório que transita do clássico erudito ao pop, agradando todos os gostos.

Serviço:

Thiago Arancam (SP) e Grupo Harmonium (RN). Dia 12 (quarta), às 19h, no Teatro Riachuelo. Vendas na bilheteria do teatro ou no site uhuu.com



O filme acompanha a trajetória da agricultora e sindicalista Eliete Medeiros

Mulheres agricultoras ganham documentário

"Com vocês ando melhor" é uma produção do Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido, disponibilizado recentemente no Youtube

A potência das mulheres agricultoras que vivem seu cotidiano no sertão potiguar, é o fio condutor do filme "Com vocês ando melhor", uma produção do Grupo de Pesquisa e Extensão Territórios do Semiárido (Semiar/Ceres), disponibilizado recentemente no Youtube, em alusão ao Dia Internacional da Mulher. Gravado na zona rural de Caicó, o documentário destaca a luta e a resistência das mulheres agricultoras da região, ampliando a visibilidade de suas histórias e desafios.

O filme acompanha a trajetória da agricultora e sindicalista Eliete Medeiros, retratando sua rotina na horta, na feira, no sindicato e nos coletivos de mulheres. Segundo Leandro Cavalcante, professor que roteirizou e dirigiu a obra, o objetivo do filme é apresentar a potência que emerge da união e da luta das mulheres agricultoras do Seridó, representadas pela pessoa de Eliete.

"São mulheres que, apesar dos inúmeros desafios, constroem cotidianamente caminhos para uma vida com mais dignidade e melhores oportunidades", ressaltou o diretor. Leandro enfatizou que a importância do filme está na necessidade de dar visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras, que enfrentam desafios como o machismo e a negação de direitos, especialmente na zona rural.

"Com vocês ando melhor" foi lançado em outubro do ano passado, durante a 7ª edição do Festival Curta Caicó. "Eliete, com sua força e simplicidade, representa, de certa forma, todas as mulheres do Seridó e, quem sabe, do RN. Ela tem forte atuação no sindicato e comercializa seus produtos semanalmente na feira-livre de Caicó".

Boca de Cena realiza turnê pelo Estado

"Remundados" e "Os Cavaleiros da Triste Figura" são as peças apresentadas

O grupo de teatro Boca de Cena, de Sergipe, está fazendo uma extensa temporada pelo Rio Grande do Norte durante o mês de março. A circulação especial é composta pelos espetáculos "Remundados" e "Os Cavaleiros da Triste Figura", que vão passar por Caicó, São Miguel do Gostoso, e finalizando em Natal. Toda a programação é gratuita e aberta ao público.

O grupo está no momento em Caicó, onde apresenta o espetáculo "Remundandos" nesta quarta (12). De 14 a 16 (sexta a domingo), estarão em São Miguel do Gostoso. E nos dias 17 e 18, será a vez da capital potiguar. A temporada do projeto "Boca de Cena no Rio Grande – Circulação Potiguar", começou em Mossoró, no último dia 07 de março.

"Os cavaleiros da triste figura" é abertamente inspirado no clássico Dom Quixote, de Miguel de Cervantes. Na versão sergipana, um grupo de atuadores em praça pública, insiste em instaurar suas histórias. Desfazendo-se e reinventando-se a cada golpe, permeados por loucuras e delírios.

Já "Remundados" é o desejo de uma multidão de quatro refugiados, cada um vindo de um lugar que não existe mais e que, sem rumo, decidem seguir, com destino as lembranças que restaram.



O grupo de teatro está, no momento, em Caicó

Alienação Particular
JFRN
6a VARA
Grandes Oportunidades
SAIBA MAIS
Propostas até 14/03
EXCLUSIVAMENTE ONLINE
www.lancecertoleiloes.com.br
LANCE CERTO
LEILÕES DESDE 1998
Francisco Doege - Leiloeiro Oficial
(84) 9 9865-2897 / 3223-4146
R Pres. Artur Bernardes, 779 B, Alecrim - Natal/RN

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Somente Eletrônico | Online
BANCO PAN ZUK
Credor Fiduciário: BANCO PAN S/A | Fiduciantes: MARIA LUCINEIDE ALVES DE OLIVEIRA e MOISES GERSON DE FREITAS ALVES
LOTE 01 - Descrição do imóvel: Apartamento residencial nº 502, localizado no 5º pavimento da Torre A, integrante do Condomínio Residencial Sun Gardens, situado na Rua Pintassilgos, nº 90, Pitimbu, Natal/RN, com direito ao uso de duas vagas de garagem. Área privativa: 58,19m², área total: 73,59m². Imóvel objeto da matrícula 37.861 do 7º Ofício (3ª Zona) de Registro de Imóveis de Natal/RN. Dispensa-se a descrição na íntegra do imóvel, nos termos do art. 2º da Lei 7.433/85 e Art. 3º do Decreto 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Observações: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único da lei 9.514/97. **Datas e valores dos leilões: 1º Leilão - 24/03/2025, às 14:00h. - LANCE MÍNIMO: R$ 259.115,09. 2º Leilão - 25/03/2025, às 14:00h - LANCE MÍNIMO: R$ 208.856,06 (caso não seja arrematado no 1º leilão).**
O arrematante presente pagará no ato o preço total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o devedor fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leiloeiro. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.
MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
contato@portalzuk.com.br | PORTALZUK.com.br

Alienação Particular
6ª VARA
TRT
21ª Região
Imóvel no Condomínio Green Club I, Parnamirim/RN
SAIBA MAIS
Propostas até 14/03
EXCLUSIVAMENTE ONLINE
www.lancecertoleiloes.com.br
LANCE CERTO
LEILÕES DESDE 1998
Francisco Doege - Leiloeiro Oficial
(84) 9 9865-2897 / 3223-4146
R Pres. Artur Bernardes, 779 B, Alecrim - Natal/RN

GRUPOSERVENG

FORTE CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

CNPJ: 18.265.320/0001-39

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E 2023 *(em milhares de Reais)*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A Forte do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R$80.159 mil, representado por 100.401 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de propriedade integral da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. **Desempenho de nossos negócios: Resultado do exercício:** A Companhia apresentou um lucro de R$5.009 mil em 2024, comparado a um lucro de R$4.223 mil em 2023. **Resultado operacional antes do resultado financeiro:** A receita operacional foi de R$6.163 mil em 2024, em comparação a R$5.472 mil em 2023, representando uma evolução de 12,62%. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$(14.582) mil em 2024, em comparação a R$(14.385) mil em 2023, representando um aumento de 1,37%. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma despesa financeira líquida R$(3.848) mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$(3.628) mil em 2023. Tendo uma redução devido a amortização das debêntures. **Índice de Cobertura de Serviço da Dívida:** O financiamento possui indicador financeiro em (convenant) anual estabelecido no contrato que contém clausulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia cumpriu todos as cláusulas do (convenant) anual, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
(A) Saldo de Caixa	**7.717**	**5.476**
(=) EBITDA	15.199	14.287
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(1.154)	(1.249)
(-) Investimentos realizados	(3.854)	(84)
(-) Distribuição de capital	(4.199)	(1.003)
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	1.582	-
(B) Geração de caixa da atividade	**7.575**	**11.950**
(C) Serviço da dívida	**10.070**	**10.063**
(D) Índice de cobertura do serviço da dívida	**1,52**	**1,73**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	6
Aplicações financeiras	4	11.836	14.755
Contas a receber	5 e 10	1.096	5.702
Estoques		9	9
Impostos a recuperar		5	5
Despesas antecipadas		216	204
		13.163	**20.681**
Não Circulante			
Outras contas a receber		4.526	-
Depósito judiciais		36	36
Imobilizado	6 e 7	122.401	124.592
		126.963	**124.628**
Total do Ativo		**140.126**	**145.310**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 10	284	966
Financiamentos	9	6.367	6.303
Obrigações tributárias		324	298
Dividendo a pagar	10	1.190	1.003
Arrendamentos a pagar	7	75	66
		8.239	**8.636**
Não circulante			
Financiamentos	9	41.914	47.794
Provisão para desmobilização	7	3.504	3.212
Arrendamentos a pagar	7	1.409	1.418
		46.827	**52.424**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		80.159	80.159
Reservas de lucros		4.901	4.091
		85.061	**84.250**
Total do passivo e patrimônio líquido		**140.126**	**145.310**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023
Receita líquida de vendas	13	24.593	23.485
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(13.619)	(13.901)
(=) lucro bruto		**10.975**	**9.584**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(970)	(478)
Outras receitas/(despesas) líquidas	14	6	(5)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**10.011**	**9.101**
Receitas financeiras	15	1.119	1.526
Despesas financeiras	15	(4.967)	(5.154)
(=) Resultado financeiro líquido		**(3.848)**	**(3.628)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**6.163**	**5.472**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	16	(1.154)	(1.249)
(=) Lucro líquido do exercício		**5.009**	**4.223**
Lucro líquido por ação		**0,050**	**0,042**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**80.159**	**870**	**985**	-	**82.014**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	4.223	4.223
Dividendos adicional	12.c	-	-	(984)	-	(984)
Reserva legal	12.b	-	211	-	(211)	-
Dividendos propostos	12.c	-	-	-	(1.003)	(1.003)
Reserva de retenção de lucros	12.d	-	-	3.009	(3.009)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**80.159**	**1.081**	**3.009**	-	**84.250**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.009	5.009
Distribuição adicional	12.c	-	251	-	(251)	-
Reserva legal	12.b	-	-	-	(1.190)	(1.190)
Dividendos propostos	12.c	-	-	(3.009)	-	(3.009)
Reserva de retenção de lucros	12.d	-	-	3.569	(3.569)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**80.159**	**1.332**	**3.569**	-	**85.061**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	5.009	4.223
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**5.009**	**4.223**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		5.009	**4.223**
Itens que não afetam o caixa operacional			
Participação de não controladores, líquido		-	-
(+) Depreciação e amortização	6	6.013	5.183
(+) Juros e variações monetárias	15	4.660	5.134
Reclassificação de despesas com arrendamento		-	-
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados		26	-
		15.708	**14.540**
Aumento líquido/(Redução) nos ativos			
Aplicação financeira		2.919	(3.175)
Conta s receber		4.606	(458)
Estoques		-	(7)
Impostos a recuperar		-	(5)
Despesas antecipadas		(12)	(152)
Depósitos judiciais		-	-
Outras contas a receber		(4.526)	-
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(682)	673
Obrigações tributárias		26	6
Outras contas a pagar		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**18.038**	**11.422**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		(3.779)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos		**(3.779)**	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Arrendamentos pagos		(183)	(175)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	9	(5.642)	(5.303)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	9	(4.427)	(4.760)
Dividendos pagos	12.c	(4.012)	(1.466)
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(14.264)**	**(11.703)**
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(5)**	**(282)**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	6	288
No fim do exercício	4	1	6
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(5)**	**(282)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Canto de Baixo, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 23 de julho de 2012. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Portaria nº 333, de 14 de julho de 2014, com o início de sua operação em fevereiro de 2018. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos 12, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 27.200 kW de capacidade instalada constituída por dezesseis unidades geradoras.

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 5** -Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 7** - Provisões para desmobilização; • **Nota 10** - Provisão para demandas judiciais; • **Nota 17** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024.:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o *covenant* existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024.:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	6
Aplicações financeiras **(a)**	11.836	14.755
	11.837	**14.761**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber **(a)**	1.096	1.417
Consorcio Parque Eólico (nota 10)	4.526	4.276
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 10)	-	9
	5.622	**5.702**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	113.810	118.707
Veículos	2.761	-
Instalações e benfeitorias	1.623	1.718
Máquinas e equipamentos	2.816	2.738
Equipamentos de informática	110	115
Móveis e utensílios	13	13
Direito de uso	1.268	1.301
	122.401	**124.592**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de Depreciação a.a.	2022	Adições /Baixas	2023	Adições	2024
Aerogeradores	-	146.861	-	146.861	-	146.861
Veículos	-	-	-	-	3.582	3.582
Instalações e benfeitorias	-	2.126	-	2.126	(32)	2.094
Máquinas e equipamentos	-	3.404	-	3.404	198	3.602
Equipamentos de informática	-	146	-	146	-	146
Móveis e utensílios	-	17	-	17	-	17
		152.554	-	**152.554**	**3.748**	**156.302**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(23.259)	(4.895)	(28.154)	(4.897)	(33.051)
Veículos	25	-	-	-	(821)	(821)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(337)	(71)	(408)	(63)	(471)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(551)	(115)	(666)	(120)	(786)
Equipamentos de informática		(26)	(5)	(31)	(5)	(36)
Móveis e utensílios	10	(3)	(1)	(4)	-	(4)
		(24.176)	**(5.087)**	**(29.263)**	**(5.906)**	**(35.169)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		1.637	84	1.721	69	1.790
(-) Amortização		(324)	(96)	(420)	(102)	(522)
		1.313	**(12)**	**1.301**	**(33)**	**(1.268)**
		129.691	**(5.099)**	**124.592**	**(2.191)**	**(122.401)**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2024	2023
Direito de uso do ativo arrendado	1.790	1.721
Amortização do período	(522)	(420)
Saldo contábil líquido	**1.268**	**1.301**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	183	175
(-) Juros a apropriar	(108)	(108)
	75	**66**
Arrendamento a pagar	2.101	2.183
(-) Juros a apropriar	(692)	(764)
Provisão para desmobilização	3.504	3.212
	4.913	**4.630**
Saldo contábil líquido	**4.988**	**4.696**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento da Companhia. **(a)** A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	2024
2025	81
2026	87
2027	93
2028	101
2029	108
2030 em diante	939
	1.409

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. Fornecedores: Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	284	690
Fornecedores – partes relacionadas (nota 10)	-	276
	284	**966**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com sua controladora e coligadas.

9. Financiamentos e empréstimos: Correspondem às obrigações da Companhia junto à instituição financeira conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	2024	2023
Financiamento BNB	48.281	54.097
Saldo contábil	**48.281**	**54.097**
Circulante	6.367	6.303
Não Circulante	41.914	47.794

Saldo em 31/12/2023	Movimentação: Captação	Movimentação: Juros do exercício	Movimentação: Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2024
54.097		4.254	(10.070)	48.281

A Companhia firmou o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em 10 de agosto de 2017, perfazendo montante de R$78.886, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "*pro rata die*", com o vencimento final em 10 de agosto de 2.032. Os recursos obtidos foram usados para construção do parque eólico e as instalações da Companhia junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

10. Partes relacionadas:

Descrição	Contas a Receber 2024	Contas a Receber 2023	Contas a pagar 2024	Contas a pagar 2023
Ventos Potiguares (a)	-	9	-	9
Ventos Fortes (c)	-	-	1.190	1.272
Consórcio Parque Eólico (b)	4.256	4.276	-	-
	4.256	**4.285**	**1.190**	**1.281**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem ao saldo da conta corrente com Consórcio Parque Eólico, que é responsável pela manutenção dos parques Eólico. **(c)** Transações com sua controladora.

	2024	2023
Dividendos a Pagar (nota 12.c)	1.190	1.003
Nota de débito a pagar	-	269
	1.190	**1.272**

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

11. Provisão para riscos cíveis: A Companhia figura como parte em ações judiciais de naturezas cível e ambiental. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita não haver provisão para riscos ambientais e cíveis com perdas prováveis. **11.1. Ações anulatórias:** A Companhia é parte em ações anulatórias de cobrança da taxa de alvará de localização e licenciamento de funcionamento do exercício de 2019 e 2020, questionando a ausência de proporcionalidade na alteração da base de cálculo da taxa. Atualmente o montante perfaz no valor de respectivamente de R$315mil para 2019 e R$315mil para 2020 em 31 de dezembro de 2024. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

12. Patrimonio líquido: (a) Capital Social: O capital social integralizado de R$80.159 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 10.460.685 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$1.082mil em 31 de dezembro de 2023 (R$870mil em 31 de dezembro de 2022).

	2024	2023
Saldo inicial	1.081	870
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	251	211
	1.332	**1.081**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	5.009	4.223
Constituição da reserva legal (5%)	(251)	(211)
Base de Cálculo dos dividendos	**4.758**	**4.012**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**1.190**	**1.003**
Dividendos pagos		
Dividendos mínimos pagos (i)	(211)	(481)
Dividendos adicionais pagos do exercício (i)	(3.009)	(984)
Total	**(3.220)**	**(1.466)**

(i) Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$3.220 mil, desse valor R$3.009 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$211 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** A após a destinação da reserva legal e dividendos mínimo Companhia detém a reserva de lucros o montante de R$3.569 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$3.009 mil em 31 de dezembro de 2023).

13. Receita liquida: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	2024	2023
Receitas		
Venda de energia mercado livre	13.180	12.564
Venda de energia mercado CP	103	14
Venda de energia mercado regulado	12.242	11.684
Venda de energia elétrica múltiplo	-	114
	25.525	**24.375**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(166)	(158)
COFINS sobre faturamento	(766)	(732)
	(932)	**(890)**
Receita líquida de vendas	**24.593**	**23.485**

14. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **14.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(13.619)	(13.901)
Despesas administrativas e gerais	(970)	(478)
Outras receitas (despesas) líquidas	6	(5)
	(14.583)	**(14.385)**

Custos/Despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas administrativas e gerais	2024 Total	2023 Total
Custo de energia	(1.626)	-	(1.626)	(2.616)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão e distribuição	(1.497)	-	(1.497)	(1.453)
Despesas com pessoal	(778)	(17)	(795)	(949)
Material	(91)	(0)	(91)	(90)
Serviços de terceiros	(3.930)	(41)	(3.971)	(3.625)
Depreciação e amortização (i)	(6.015)	-	(6.015)	(5.184)
Seguros	(280)	-	(280)	(124)
Tributos e taxas	(136)	(28)	(164)	(163)
Aluguel	-	-	-	(5)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(87)	(57)	(144)	(176)
	(14.440)	**(143)**	**(14.583)**	**(14.385)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

15. Receitas e despesas financeiras líquidas

Receitas financeiras	2024	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.118	1.524
Outras	1	2
	1.119	**1.526**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.254)	(4.708)
Juros sobre arrendamento	(113)	(113)
Despesas bancárias	(108)	(7)
Outras	(492)	(326)
	(4.967)	**(5.154)**
Total	**(3.848)**	**(3.628)**

16. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

Imposto de Renda	2024	2023
Receita bruta	**25.525**	**24.502**
Alíquota	8%	8%
	2.042	**1.960**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.151	1.526
Base de cálculo	**3.193**	**3.486**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(479)	(523)
Adicional federal de 10%	(295)	(325)
Imposto apurado	**(774)**	**(848)**
Contribuição social		
Receita bruta	25.525	**24.502**
Alíquota	12%	12%
	3.063	**2.940**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.151	1.526

FORTE CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Imposto de Renda	**2024**	**2023**
Base de cálculo	**4.214**	**4.466**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(379)**	**(402)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(1.154)**	**(1.249)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	26.676	26.028
Imposto calculado (IR/CS)	(1.154)	(1.249)
	4,32%	**4,80%**

17. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **17.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **17.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**+ 2 anos**
Fornecedores	395	-	-
Financiamentos	6.327	12.733	29.181

17.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **17.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$12.933, (R$20.463 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **17.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **17.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo	
Ativos financeiros	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	1	6
Aplicações financeiras	11.836	14.755
Contas a receber	1.096	5.702
Total	**12.933**	**20.463**
Passivos financeiros		
Fornecedores	284	966
Financiamentos	48.281	54.097
Total	**48.564**	**55.063**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **Instrumentos financeiros por categoria:**

	2024		
	Empréstimos e recebíveis	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	11.836	-
Contas a receber	1.096	-	-
Total	**1.097**	**11.836**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	284
Financiamentos	-	-	48.281
Total	-	-	**48.564**

	2023		
	Empréstimos e recebíveis	**Valor custo justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-
Aplicações financeiras	-	14.755	-
Contas a receber	5.702	-	-
Total	**5.708**	**14.755**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	966
Financiamentos	-	-	54.097
Total	-	-	**55.063**

17.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 6,55% (7,43% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

				Aumento		**Redução**	
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	1.119	12,15%	136	170	204	102	68
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(4.967)	7,43%	(369)	(461)	(554)	(277)	(185)
Resultado financeiro			**(233)**	**(291)**	**(350)**	**(175)**	**(117)**

18. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores do **Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.** Pedra Grande - RN. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Forte Canto de Baixo Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1 – S - RN

Henrique Herbel De Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3 – S - RN

Venda de sorvetes cresce pelo menos 10% no RN

IMPULSO Empresários e representantes do setor dizem que crescimento tem relação com movimento de turistas e altas temperaturas

ADRIANO ABREU



Nos meses de novembro a março, a indústria registra aumentos na produção de sorvetes no RN

A venda de sorvetes registrou aumento no Rio Grande do Norte no período do verão de 2024. Segundo estimativas de empresários e representantes do segmento, o aumento foi de pelo menos 10% nas vendas nos últimos meses, período considerado "de colheita" para o segmento, que se beneficia das altas temperaturas, do litoral movimentado com turistas e, neste ano em específico, com um dos verões mais quentes dos últimos anos em vários estados do Nordeste e do Brasil.

Segundo avaliação do diretor-presidente da Ster Bom, Antônio Leite Jales, os meses de novembro a março são os que a indústria registra maior produção e, consequentemente, maiores vendas no Estado. O cenário vale tanto para sorvetes quanto para picolés, além da produção de casquinhas.

"As vendas de sorvete e picolés, congelados, tudo aumenta. Todo ano essas vendas estão crescendo. As vendas aumentaram porque nossa colheita é agora na alta estação, quando começa a esquentar, de setembro a março. O dólar estava muito alto e muita gente não viajou para fora, ficando na região Nordeste e aqui em Natal. Com isso, tivemos um bom aumento", explica, acrescentando ainda que as vendas "sempre crescem dois dígitos" no período do verão. "Com calor, tanto toma-se água quanto sorvete para refrescar", aponta Antônio Leite, lembrando ainda que a intensificação das produções se inicia em setembro, já visando a alta estação.

O mesmo pensamento tem a presidente do Sindicato da Indústria de Sorvetes, Congelados e Derivados do Estado do Rio Grande do Norte (Sindsorvete), Zauleide Queiroz. "Quando aumenta o calor, consequentemente as vendas aumentam. Essa é uma das melhores épocas para os nossos produtos. Quando 'arrocha' o calor, o que mais a pessoa quer é se refrescar", afirma.

Em sorveterias da capital potiguar, empresários e vendedores também relataram aumento na procura pelos produtos por parte dos clientes.

O técnico em sistemas audiovisuais, Yuri Morais, 35 anos, conta que está consumindo mais sorvete nos últimos meses. "Tomo sorvete com certa frequência, porque é doce e o açúcar é algo que a gente gosta. E também pela temperatura; vivemos na Cidade do Sol. Nesse calor, tomei um pouco mais de sorvete. Geralmente gosto de tomar aquele pote de 2 litros para a família toda consumir, ainda mais que tenho filha pequena", disse.

Quem também ampliou o consumo do sorvete e picolé foi Adriana Bezerra, 37 anos, que trabalha com venda de insumos para produção de sorvetes. "Nesse calor, consumo mais sorvete para refrescar e saborear os lançamentos que tem. Consumo tanto na sorveteria quanto em casa, não deixo faltar", disse.

A alta na venda de sorvetes não ficou restrita somente ao Rio Grande do Norte. Em outros estados, como Minas Gerais, uma onda de calor vivenciada pelos mineiros no final de fevereiro também ajudou a incrementar as vendas de sorvetes e picolés.

Outros segmentos também registraram aumento nas vendas com o calor característico do verão no RN. O setor da indústria de água mineral observou uma alta de até 18% nas vendas nos meses de dezembro e janeiro - na alta estação - em comparação com os meses anteriores, segundo dados do Sindicato das Indústrias de Cervejas, Refrigerantes, Águas Minerais e Bebidas em Geral do Rio Grande do Norte (Sicramirn).

"Melhorou um pouco essa venda de águas nesse calor do verão. Geralmente vendo umas 50 águas, água-de-coco umas 40. Em outros períodos eu vendo cerca de 30, 25 águas. Nesse verão aumentou", explica Antônio Júnior, vendedor ambulante de água no Alecrim.

Produção industrial fica estável em janeiro após três quedas

VARIAÇÃO Segundo o IBGE, em relação ao mesmo mês de 2024 o setor teve alta de 1,4%, o oitavo aumento seguido nessa comparação

JOSÉ PAULO LACERDA / CNI



Última vez que a produção da indústria nacional ficou quatro meses sem crescimento foi em 2015

Após três meses de baixa, a produção da indústria brasileira apresentou variação nula na passagem de dezembro para janeiro, ou seja, não teve crescimento nem queda. O dado faz parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o setor teve alta de 1,4%, a oitava expansão seguida nesse tipo de comparação. No acumulado de 12 meses, houve expansão de 2,9%.

O resultado de janeiro deixa a indústria brasileira 1,3% acima do patamar pré-pandemia de covid-19, de fevereiro de 2020. No entanto, a produção do parque industrial brasileiro está 15,6% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em maio de 2011.

O índice de difusão mostra que 68,9% dos 789 produtos pesquisados apresentaram alta na produção na passagem de dezembro para janeiro.

A variação nula de janeiro interrompeu três meses de queda, quando a produção encolheu 1,2%, conforme os dados a seguir: outubro -0,2%, novembro –0,7%, dezembro -0,3% e janeiro 0%.

A última vez em que a produção da indústria nacional ficou quatro meses sem crescimento foi em 2015, de setembro a dezembro, acumulando 5,6% de recuo.

Apesar da variação nula, o gerente da pesquisa, André Macedo, ressalta como positiva a interrupção do movimento de queda e o maior espalhamento dos resultados positivos. Macedo se refere ao fato de que três das quatro grandes categorias econômicas mostraram avanço na produção: bens de capital (máquinas e equipamentos, com 1,5%); bens intermediários (utilizados para fabricar outros bens ou serviços, com -1,4%); bens de consumo duráveis, com 4,4%; e bens de consumo semiduráveis e não duráveis, que registrou 3,1%.

Além disso, 18 dos 25 ramos pesquisados ficaram no terreno de expansão. Entre os destaques, as principais contribuições positivas foram máquinas e equipamentos (6,9%); veículos automotores, reboques e carrocerias (3%); produtos de borracha e de material plástico (3,7%); artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (9,3%); farmoquímicos e farmacêuticos (4,8%); produtos diversos (10%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (4,3%); móveis (6,8%); manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (5%); e alimentícios (0,4%).

De acordo com André Macedo, essas atividades vêm de comportamento negativo no final de 2024, influenciadas, em grande medida, por férias coletivas neste período. "Há um movimento de maior dinamismo para a produção de janeiro de 2025 por causa da volta à produção e que elimina a perda registrada em dezembro de 2024", explica.

Indústrias extrativas

Seis segmentos industriais apresentaram queda na produção. Nesse universo, se destaca a atividade de indústrias extrativas (-2,4%), que exerceu o principal impacto em janeiro e interrompeu dois meses seguidos de crescimento na produção.

O gerente do IBGE aponta que a atividade de indústrias extrativas foi influenciada pelo comportamento de seus dois principais itens: petróleo e minérios de ferro.

"Outro ponto importante, que deve ser considerado para explicarmos a queda deste mês, é o fato desse ramo industrial ter mostrado crescimento nos dois últimos meses de 2024. Na atividade de petróleo e gás, observa-se algumas paralisações em plataformas por conta de paradas programadas ou não", afirma.

GRUPOSERVENG

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S.A.

CNPJ: 13.783.102/0001-72

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, A SM Geração de Energia Eólica Ltda. ("Companhia") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Individuais e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **Composição acionária:** Em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia é de R$ de R$62.254 mil, representado por 63.138 mil ações, sendo todas ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal de propriedade integral da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. **Desempenho de nossos negócios: Resultado do exercício:** A Companhia apresentou um lucro de R$6.697 mil em 2024, comparado a um lucro de R$5.948 mil em 2023. **Resultado operacional antes do resultado financeiro:** A receita operacional foi de R$7.988 mil em 2024, em comparação a R$7.162 mil em 2023, representando uma evolução de 12,53%. **Custos e despesas operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R$(16.831) mil em 2024, em comparação a R$(15.801) mil em 2023, representando um aumento de 6,52%. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro em 2024 correspondeu a uma despesa financeira líquida R$(4.367) mil comparada a uma despesa financeira líquida de R$(4.923) mil em 2023. Tendo uma redução devido a amortização das debêntures. **Indice de Cobertura de Serviço da Dívida:** O financiamento possui indicador financeiro em (convenant) anual estabelecido no contrato que contém clausulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade) / (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia cumpriu todos as cláusulas do (convenant) anual, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2024	2023
(A) Saldo de Caixa	**5.878**	**2.889**
(=) EBITDA	**12.871**	**12.679**
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(1.291)	(1.215)
(-) Investimentos realizados	(1)	(543)
(-) Distribuição de capital	(3.021)	(498)
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	1.648	4
(B) Geração de caixa da atividade	**10.205**	**10.427**
(C) Serviço da dívida	**9.272**	**9.440**
(D) Índice de cobertura do serviço da dívida	**1,73**	**1,41**

Considerações finais: A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	162
Aplicações financeiras	4	7.522	11.248
Contas a receber	5	2.436	2.325
Estoques		19	19
Impostos a recuperar		143	141
Despesas antecipadas		230	217
Outras Contas a Receber	10	-	10
		10.351	**14.122**
Não Circulante			
Partes relacionadas	10	326	-
Imobilizado	6 e 7	135.876	141.873
Intangível		-	-
		136.202	**141.873**
Total do Ativo		**146.554**	**155.995**

PASSIVO	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	8 e 10	228	474
Financiamentos e Debêntures	9	6.912	6.681
Obrigações tributárias		378	352
Dividendos	10	1.591	498
Arrendamentos a pagar	7	212	204
Outras contas a pagar	10	-	-
		9.321	**8.209**
Não circulante			
Financiamentos e Debêntures	9	63.357	67.919
Partes relacionadas	10	-	9.240
Arrendamentos a pagar	7	6.347	6.774
		69.704	**83.933**
Patrimônio líquido	12		
Capital social		62.254	62.254
Reservas de lucros		5.275	1.599
		67.529	**63.853**
Total do passivo e patrimônio líquido		**146.554**	**155.995**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Reservas Legal	Reservas Lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**62.254**	**-**	**-**	**(3.851)**	**58.403**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.948	5.948
Reserva legal	12.b	-	105	-	(105)	-
Dividendos propostos	12.c	-	-	-	(498)	(498)
Reserva de retenção de lucros	12.d	-	-	1.494	(1.494)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**62.254**	**105**	**1.494**	**-**	**63.853**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	6.697	6.697
Reserva legal	12.b	-	335	-	(335)	-
Dividendos propostos	12.c	-	-	-	(1.591)	(1.591)
Dividendos adicional	12.c	-	-	(1.431)	-	(1.431)
Reserva de retenção de lucros	12.d	-	-	4.772	(4.772)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**62.254**	**440**	**4.835**	**-**	**67.529**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

	Nota	2024	2023
Receita líquida de vendas	13	**29.186**	**27.887**
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(11.413)	(9.825)
(=) (Prejuízo)/lucro bruto		**17.773**	**18.062**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	14	(5.434)	(5.968)
Outras receitas/(despesas) líquidas	14	16	(8)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**12.355**	**12.085**
Receitas financeiras	15	1.114	1.021
Despesas financeiras	15	(5.480)	(5.944)
(=) Resultado financeiro líquido		**(4.367)**	**(4.923)**
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**7.988**	**7.162**
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	16	(1.291)	(1.215)
(=) Lucro líquido do exercício		**6.697**	**5.948**
Lucro líquido por ação		**0,106**	**0,094**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício	**6.697**	**5.948**
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**6.697**	**5.948**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Nota	2024	2023
(=) Lucro líquido do exercício		**6.697**	**5.948**
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6	5.767	5.780
(+) Juros e variações monetárias	15	5.437	5.912
Reclassificação de despesas com arrendamento		-	(5)
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixado		9	-
		17.910	**17.635**
Aumento líquido/(redução) nos ativos			
Aplicação financeira		3.726	(3.486)
Conta s receber		(111)	(120)
Estoques		-	2
Impostos a recuperar		(2)	-
Despesas antecipadas		(13)	(162)
Outras contas a receber		(316)	(10)
Aumento líquido /(redução) nos passivos			
Fornecedores		(247)	150
Obrigações tributárias		26	21
Outras contas a pagar		-	(135)
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais		**20.973**	**13.895**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado		-	-
Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos		**-**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas	10.1	(9.240)	(3.670)
Arrendamentos pagos		(693)	(716)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	9	(4.342)	(4.162)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos	9	(4.930)	(5.278)
Dividendos pagos	12	(1.929)	-
Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos		**(21.133)**	**(13.826)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(161)**	**70**
Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	4	162	92
No fim do exercício	4	1	162
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(161)**	**70**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A SM Geração de energia Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, S/n, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 20 de maio de 2011. A companhia tem como acionista controladora a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Portaria nº 330, de 14 de julho de 2014, com o início de sua operação em dezembro de 2019. A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos 15, no município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte, com 30.000kW de capacidade instalada constituída por dez unidades geradoras. **2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 28 de fevereiro de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2.2. Bases de mensuração:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Uso de estimativa e julgamentos:** A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: • **Nota 5** - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota 6** - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado; • **Nota 9** - Provisões para desmobilização; • **Nota 11** - Provisão para demandas judiciais; • **Nota 17** - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **3. Principais práticas contábeis: 3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado. **3.3. Aplicação financeira:** A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido. **3.4. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registras inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **3.5. Instrumentos financeiros: 3.5.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.5.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas). Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo. **3.6. Imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas. **3.7. Fornecedores:** Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo. **3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas. **3.9. Arrendamento mercantil: 3.9.1. Definição de arrendamento:** De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **3.9.2. Como arrendatário:** A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2) /IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). Reconhecendo os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7. **3.10. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente. **3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social:** São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R$240 e 9% para contribuição social. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. **3.13. Capital social:** Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **3.14. Apuração do resultado:** A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. **3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras:** As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.14.2.Custo do serviço de energia elétrica:** Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. **3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **3.15.1. Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: • O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; • Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a *covenants*, tais *covenants* afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele; • A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e • No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.2. Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 - que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e leaseback (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e leaseback, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.15.3. Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1):** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Consulte a Notas 8 e 9 para obter mais detalhes. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2 - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026; • d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. • A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; • Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Bancos conta movimento	1	162
Aplicações financeiras **(a)**	7.522	11.248
	7.523	**11.409**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,15% a.a. em 2024 (13,03% a.a. em 2023).

5. Contas a receber:

	2024	2023
Contas a receber **(a)**	2.436	2.325
	2.436	**2.325**

(a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regulamente.

6. Imobilizado:

	2024	2023
Aerogeradores	121.376	126.230
Instalações e benfeitorias	3.014	3.144
Máquinas e equipamentos	5.717	6.158
Direito de uso	5.769	6.341
	135.876	**141.873**

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

Custo	Taxa de depreciação a.a.	2022	Adições/baixas	2023	Adições/baixas	2024
Aerogeradores	-	145.449	173	145.622	-	145.622
Instalações e benfeitorias	-	3.628	-	3.628	(11)	3.617
Máquinas e equipamentos	-	7.499	-	7.499	-	7.499
Equipamentos de informática	-	11	-	11	-	11
Imobilização de andamento	-	175	(175)	-	-	-
		156.762	**(2)**	**156.760**	**(11)**	**156.760**
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(14.539)	(4.853)	(19.392)	(4.854)	(24.246)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(363)	(121)	(484)	(119)	(603)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(900)	(441)	(1.341)	(441)	(1.782)
Equipamentos de informática		(11)	-	(11)	-	(11)
		(15.813)	**(5.415)**	**(21.228)**	**(5.414)**	**(26.642)**
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		6.765	782	7.547	(221)	7.326
(-) Amortização		(961)	(245)	(1.206)	(351)	(1.557)
		5.804	**537**	**6.341**	**(572)**	**5.769**
		146.753	**(4.880)**	**141.873**	**(5.997)**	**135.876**

7. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento: A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	**2024**	**2023**
Direito de uso do ativo arrendado	7.326	7.547
Amortização do período	(1.557)	(1.206)
Saldo contábil líquido	**5.769**	**6.341**
Passivo	**2024**	**2023**
Arrendamento a pagar	693	716
(-) Juros a apropriar	(481)	(512)
	212	**204**
Arrendamento a pagar	10.686	11.753
(-) Juros a apropriar	(4.339)	(4.978)
	6.347	**6.774**
Saldo contábil líquido	**6.559**	**6.978**

Passivo total: Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a., considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento Companhia. A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contêm obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes, devem constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27. É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos. Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

Vencimento no longo prazo	Valor
2025	229
2026	246
2027	265
2028	286
2029	308
2030 em diante	5.013
	6.347

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2)/IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos. **8. Fornecedores:** Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2024	2023
Fornecedores	228	188
Fornecedores - partes relacionadas (nota 10)	-	286
	228	**474**

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com sua controladora e coligadas. **9. Financiamentos e empréstimos:** Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Financiamento BNB	70.269	74.600
Saldo contábil	**70.269**	**74.600**
Circulante	6.912	6.681
Não Circulante	63.357	67.919

Saldo em 31/12/2023	Captação	Movimentação: Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2024
74.600	-	4.941	(9.272)	70.269

A Companhia firmou o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em 28 de dezembro de 2018 e aditado em 16 de maio de 2019, perfazendo montante de R$106.650, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035. Os recursos obtidos foram usados para construção do parque eólico e as instalações da Companhia junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital. O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos.

10. Partes relacionadas: Descrição	Contas a Receber (a) 2024	Contas a Receber (a) 2023	Contas a Pagar (a) 2024	Contas a Pagar (a) 2023
Ventos Potiguares **(a)**	-	-	-	-
Ventos Fortes (nota 12.c)	-	-	1.591	498
Consórcio Parque Eólico **(b)**	326	10	-	-
	326	**10**	**1.591**	**498**

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos. **(b)** Os valores correspondem ao saldo da conta corrente com Consórcio Parque Eólico, que é responsável pela manutenção dos parques Eólico. **10.1. Mútuo a pagar:**

Mútuo	**2024**	**2023**
Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. (b)	-	9.240
	-	**9.240**

Os mútuos contratados junto a controladora da Companhia possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **11. Provisão para riscos ambientais e cíveis:** A Companhia figura como parte em ações judiciais de naturezas cível e ambiental. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita não haver provisão para riscos ambientais e cíveis com perdas prováveis. **11.1. Ações ambientais:** A Companhia é parte em ações de natureza ambiental, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à exigência feita pelo IDEMA no processo administrativo de licenciamento ambiental, cuja execução está sob responsabilidade da Companhia. Atualmente, a Companhia discuti nesta ação judicial ambiental o valor de R$30mil em 31 de dezembro de 2024. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente. **11.2. Ações cíveis:** A Companhia é parte em ação de natureza cível através do polo passível, as quais têm como objeto, geralmente, discussões relativas à indenização por danos morais, cuja execução está sob responsabilidade da Serveng Civilsan S.A. Atualmente, a Companhia discuti nesta ação judicial cível o valor de R$1.800mil em 31 de dezembro de 2024. A administração avaliou como "possível" a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente. **12. Patrimonio líquido: (a) Capital Social:** O capital social integralizado de R$62.254 mil em 31 de dezembro de 2024, está representado por 63.138 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e em valor nominal. **(b) Reserva Legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R$440mil em 31 de dezembro de 2024 (R$105mil em 31 de dezembro de 2023).

	2024	2023
Saldo inicial	105	-
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	335	105
	440	**105**

(c) Dividendos: De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	6.697	5.948
Absorção do Prejuízo	-	(3.851)
Constituição da reserva legal (5%)	(335)	(105)
Base de Cálculo dos dividendos	**6.362**	**1.992**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**1.591**	**498**
Dividendos pagos	**2024**	**2023**
Dividendos mínimo pagos (i)	498	-
Dividendos adicional pagos do exercício (i)	1.431	-
	1.929	-

i. Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R$1.929 mil, desse valor R$1.431 referem se a dividendos adicionais de 2024, e R$498 mil referem se a dividendos propostos de 2023 pagos durante o exercício de 2024. **(d) Reserva de lucros:** A após a destinação da reserva legal e dividendos mínimo Companhia detém a reserva de lucros no montante de R$4.835 mil em 31 de dezembro de 2024 (de R$1.494 mil em 31 de dezembro de 2023). **13. Receita liquida:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência. As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas geograficamente, na região Nordeste. Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

Receitas	**2024**	**2023**
Venda de energia mercado livre	30.238	28.826
Venda de energia mercado CP	54	117
	30.292	**28.943**
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(197)	(188)
COFINS sobre faturamento	(909)	(868)
	(1.106)	**(1.056)**
Receita líquida de vendas	**29.186**	**27.887**

14. Custos e despesas por natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir: **14.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais:**

Classificação por função	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	(11.413)	(9.825)
Despesas administrativas e gerais	(5.434)	(5.968)
Outras receitas (despesas) líquidas	16	(8)
	(16.831)	**(15.801)**

Custos/despesas	2024 Custos dos Serviços	2024 Outras receitas/despesas gerais e administrativas	2024 Total	2023 Total
Custo de energia	(2.009)	-	(2.009)	(873)
Encargos de uso dos sistemas de transmissão	(1.825)	-	(1.825)	(1.766)
Despesas com pessoal	(970)	(21)	(991)	(1.028)
Material	(323)	(0)	(323)	(393)
Serviços de terceiros	(3.858)	(85)	(3.943)	(3.987)
Depreciação e amortização (i)	(5.769)	-	(5.769)	(5.780)
Seguros	(1.486)	-	(1.486)	(1.286)
Tributos e taxas	(156)	(35)	(191)	(269)
Aluguel	-	-	-	(6)
Outras (despesas)/receitas operacionais	(209)	(86)	(295)	(412)
	(16.604)	**(227)**	**(16.831)**	**(15.801)**

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 6.

15. Receitas e despesas financeiras líquidas:	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.112	1.019
Outras	2	2
	1.114	**1.021**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(4.941)	(5.380)
Juros sobre arrendamento	(496)	(532)
Despesas bancárias	(7)	(7)
Outras	(37)	(25)
	(5.481)	**(5.944)**
Total	**(4.367)**	**(4.923)**

16. Imposto de renda e contribuição social - corrente:

	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Imposto de Renda		
Receita bruta	30.292	28.943
Alíquota	8%	8%
	2.423	**2.315**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.124	1.021
Base de cálculo	**3.548**	**3.336**
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(532)	(500)
Adicional federal de 10%	(331)	(310)
Imposto apurado	**(863)**	**(810)**
Contribuição social		
Receita bruta	30.292	28.943
Alíquota	12%	12%
	3.635	**3.473**
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.124	1.021
Base de cálculo	**4.759**	**4.494**
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	**(428)**	**(405)**
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(1.291)**	**(1.215)**
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	31.416	29.964
Imposto calculado (IR/CS)	(1.291)	(1.215)
	4,11%	**4,05%**

17. Instrumentos financeiros: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **17.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias. **17.2. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	228	-	-
Financiamentos	6.912	13.823	49.534

17.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **17.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. Em 31

SM GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA S.A.

de dezembro de 2024 a exposição máxima é de R$9.959, (R$13.734 em 2023) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **17.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **17.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo	
Ativos financeiros	**2024**	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	1	162
Aplicações financeiras	7.522	11.248
Contas a receber	2.436	2.325
Total	**9.959**	**13.734**
Passivos financeiros		
Fornecedores	228	474
Financiamentos	70.269	74.600
Total	**70.497**	**75.074**

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria:

2024	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	1	-	-
Aplicações financeiras	-	7.522	-
Contas a receber	2.436	-	-
Total	**2.437**	**7.522**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	228
Financiamentos	-	-	70.269
Total	-	-	**70.497**

2023	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	162	-	-
Aplicações financeiras	-	11.248	-
Contas a receber	2.325	-	-
Total	**2.487**	**11.248**	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	474
Financiamentos	-	-	74.600
Total	-	-	**75.074**

17.7. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,15% (13,03% em 2023) para o CDI e 7,43% (6,55% em 2023) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

				Aumento		Redução	
Operação	**Exposição**	**Risco**	**Provável**	**25%**	**50%**	**25%**	**50%**
Aplicação financeira	CDI						
Receita financeira	1.114	12,15%	135	169	203	101	68
Financiamentos	TJLP						
(-) Despesa financeira	(5.944)	7,43%	(407)	(509)	(611)	(305)	(204)
Resultado financeiro			**(272)**	**(340)**	**(408)**	**(204)**	**(136)**

18. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente

CONTADOR

Cleiton Lameira Falci - CRC 1SP252875/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores do **Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.** Pedra Grande - RN. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis do Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1– S - RN

Henrique Herbel de Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3 - S - RN

Primeiro round

CARIOCA Fluminense x Flamengo será realizado no Maracanã nesta quarta-feira (12), às 21h30. Os clubes fazem o primeiro jogo da decisão e a partida da volta às 16h de domingo, no mesmo estádio

MARCELO GONÇALVES



Thiago Silva volta ao time titular do Flu após longa parada

DIVULGAÇÃO/FLAMENGO



Danilo deve reaparecer no time do Flamengo para a decisão

Fluminense e Flamengo fazem a primeira partida válida pela final do Campeonato Carioca 2025 de futebol masculino, nesta quarta-feira (12), às 21h30. O duelo será realizado no Estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. As equipes voltam a se enfrentar no próximo domingo às 16h, no mesmo local, para a definição do campeão estadual da temporada. O jogo final terá mando do Rubro-negro, time de melhor campanha na primeira fase da competição.

O Tricolor Carioca retorna à decisão do título estadual após um ano fora da final. A vaga foi conquistada após passar pelo Volta Redonda no placar agregado de 4 x 0. Nas últimas quatro finais que disputou, o time foi campeão nos anos de 2022 e 2023. Na atual campanha, foram 13 jogos com cinco vitórias, seis empates e duas derrotas, com 17 gols marcados e nove sofridos. Com foco na final, Mano Menezes poupou alguns dos titulares no último jogo.

A principal novidade do Fluminense para decisão será o retorno de Thiago Silva. O experiente titular estava lesionado desde o primeiro Fla-Flu, e atuou em 80 minutos do duelo contra o Volta Redonda. Ele fará dupla titular com Freytes ou Ignácio. Titulares como Cano, Cannobio e Martinelli retornam ao time titular nesse duelo. Os únicos desfalques seguem sendo o trio Renato Augusto, PH Ganso e Lima.

O Rubro-Negro alcançou mais uma final do estadual após eliminar o Vasco com duas vitórias nas semifinais. Será a sétima da equipe desde 2019. A campanha de 2025 conta com nove vitórias, dois empates e duas derrotas nos 13 jogos disputados. Filipe Luís vai em busca do seu terceiro troféu no comando da equipe. Porém, o treinador não teve uma boa notícia após o jogo que confirmou a presença do Flamengo na grande decisão.

Bruno Henrique sofreu lesão na panturrilha no duelo do último sábado (8), e não irá atuar na primeira partida da grande final. O atacante vem sendo decisivo nos clássicos do ano, com cinco gols em cinco clássicos. Luiz Araújo sai como favorito para assumir a vaga. Assim, Danilo pode retornar a relação, após ser poupado para se recuperar de lesão.

Flamengo e Fluminense são os maiores vencedores do Campeonato Carioca, com 38 e 33 títulos respectivamente. Com a quinta final em seis anos, a dupla Fla-Flu estabelece o maior domínio do Cariocão da história. Desde 2019, um deles conquistou o campeonato. Incluindo 2025, serão sete títulos consecutivos da dupla, igualando a maior sequência que remete aos primórdios do Estadual, há mais de 100 anos.

Quadrado mágico

A torcida do Flamengo está apostando no "quadrado mágico" para essa decisão. A classificação para a final permitiu aos torcedores matarem a saudade domeio de campo formado por Pulgar, De la Cruz, Arrascaeta e Gerson encheu a torcida de esperança em 2024, mas até agora ficou mais na expectativa do que na realidade.

Com o quarteto em campo, os números não foram ruins na temporada passada: o time marcou 13 gols (um a cada 65,2 minutos) e sofreu apenas três. O obstáculo foi a falta de sequência: os atletas foram utilizados ao mesmo tempo só em 16 das 75 partidas que o Flamengo disputou (21,3%).

Em 2025, o quadrado mágico soma 87 minutos em campo, com dois gols marcados e dois sofridos. Contra o Vasco, foi a primeira vez que os meias foram titulares juntos na temporada. O time principal do Flamengo completou 10 jogos no sábado e, antes, eles só haviam dividido o campo por alguns minutos na final da Supercopa do Brasil, contra o Botafogo.

Arbitragem

A Ferj (Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro) definiu, os árbitros que apitarão os jogos entre Flamengo e Fluminense pela decisão do Campeonato Carioca. O desta quarta-feira ficará sob o comando do juiz Yuri Elino Ferreira da Cruz. No domingo o apito ficará nas mãos de Bruno Arleu de Araújo.

Yuri Elino apitou o jogo de ida entre Fluminense e Volta Redonda. O Tricolor levou a melhor e venceu por 4 a 0. Já Bruno Arleu de Araújo esteve no comando do apito no clássico entre Flamengo e Vasco, pelo confronto de volta da semifinal. O Rubro-Negro venceu por 2 a 1.

Essa será a quinta vez nos últimos seis anos que Flamengo e Fluminense se enfrentam na final do Campeonato Carioca. Em 2020 e 2021 o Rubro-Negro levou a melhor, enquanto o Tricolor levantou a taça em 2022 e 2023.

LUCAS MERÇON



"Temos que fazer dois jogos perfeitos contra um adversário super qualificado"

MANO MENEZES
Técnico do Fluminense

DIVULGAÇÃO/FLAMENGO



"É um clássico e nossa obrigação é encarar o jogo com muita seriedade e ser intensos"

FILIPE LUÍS
Técnico do Flamengo

JUSTIÇA

Começa o julgamento de médicos de Maradona

Sete médicos responsáveis pelos cuidados de Diego Maradona em seus últimos dias de vida começaram a ser julgados em Buenos Aires nesta terça-feira. Os profissionais de saúde, acusados de negligência nos tratos do ex-jogador, responderão por "homicídio simples cometido mediante dolo eventual". Caso condenados, os réus podem pegar de oito a 25 anos de prisão.

O neurocirurgião Leopoldo Luciano Luque, a psiquiatra Agustina Cosachov, o psicólogo Carlos Ángel Díaz, a coordenadora da equipe médica contratada Nancy Edith Forlini, o chefe da enfermagem Mariano Ariel Perroni, o médico clínico Pedro Pablo Di Spagna e os enfermeiros Ricardo Omar Almirón e Dahiana Gisela Madrid são os envolvidos. A pedido, Dahiana será julgada em uma data diferente dos demais.

Além da acusação comum, outros dois médicos estão sendo julgados por mais crimes. Leopoldo Luciano Luque foi acusado também de uso de documento privado falsificado, enquanto Agustina Cosachov é acusada de falsidade ideológica.

Acusação

De acordo com a Câmara de Apelações e Garantias de San Isidro, os profissionais acusados não cumpriram com suas funções médicas, ao mesmo tempo que tinham consciência de que os demais envolvidos faziam o mesmo, "causando o desfecho fatal do paciente que, de outra forma, poderia ter sido evitado".

O mesmo documento também indica que os médicos deixaram o paciente "desamparado e abandonado a própria sorte" e que "todos foram solidariamente responsáveis" pelo caso.

A expectativa é de que o julgamento dure por meses, sendo encerrado próximo a julho. Cerca de 120 testemunhas serão ouvidas neste período, dentre familiares do falecido, outros médicos que cuidaram dele ao longo da vida e funcionários do ex-jogador.

Em 25 de novembro de 2020, o antigo camisa 10 argentino faleceu em decorrência de um edema pulmonar, consequência de uma insuficiência cardíaca. Dias antes, Maradona havia operado um hematoma na cabeça e, por isso, estava passando por uma internação domiciliar.

As suspeitas aumentam devido a possível fortuna do ídolo argentino que embora tenha assinado contratos lucrativos e sido patrocinado por grandes marcas, como Puma e Coca-Cola, sua fortuna foi impactada por problemas de saúde e questões legais seria de cerca de US$ 50 milhões.

Rubens Lemos Filho
rubinholemos@gmail.com

Vilã e o ABC

Por absoluta falta de opções na TV aberta, venho assistindo a todos os capítulos da novela Volta por Cima da Rede Globo. No horário das sete e meia da noite, é uma trama atraente para quem quer ser PHD em sem-caratismo, mentira e cobiça. Quem está dando um show como a vilã-mor é a atriz Isabel Teixeira, intérprete da asquerosa Violeta.



No mais, é uma história água com açúcar, tendo como pano de fundo o cotidiano de uma empresa de ônibus e os desencontros do casal Madalena e Jão, este um cara tão ético, mas tão bom que abusa. Violeta, não. Violeta não perdoa e o seu repertório de maldades é infinito. Ela é um monstro de olhar sociopata com revestimento de uma pele rechonchuda.

Vileta Castilho daria resultado se comandasse o ABC, que vai disputar seu destino no campeonato estadual domingo contra o Laguna, com quem já empatou duas vezes(1x1 e 0x0) na competição em que os grandes estão sem talento e sem élan para jogar com categoria.

O ABC é um recital de monotonia. Suas partidas dispensam soníferos e acabam com a insônia da criança mais rebelde. O time é simplesmente medíocre e as contratações acumulam fragilidade ao invés de injetar categoria na equipe.

O técnico Evaristo Piza tem nas mãos um elenco fajuto, cheio de cabeças de bagre e dependência de Wallyson que não está em boa fase. O ABC escapou de perder o primeiro jogo das semifinais para o Laguna sobretudo no segundo tempo quando houve para mim um pênalti para o clube vegano.

O ABC irrita na lentidão dos toques lateralizados sem ninguém a irromper defesas pelo meio na base do toque de bola ou ainda dos chutes de longe. É um dos piores grupos que o ABC montou em meus 48 anos de testemunha dos seus jogos.

Os jogadores entram em campo letárgicos, lenientes, fluviais, cumprindo obrigação e se há uma verdade comprovada é a de que quem não faz com prazer as suas tarefas é um sério candidato ao rebaixamento, seja na vida ou no futebol.

O ABC deve pensar não apenas no estadual, que tem o América buscando seu tricampeonato que não ganha desde 1989, mas na luta da Série C, dificílima. Com este time, insisto, é candidatura séria ao rebaixamento para a Série D onde o América já está.

Taticamente, é preciso dizer que não há dividendo com um meio-campo tão horrendo quanto o do ABC. Wellington Reis faz a função dele, que é destruir, mas Adeilton e Aderson Rosa, deixam a desejar e muito. Anderson Rosa veste a camisa 10, tem rebolado de camisa 10, anda como camisa 10, mas joga como um zagueiro central, tentando chutes com efeito em direção à linha de fundo.

Sem um meio-campo clássico ou minimamente organizado, a bola chega quadrada para o ataque. E quando chega, os homens de frente batem cabeça e tropeçam na gorduchinha, com destaque para o centroavante Emanuel, que tão bem começou a temporada e caiu de rendimento como finanças de pobre de Jó.

O que fazer? Treinar – com exaustão, os fundamentos que se aplicam nas categorias de base. O drible é algo inatingível pelos que hoje vestem sem brilho a camisa de um clube institucional na cultura a cidade. Dispensar após o campeonato estadual boa parte dos jogadores e tentar trazer outros com o básico de qualidade.

Falta ao ABC fazer das laterais corredores de penetração dos seus laterais ou alas pelos dois lados. Falta ao ABC dar atenção aos contragolpes dos adversários que estão chegando com mais e mais perigo, sinal de que entendem que o bicho não é tão feio.

O ABC precisa mudar, mas é difícil. Seus torcedores antigos estão desesperados por conta da falta de um ídolo, como Alberi, Danilo Menezes, Dedé de Dora, Marinho Apolônio, Geraldo, Adilson Heleno e Silvinho.

Com eles, o bicho era gasto nas sextas antes dos confronto dos domingos. O ABC está tão mal que Violeta Castilho pode ser considerada uma freirinha de convento de subúrbio.

América na pior

Talvez por solidariedade ao ABC, o América jogou fora três pontos preciosos ao perder para o Santa Cruz por 2x1 e agora precisa vencer ou vencer para ir à decisão do campeonato estadual.

O América revolta seu torcedor desde que a tal SAF tomou conta do clube gerenciando o coração americano. A bola vem murcha há muito tempo e as contratações feitas não dão resultado.

Se o América perder ou empatar com o Santa Cruz, só voltará a campo pela anêmica Série D do Brasileiro, o calabouço onde está encalacrado há anos.

Com os investimentos que afirma fazer, o América tem obrigação de ganhar do Santa Cruz e só bater cabeça contra o ABC, outro que está vacilando quando não pode.

O América SAF briga pelo tricampeonato, algo que não acontece desde 1989, quando havia jogador e profissionalismo.

Clubes podem trocar a Conmebol pela Concacaf legalmente

POLÊMICA Após punição branda em caso de racismo, presidente do Palmeiras, Leila Pereira, sugeriu que brasileiros deixassem confederação sul-americana

FÁBIO MENOTTI



A presidente do Palmeiras, Leila Pereira tenta comandar uma reação dos clubes contra o racismo

São Paulo (AE) - Dedicada a lutar por medidas mais duras contra os constantes casos de racismo registrados em competições da Conmebol, a presidente do Palmeiras, Leila Pereira, sugeriu que os clubes brasileiros abandonassem a confederação sul-americana e buscassem abrigo na Concacaf, órgão que governa o futebol na América do Norte, América Central e Caribe. Inicialmente, a sugestão foi uma forma de reforçar os protestos. Caso fosse levada adiante, estaria de acordo com possibilidades reais, mas há elementos que tornam a transição pouco provável.

Para um clube se filiar a uma confederação continental fora de sua localização geográfica é preciso, primeiro, que sua federação nacional dê o primeiro passo. Ou seja, a CBF teria que se desfiliar da Conmebol e pedir para se tornar membro da Concacaf, em processo que depende também de aprovação da Fifa. Isso implicaria, contudo, em ter a seleção brasileira disputando as Eliminatórias da Copa do Mundo da Concacaf, de nível muito inferior às Eliminatórias da América do Sul.

"A Fifa pode, em circunstâncias excepcionais, autorizar uma confederação a conceder filiação a uma associação que pertença geograficamente a outro continente e não seja afiliada à confederação naquele continente. A opinião da confederação geograficamente envolvida deve ser obtida", diz o estatuto da entidade máxima do futebol.

Cada caso é avaliado individualmente, junto de suas particularidades, como ocorreu com a Austrália e Israel, por exemplo. As duas nações competem fora de seus continentes, tanto no âmbito de seleções quanto no de clubes, por motivos diferentes.

> Uma associação que esteja fora da região geográfica da Concacaf pode ser admitida como membro desde que não seja membro de nenhuma outra confederação.”
>
> **CONMEBOL**
> Estatuto da entidade

Os australianos trocaram a Confederação de Futebol da Oceania (OFC) pela Confederação Asiática de Futebol (AFC) por questões de competitividade, já que a seleção do país sempre se sobressaia nas Eliminatórias da Copa do Mundo, a exemplo da goleada por 31 a 0 sobre a Samoa Americana em 2001. A troca de confederação se deu em 2005.

Outro caso é o de Israel, que disputa as Eliminatórias Europeias e tem seus clubes na Liga dos Campeões e Liga Europa, por causa dos conflitos que nutre no Oriente Médio, especialmente com a Palestina.

QUAIS OS PASSOS?

Para clubes brasileiros se associarem a Concacaf, a CBF teria, primeiro, de pedir para deixar a Conmebol. De acordo com o estatuto da entidade sul-americana, a desfiliação voluntária é permitida desde que a federação solicitante comunique a decisão seis meses antes do fim do calendário anual de competições. Também se exige o cumprimento de "obrigações pendentes com a Conmebol ou outras associações membros" e a "ratificação da decisão perante Congresso".

O estatuto da Concacaf, por sua vez, permite a filiação de federações fora de seu alcance geográfico, mas deixa claro que a Fifa é soberana na tomada de decisão. "Uma associação que esteja fora da região geográfica da Concacaf pode ser admitida como membro desde que não seja membro de nenhuma outra confederação. No entanto, tal admissão de membro à Concacaf deve estar de acordo com os estatutos da Fifa," diz o texto.

Para solicitar a filiação junto à Concacaf, é preciso fazer uma solicitação por escrito à Secretaria Geral da entidade, acompanhada de uma série de documentos. Então, o Conselho da Concacaf pode emitir uma opinião ao Congresso, sobre a admissão ou não do pedido, antes da resolução final.

Leila Pereira falou em filiação à Concacaf, mas, se a ideia for reduzida a não disputar a Libertadores e jogar a Copa dos Campeões da Concacaf, tudo depende de um convite. Foi assim que times mexicanos fizeram o caminho inverso e de 1998 a 2016 disputaram a Libertadores. A Federação Mexicana de Futebol (FMF) nunca se filiou a Conmebol e a seleção do México continuou disputando as eliminatórias conjuntas de Caribe e Américas do Norte e Central.

Mesmo o convite, entretanto, depende de aprovação da Fifa. Em movimento recente, no final de 2023, a FMF solicitou à Fifa que seus times voltassem a disputar a Libertadores, mas o pedido foi recusado.

"Sobre a Libertadores, temos um pedido do México para disputá-la Falamos com a Fifa e devolvemos um documento à FMF que foi negado. Não foi autorizado porque temos a competição oficial, a nossa, que é o caminho para o Mundial de Clubes", disse Victor Montagliani, presidente da Concacaf, na ocasião.

LIBERTADORES

Corinthians joga para espantar as assombrações

São Paulo (AE) - Conseguir vaga na Pré-Libertadores deste ano foi muito comemorado pelo Corinthians ao fim de 2024, até porque o clube foi da briga contra o rebaixamento à classificação. A experiência de brigar para ir à fase de grupos do torneio continental, contudo, tem sido árdua, como foi em temporadas traumáticas da história alvinegra. Depois de passar com dificuldades pelo modesto Universidad Central, os corintianos perderam por 3 a 0 para o Barcelona de Guayaquil no Equador e vão buscar um resultado histórico a partir das 21h30 desta quarta-feira, na Neo Química Arena, no jogo de volta.

Vencer por três gols de diferença é a opção para levar a decisão aos pênaltis e confiar na estrela de Hugo Souza. Para avançar direto, é necessário construir uma vantagem de quatro gols sobre a equipe equatoriana. Tudo isso na mesma semana em que enfrenta o Palmeiras pela rodada de ida da final do Paulistão, domingo, no Allianz Parque. Caso não cumpra a missão deste meio de semana, terá de disputar a Copa sul-americana.

O Corinthians está em sua quarta participação em Pré-Libertadores. Nas três anteriores, somou dois traumas e uma classificação tranquila. Em 2011, teve de lidar com um turbilhão, ao empatar sem gols no Pacaembu e perder por 2 a 0, na Colômbia, para o Tolima. Os principais desdobramentos da eliminação foram a aposentadoria de Ronaldo Fenômeno e a manutenção do treinador Tite, mesmo sob grande pressão. No mesmo ano, o time seria campeão brasileiro, antes de vencer a Libertadores de 2012.

Novamente sob o comando de Tite, em nova passagem pelo clube do Parque São Jorge, os corintianos não sofreram para passar pela fase preliminar do torneio continental em 2015. Golearam o Once Caldas por 4 a 0 na Neo Química Arena e empataram por 1 a 1 fora de casa para garantir a classificação.

Quando voltou à Pré-Libertadores, em 2020, mais uma queda traumática, com derrota por 1 a 0 para o Guaraní, no Paraguai, e vitória por 2 a 1 em Itaquera. Na época, o gol fora de casa ainda valia como critério de desempate, por isso a equipe alvinegra acabou eliminada. Hoje em dia, a mesma combinação de resultados levaria a decisão para os pênaltis.

Todo o contexto tem influenciado o ambiente interno no Parque São Jorge. Cientes do impacto que mais uma eliminação precoce na Libertadores traria, os jogadores foram tomados por emoções afloradas ainda no intervalo da partida de ida contra o Barcelona e discutiram de forma pesada, a ponto de o gerente de futebol Fabinho Soldado intervir para acalmar os ânimos.

A atmosfera se estabilizou, com ajuda da vitória por 2 a 1 sobre o Santos na semifinal do Paulistão, mas a pressão ainda é grande, e o elenco sabe disso.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00007/2025

Torna público que fará realizar através do Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio, sediada na Rua Manoel de Souza Lima, 350 - Centro - Riacho de Santana - RN, por meio do site https://bbmnetlicitacoes.com.br, licitação modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, visando formar Sistema de Registro de Preços objetivando contratações futuras, para: Fornecimento de Material elétrico destinados a manutenção das Secretarias Municipais deste município de Riacho de Santana–RN. Abertura da sessão pública: 08:00 horas do dia 28 de Março de 2025. Início da fase de lances: para ocorrer nessa mesma sessão pública. Referência: horário de Brasília - DF. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; Decreto Federal nº 11.462/23; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME/22; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (84) 33870055. E-mail: cplriacho2021@gmail.com. Edital: http://licitafacil.tce.rn.gov.br/; https://bbmnetlicitacoes.com.br; www.gov.br/pncp.

Riacho de Santana - RN, 10 de Março de 2025
SAMUEL FERREIRA FERNANDES - Pregoeiro Oficial

PEDIDO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA CNPJ 19.791.896/0171-78
Torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema, Licença de Operação, para a atividade de Transportes de Produtos Perigosos Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, localizada na Rua São Martinho, 68, Lote 19, Quadra C3, Sala A, Lagoa Azul, Natal - RN, CEP: 59.129-800. Paula Cavalcante Carneiro - Controller.

LEILÃO DE 55 IMÓVEIS Online
Data do Leilão: 14/03/2025 a partir das 13h00
bradesco ZUK
ALAGOAS • AMAZONAS • BAHIA • CEARÁ • GOIÁS • MARANHÃO • MATO GROSSO • MATO GROSSO DO SUL • MINAS GERAIS
PARAÍBA • PARANÁ • PERNAMBUCO • RIO GRANDE DO NORTE • RIO GRANDE DO SUL • RONDÔNIA • SANTA CATARINA • SÃO PAULO
À VISTA 10% DE DESCONTO | APARTAMENTOS • ÁREAS RURAIS • CASAS • COMERCIAIS
LOTE 20 - CURRAIS NOVOS/RN
SANTA MARIA GORETTI
Rua Manoel Macaco, nº 63. Apartamento (localizado no 2º pavimento). Áreas totais: construída: 157,55m². Matr. 12.461 do RI Local.
Lance Mínimo: R$ 85.000,00
Mínimo à Vista: R$ 76.500,00
Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 6º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo sob nº 1.973.400 em 27/02/2025 e no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de Osasco sob nº 233.631 em 28/02/2025. Leiloeira Oficial: Dora Plat - Jucesp 744.
MAIS INFORMAÇÕES: Whatsapp: (11) 99514-0467
https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

FACEBOOK
Acesse notícias da Tribuna do Norte via Facebook
@tribunadonorteRN

TWITTER
Acesse notícias da Tribuna do Norte via twitter
@tribunadonorte

Aponte a câmera e ouça a JP News Natal 93.5

América é quem tem mais a perder

CAMPEONATO ESTADUAL Alvirrubro enfrenta situação inusitada: enquanto busca o tricampeonato, um novo tropeço e a eliminação no sábado (15) pode custar as vagas na Copa do Brasil, Copa do Nordeste e na Série D

Embora tenha chances de conquistar o tricampeonato estadual, o América enfrenta uma situação, no mínimo, inusitada nesta temporada do futebol potiguar. Caso não consiga inverter a vantagem aberta para o Santa Cruz e seja eliminado da competição no próximo sábado, no domingo os torcedores americanos terão de torcer para que o maior rival, o ABC, se torne um dos finalistas da competição, para evitar que o Alvirrubro perca a vaga na Copa do Brasil, na Copa do Nordeste e na Série D por intermédio do torneio local.

GABRIEL LEITE



Chegou a hora de os atletas mais experientes do América assumirem a responsabilidade em campo

Se a final do Estadual for entre Laguna x Santa Cruz, mesmo com a Federação Norte-riograndense de Futebol (FNF) mantendo as três vagas na Copa do Brasil, o Alvirrubro estaria fora do torneio do próximo ano. Isso porque, além dos dois finalistas, o ABC ficaria com a terceira vaga, através da classificação geral do Estadual.

O regulamento diz o seguinte em seu Art. 13: "As vagas para as competições nacionais que tenham como critério técnico o Campeonato Potiguar da 1ª Divisão de 2025 serão distribuídas na seguinte ordem: Copa do Brasil - a) VAGA 1 – Campeão Potiguar 2025 (respeitando o disposto no Artigo 11 deste regulamento); b) VAGA 2 – Vice-Campeão Potiguar 2025 (respeitando o disposto no Artigo 11 deste regulamento); c) VAGA 3 – 3º Colocado no Campeonato Potiguar da 1ª Divisão 2025 (respeitando o disposto no Artigo 11 deste Regulamento)."

Com relação à Copa do Nordeste, pelos critérios atuais, a equipe americana também estaria fora da disputa. O campeão garantiria uma vaga direta na fase de grupos, enquanto o vice-campeão e o clube do RN mais bem classificado no ranking nacional, o ABC, ficariam com as outras duas vagas para disputar a pré-Copa do Nordeste.

Já se sabe, entretanto, que a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) trabalha numa nova fórmula de classificação para os clubes que disputam a competição regional. Esse debate vem sendo encabeçado pelo presidente da FNF, José Vanildo, que, junto ao departamento técnico da entidade nacional e demais presidentes das federações nordestinas, buscam alternativas para tornar a Copa do Nordeste ainda mais atraente para o público e o mercado de patrocinadores. Logo, o regulamento usado em 2025 pode não valer para a próxima temporada.

A situação mais perigosa para o América é em relação à Série D. Caso tropece na disputa do Campeonato Potiguar, o Alvirrubro precisará conquistar o acesso para seguir disputando o Brasileirão no próximo ano dentro da própria Série D, neste caso, se colocando entre os quatro clubes que vão obter o acesso. O regulamento da competição local aponta que apenas o campeão e o vice terão vaga garantida na Série D. Por isso, é importante que o ABC esteja na final do Estadual, pois neste caso, como o Alvinegro já integra outra Série do Brasileirão, o América teria vaga garantida como terceiro colocado na classificação geral.

Essa situação destaca a grande responsabilidade que os jogadores americanos carregarão ao pisarem no gramado da Arena das Dunas para enfrentar o Santa Cruz. Sob o comando do treinador Moacir Júnior, que tem trabalhado intensamente para corrigir as falhas identificadas no primeiro confronto, a equipe busca eliminar qualquer risco de comprometer o calendário da próxima temporada. Com a SAF, a comissão técnica e os atletas plenamente cientes, os pouco mais de 90 minutos de jogo definirão de que forma eles entrarão para a história centenária do Alvirrubro: como heróis que superaram os desafios ou como vilões marcados por mais um grande tropeço.

Técnico do ABC acredita na evolução da equipe

Sem outra preocupação além de garantir a vaga na final do Campeonato Potiguar, o ABC segue sua rotina de treinamentos com o objetivo de impor a primeira derrota ao Laguna na elite do futebol potiguar. No confronto que reúne os dois últimos invictos da competição, o treinador Evaristo Piza aposta em um crescimento técnico da equipe e avalia a melhor formação para encarar o adversário no próximo domingo (16), no estádio Frasqueirão, onde o clube espera contar com um bom público.

Ciente da dificuldade de enfrentar um adversário que, no primeiro confronto, mostrou que seguirá explorando os erros da equipe alvinegra, a diretoria do ABC decidiu realizar uma promoção para atrair o maior número possível de torcedores. Sócios adimplentes terão direito a entrar acompanhados por uma mulher como cortesia.

A média de público do ABC no Campeonato Potiguar é de 4.193 torcedores por partida, mas o clube superou essa marca em apenas uma ocasião, durante o clássico contra o América, quando 9.385 pessoas estiveram presentes nas arquibancadas do Frasqueirão.

Pelo lado do Laguna, o treinador Gustavo Nabinger demonstrou satisfação com a postura de sua equipe no confronto inicial, destacando a capacidade do time de explorar os espaços deixados pelo ABC e levar perigo à área adversária.

Agora, Nabinger prevê um duelo ainda mais disputado, considerando que apenas a vitória interessa tanto ao ABC quanto ao Laguna. Ambas as equipes se destacaram pela consistência defensiva ao longo de toda a competição. Vale lembrar que, em caso de novo empate, a definição do segundo finalista do Estadual será nos pênaltis.

RENNÊ CARVALHO



Jogadores do ABC intensificam os treinos para superar o Laguna

REAL MADRID



Vini Júnior e Mbappé são as principais armas do Real na partida

Ancelotti quer Real diferente no clássico

LIGA DOS CAMPEÕES Após vencer o duelo de ida sobre o rival por 2 a 1 no Santiago Bernabéu, o comandante do atual campeão europeu quer um time com perfil ainda mais "operário" hoje

"Se você correr muito, pode empatar, mas se fizer a diferença, provavelmente vencerá a partida". É com esse espírito que o técnico italiano Carlo Ancelotti quer armar a sua equipe para o confronto desta quarta-feira (12), às 17h, contra o Atlético de Madrid, em jogo que define uma vaga para as quartas de final da Liga dos Campeões.

Após vencer o duelo de ida sobre o rival por 2 a 1 no Santiago Bernabéu, o comandante quer um time com perfil "operário e decisivo" para buscar o objetivo de seguir vivo no mais nobre torneio de clubes da Europa.

"Lembro-me de todos os jogos contra o Atlético e todos foram acirrados. Às vezes ganhamos, outras vezes empatamos e outras perdemos. Essa partida não vai ser diferente e será definida nos detalhes", comentou.

Tradicionalmente apontado como favorito pelo seu histórico de títulos no torneio, Ancelotti não quis puxar o peso do favoritismo para o Real Madrid. "São equipes muito próximas", afirmou ao se referir à qualidade dos elencos. No entanto, ele tratou de cobrar empenho de seus atletas.

"Eles é que são os responsáveis pela vitória. Tenho mais de 11 atletas em condições de atuar. Vamos jogar uma partida que nos permite seguir no torneio e precisamos entrar com a mesma confiança do último duelo."

Atlético/MAD

Com a necessidade de uma vitória por dois gols de vantagem, o técnico argentino Diego Simeone admitiu partir para o tudo ou nada a fim de ver o Atlético de Madrid classificado para as quartas de final da Liga dos Campeões.

"Assumir riscos sem desguarnecer a defesa". Essa foi a senha passada para os jornalistas na entrevista coletiva concedida por Simeone nesta terça-feira, véspera do confronto com o rival espanhol.

Segundo ele, o revés de 2 a 1 no Santiago Bernabéu não é definitivo e seus jogadores têm capacidade e frieza para reverter o panorama da primeira partida das oitavas de final.

Outros jogos:

11h45 – Lille x Borussia
17h – Aston Villa x Brugge
17h – Arsenal x PSV

Jin Young Dahyun
A Menina dos Meus Olhos
Exclusivo nos cinemas
PARIS FILMES

PROJETO
seis e meia
30 anos
12 DE MARÇO
TEATRO RIACHUELO
INGRESSOS EM uhuu.com
PATROCÍNIO
THIAGO ARANCAM
GRUPO HARMONIUM
ABERTURA